



PUC GOIÁS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS (PUC GOIÁS)
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* - CPGSS
MESTRADO EM HISTÓRIA CULTURA E PODER

**O ENSINO NA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS:
MATRIZES CURRICULARES - MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS
1970 – 2012**

ELIO GOMES PEREIRA

GOIÂNIA – GO
2013

ELIO GOMES PEREIRA

**O ENSINO NA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS:
MATRIZES CURRICULARES - MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS
1970 – 2012**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em História Cultura e Poder da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História Cultura e Poder, sob orientação da Professora Dra. Albertina Vicentini.

GOIÂNIA – GO
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

O ENSINO NA ACADEMIA DA POLÍCIA MILITAR EM GOIÁS:
MATRIZES CURRICULARES - MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS
1970 – 2012

Elaborada por:

Elio Gomes Pereira

() Aprovado

() Reprovado

Profª Doutora Albertina Vicentini
ORIENTADOR

Prof. Doutor Eduardo José Renato
MEMBRO

Profª Doutora Heliane Prudente Nunes
MEMBRO

DEDICATÓRIA

À minha família, Vera Cruz Teles Gomes, amada esposa, Samara Teles Gomes, querida filha, Matheus Teles Gomes, querido filho, por todos os momentos de compreensão, pelo apoio, pelo carinho, sem os quais eu não poderia lograr êxito.

AGRADECIMENTOS

A *Deus*, o grande arquiteto, que trouxe luz para minha vida e cuja infinita bondade me deu a oportunidade de estar vivo e lograr êxito onde muitos fracassaram.

À Professora Dra. Albertina Vicentini, minha orientadora, que, com indescritível competência e sabedoria, fez-se a grande apoiadora deste sonho hoje real. Pessoa que, com saber ímpar, tem a capacidade de alcançar pessoas de conhecimentos simples, capaz de falar ao “letrado” e ao “não letrado”.

À Polícia Militar do Estado de Goiás, instituição honrosa da qual me orgulho e que, mesmo após a minha reserva do serviço que lhe prestei durante curtos 30 anos, ainda me recebe com braços abertos.

Aos Oficiais e Aspirantes a que responderam aos questionários de forma coerente, sem os quais este trabalho tornar-se-ia incompleto.

À Pontifícia Universidade Católica de Goiás, juntamente com os professores, mestres e doutores que formam líderes, cidadãos que irão mudar para melhor este país e o mundo.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado, pela amizade, e troca de experiências, em especial aos mestrandos Francisco das Chagas Sobrinho e Jorge Felix da Silva.

A todas as pessoas que, de alguma forma, estiveram presentes e deixaram suas marcas neste trabalho.

Numa análise final, a segurança humana é uma que não morreu, uma doença que não se propagou, um emprego que se manteve, uma tensão étnica que não explodiu em violência, um dissidente que não foi silenciado. A segurança humana não é conceito armado. É um conceito com vida e dignidade. (*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*, 1994, p.22).

LISTA DE ABREVIATURAS

APMGO – Academia e Polícia Militar do Estado de Goiás

CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargento

CASP – Criminologia Aplicada à Segurança Pública

CEFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CEPM – Comando de Ensino Policial Militar

CFA – Curso de Formação e Aperfeiçoamento

CFSD- Curso de Formação de Soldado

CSP- Curso Superior de Policia

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CEGESP- Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública

CHOA- Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares

COTER – Comando de Operações Terrestres

CEPM- Comando de Ensino Policia Militar

CPI – Comando de Policiamento do Interior

CPM – Comando de Policiamento da Capital

CPU – Comando de Policiamento Urbano

DFEE/PMCB – Diretriz para o Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares

DGEI - Diretrizes Gerais para Ensino e Instrução

DI – Departamento de Instrução

DIM – Departamento de Instrução Militar

EAD – Ensino à Distância

EAS- Estágio de Adaptação de Sargentos

EM – Estado Maior

ESG – Escola Superior de Guerra

IGPM – Inspetoria Geral das Polícias Militares

ML – Medicina Legal

NERC – Normas para Elaboração e Revisão de Currículos

NPCEs – Normas para Planejamento e Conduta do Ensino

NPCI – Normas para Planejamento e Conduta da Instrução

PGE – Plano Geral de Ensino

PMGO – Polícia Militar de Goiás

PMMG – Polícia Militar de Minas Gerais

PO – Planejamento Operacional

POD – Procedimento Operacional de Defesa

POP – Procedimento Operacional Padrão

PPC – Psicologia Policial e Criminal

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SFIDT – Serviço de Fiscalização e Importação, Depósito de Tráfego

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz Curricular do CFO (3º ano) / 1979

Tabela 2 – Matriz Curricular do CFO (3º ano) / 1984

Tabela 3 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 1998

Tabela 4 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 1991

Tabela 5 – Matriz curricular do CFO (3º ano) /2002

Tabela 6 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 2007

Tabela 7 – Subdivisões do POP

RESUMO

A presente dissertação apresenta um estudo sobre o ensino ministrado aos oficiais da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Seu propósito é analisar as principais mudanças realizadas na Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais da CAPM/GO, especialmente quanto às disciplinas oferecidas e às metodologias de ensino adotadas pelos docentes. Tem a pretensão de mostrar como e por que as disciplinas da Grade Curricular vêm sofrendo alterações ou sendo gradativamente substituídas em função do regime de governo predominante ou em decorrência da necessidade de oferecer aos oficiais uma formação mais humanitária para que esses melhorem sua qualificação profissional, tornando-se aptos para atender às exigências da sociedade contemporânea. A relevância dessa investigação consiste na dimensão acadêmico-científica que a permeia ao acompanhar as mudanças disciplinares da matriz curricular e as práticas pedagógicas dos docentes envolvidos no ensino policial militar, visando formar oficiais com um perfil profissiográfico que seja capaz de responsabilizar-se pela segurança da população civil de forma altruísta, evitando a repressão física e simbólica, característica do aparelho ideológico do Estado. O referencial teórico encontra-se fundamentado em pesquisas que abordam as relações de poder, sob a ótica de Foucault (1979), com críticas às instituições usadas para se perpetuar esse poder, a história da instituição militar e de seu ensino segundo Ludwig (1998), Germano (1994), Sostré (2010), Castro (2004), Silva (2012) e outros. A revisão histórica e a conceituação de polícia e de ensino policial na Academia foram realizadas por meio da análise documental e das propostas curriculares da APM de Goiás e de outros estados. Na pesquisa foram enfatizados os currículos desses cursos, desde a criação da APM, em 1940, até ao que se encontra em vigor. A análise desses currículos levou à utilização de referencial teórico voltado para a história de currículo defendida por Kelly (1981), Moreira (2012), Pacheco (2001), Silva (2001) e Libâneo (2000). A metodologia da pesquisa foi qualitativa, utilizando-se o estudo de caso. Na pesquisa de campo, a investigação optou pela observação e entrevistas, com roteiro pré-estruturado. Os informantes foram selecionados por amostra aleatória, entre os ex-comandantes/ex-diretores da APM/GO e ex-instrutores, atuais instrutores e alunos que frequentaram o 3º ano do curso de formação de oficiais, em 2012. Por meio dos dados obtidos, do referencial teórico, do registro das observações e das entrevistas realizadas, pôde-se concluir que o processo ensino-aprendizagem, bem como as práticas curriculares atualmente desenvolvidas pela APM/GO apontam para uma diferenciação do que ocorria durante os governos militares, voltados para o preparo do policial militar para a defesa do território. Na atualidade, a essência do ensino militar é preparar o futuro profissional para lidar com situações do cotidiano, respeitando os direitos do cidadão. Outra conclusão relevante diz respeito às mudanças sociopolíticas que caracterizam as disciplinas da atual grade curricular da APM/GO, demonstrando um caráter mais civil do que militar. A pesquisa evidenciou também que a Academia adota metodologias de ensino diferenciadas, havendo em alguns casos alternância entre a teoria positivista e uma mais progressista.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Policial Militar. Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar. Currículo.

ABSTRACT

This paper presents a study on the teaching given to the officers of the Academy of Military Police of the State of Goiás. Its purpose is to analyze the main changes made to the Curriculum Training Course for Officers of CAPM / GO, especially with regard to courses offered for this and the teaching methodologies adopted by professors. It has been the intention of showing how and why the disciplines of Curriculum have been changing or gradually being replaced due to the regime prevailing Government or due to the need to provide more humanitarian official training for these to improve their professional skills, becoming able to meet the demands of contemporary society. The relevance of this research is the academic-scientific dimension that permeates the track changes disciplinary curriculum and pedagogical practices of teachers involved in teaching military police officers in order to form a professional profile that is able to be responsible for the security of the population civil altruistically, avoiding physical repression and symbolic, feature of the Ideological State Apparatus. The theoretical framework is based on research that address power relations, from the perspective of Foucault (1979), with critical institutions used to perpetuate this power, the history of the military and their teaching according to Ludwig (1998), Germano (1994), Sostré (2010), Castro (2004), Silva (2012) and others. A historical review and conceptualization of police and police teaching at the Academy were conducted through document analysis and curriculum proposals from APM Goiás and other states. In the research were emphasized curriculum of these courses, since the establishment of APM, in 1940, until it is in force. The analysis of these curriculum led to the use of theoretical, focused on the history curriculum advocated by Kelly (1981), Moreira (2012), Pacheco (2001), Silva (2001) and Libâneo (2000). The research methodology was qualitative, using the case study. In the field research, it was decided by observation and interviews with a structured schedule. The informants were selected at random, among the ex-comandantes/ex-diretores APM/GO and former teachers, current teachers and students who attended the 3rd year of officer training in 2012. Through the data obtained, the theoretical framework, the record of observations and interviews can be concluded that the teaching-learning process and curriculum practices currently developed by APM/GO indicate that a differentiation in relation to what happened during the military governments, facing the military police preparation for the defense of the territory. At present, the essence of military education is to prepare the future professional to handle everyday situations, respecting the rights of the citizen. Another relevant conclusion with respect to socio-political changes that characterize the subjects of the current curriculum of the APM/GO, demonstrating a more civil than military. The research also showed that the Academy adopt different teaching methods, with in some cases alternating between positivist and progressivist theory.

KEYWORDS: Teaching Military Police. Training Course Military Police officers. Curriculum.

SUMÁRIO

Introdução.....	14
1. Polícia militar em Goiás: revisitando suas origens.....	18
1.1. Polícia: origem.....	18
1.2. Chegada da polícia militar no Brasil.....	20
1.3. Polícia Militar no Estado de Goiás.....	22
1.3.1. A participação da força policial de Goiás na Guerra do Paraguai.....	26
1.3.2. Os caminhos da polícia Militar de Goiás.....	28
1.3.2.1. A inspetoria geral das polícias militares.....	33
1.3.3. A polícia militar de Goiás hoje.....	35
1.3.4. Entendendo um pouco a organização da polícia militar de Goiás.....	36
2. O ensino da polícia militar no Estado de Goiás.....	42
2.1. A formação do policial no início da PM/GO.....	44
2.2. O primeiro curso de formação policial militar de Goiás.....	48
2.3. O curso de formação de oficiais.....	49
2.4. A Academia de Polícia Militar de Goiás.....	50
2.4.1. A Academia de polícia de Goiás como "Instituição Total".....	53
2.5. O ensino da PM/GO durante os governos militares (1964-1985).....	57
3. Ensino na Academia da Polícia Militar.....	64
3.1. Finalidades do Ensino.....	64
3.1.1. Objetivos gerais do ensino na PM/GO.....	65

3.1.2. Princípios básicos do ensino na polícia militar de Goiás.....	65
3.1.3. Princípios gerais do ensino na polícia militar de Goiás.....	66
3.2. O currículo como norteador do ensino na APM/GO.....	67
3.2.1. A matriz curricular da APM/GO durante os anos de chumbo (1964-1985).....	70
3.2.2. As matrizes curriculares da APM/GO depois de ditadura militar (1985).....	75
3.2.3. (Re) Conhecendo a atual matriz curricular da CFO (3º ano) da APM/GO.....	80
3.3. O perfil profissiográfico exigido na CFO/APM.....	93
3.4. A metodologia de ensino na CFO da APM/GO.....	97
3.4.1. Método de trabalho independente.....	98
3.4.2. Método de elaboração conjunta.....	98
3.4.3. Método de trabalho em grupo.....	98
3.4.4. Método de ensino à distância.....	99
3.4.5. Metodologia da problemática e aprendizagem.....	99
3.4.6. Método de exposição pelo professor.....	99
3.4.7. A metodologia de ensino adotada pela nova matriz curricular..	104
3.5. A formação de oficiais na APM/GO: o ponto de vista de quem vivenciou esse processo.....	115
Considerações Finais.....	134
Referências	139

ANEXO I.....	150
ANEXO II.....	154
ANEXO III.....	155

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa trata da formação de oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM/GO). Para isso foi necessário recorrer à história do ensino policial e à análise dos seus diversos currículos adotados, objetivando traçar um paralelo entre eles, priorizando aqueles elaborados entre as décadas de 1970 e 2012, por serem os que atendem diretamente ao recorte temporal deste estudo. A fim de analisar a entrada e a saída de disciplinas na grade curricular, foi inevitável recorrer às práticas pedagógicas assumidas por instrutores e professores da citada Academia.

Historicamente, a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás tem assumido a função de formar profissionais para o exercício da cidadania, de acordo com o que preconiza as leis educacionais brasileiras e o que é esperado pela sociedade contemporânea daqueles que ingressam em escolas especializadas.

A revisão da literatura realizada apontou para o fato de que as pesquisas brasileiras dessa área consideram prioritariamente as instituições civis de ensino, relegando o estudo do ensino militar a um segundo plano, o que é contraditório se levamos em consideração o fato de que, na história do Brasil, os homens de farda sempre tiveram intensa participação.

A escassez dessas pesquisas justifica a escolha do tema, influenciada também pela história de vida militar que tivemos a serviço dessa Corporação durante trinta anos, o que nos incentivou a tomar como objeto de estudo a formação de oficiais, o ensino policial e a grade curricular da APM/GO.

Inicialmente, a pesquisa apontou para a expectativa que acomete o aspirante ao curso de oficial ao ingressar em uma instituição de Ensino Militar. Nesse momento, o educando nutre uma série de esperanças em relação à qualidade do ensino que lhe será oferecido. No caso do ensino militar, quando tais expectativas não são satisfeitas, ocorre certa frustração acompanhada do declínio no desenvolvimento acadêmico e/ou profissional que acaba repercutindo negativamente sobre a Instituição, sobre os companheiros de classe e sobre a

sociedade, transmitindo equivocadamente a ideia de que o ensino militar é deficitário.

No decorrer do estudo, percebeu-se que a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás necessitou realizar adaptações em suas práticas pedagógicas, visando superar metodologias arcaicas de ensino, que priorizavam o treinamento do policial para defender seu país na iminência de guerras e que contribuía para a estagnação do policial/aluno, juntamente com seus instrutores no tocante aos avanços educacionais. Essa inércia intelectual contribuiria para o atraso reflexivo a respeito das ações práticas que a sociedade sempre esperava e espera desses profissionais.

Dessa forma, durante décadas, a polícia militar teve sua imagem ligada aos rituais cerimoniais por ela realizados e que, embora em momentos distintos procurassem apresentar-se de forma inovadora, na maioria das vezes constituíam reproduções de fatos passados.

Entretanto, a dinâmica social, da qual a comunidade goiana não pôde se esquivar, passou a requerer da Polícia Militar de Goiás uma outra postura enquanto profissional de segurança pública, no sentido de que a instituição se tornasse capaz de acompanhar as transformações sociais que repercutiam diretamente no cotidiano do cidadão. São essas novas posturas que se deseja que esta pesquisa ajude a demonstrar: como em que contexto ocorreu o desenvolvimento curricular do curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar; quais as sucessivas substituições de disciplinas na grade curricular do 3º ano do curso; quais as possíveis relações com as mudanças de regime político que as precederam. Para tanto foi necessário dimensionar o problema deste estudo na seguinte questão: as mudanças ocorridas nas disciplinas da grade curricular do Curso de Formação de Oficiais na APM/GO têm proporcionado à formação humanitária do policial militar?

Os objetivos da presente pesquisa são os que se seguem.

1. Avaliar como ocorreu/ocorre a formação do policial militar do Estado de Goiás, bem como as consequências dessa formação para sua atuação social nos últimos quarenta anos.

2. Retratar os aspectos históricos da Polícia Militar do Estado de Goiás.

3. Analisar a permanência e/ou substituições de disciplinas da grade curricular do curso de formação de Oficiais da APM/GO.

A relevância desta investigação encontra-se em sua dimensão acadêmico-científica ao mostraras mudanças curriculares e pedagógicas ocorridas no ensino policial militar, levando em consideração a necessidade que se tem de formar profissionais qualificados para atender á população civil de forma eficiente, sem fazer uso dos instrumentos de repressão historicamente utilizados pela PM: a agressão física.

O referencial teórico foi construído fundamentando-se em estudos sobre as relações de poder, na visão de Foucault (1979), na revisão sobre a conceituação de polícia e de ensino policial na academia e a história dos currículos propostos. Foi realizada uma análise das disciplinas que constam da grade curricular da APM/GO, priorizando as dos governos militares e aquelas pós-governos militares. A história da instituição militar e de seu ensino foi reconstituída segundo Luwdig (1998), Germano (1994), Sodré (2010), Castro (2004), Silva (2012) e outros. Para se discutir a teorização sobre currículo recorreu-se aos estudos de Kelly (1981), Moreira (2012), Pacheco (2001), Silva (2001) e Libâneo (2000).

A metodologia de pesquisa adotada foi a qualitativa sob a forma de estudo de caso. Os procedimentos ativeram-se ao uso de análise documental e de pesquisa de campo, realizada por meio de observação e entrevistas, com roteiro pré-estruturado. Os informantes foram selecionados por amostragem dentre um grupo de ex-comandantes/ ex-diretores da APM/GO, ex-instrutores e alunos que cursavam o 3º ano do CFO, em 2012. Constituiu-se um total de 20 (vinte) entrevistados, sendo 05 (cinco) ex-comandantes, ex-diretores e ex-instrutores da PM, 01 (um) chefe de divisão de Ensino da APM/GO, 01 (um) corregedor geral da PM/GO, 01(um) chefe de assessoria militar do Ministério Público Estadual, 01 (um) ex-docente, 05 (cinco) instrutores e 07(sete) alunos/cadetes.

Cabe ressaltar que, enquanto a pesquisa era realizada, ocorreu uma transformação na nomenclatura da Academia de Polícia Militar de Goiás (APM/GO)

que doravante passou a ser denominada: Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás (CAMP/GO).

Para facilitar a compreensão desta dissertação foi oportuno organizá-la em três capítulos. No primeiro, faz-se uma abordagem histórica a respeito da origem da Polícia Militar no Brasil e da academia de polícia. O segundo capítulo aborda o Ensino da Polícia Militar do Estado de Goiás e o terceiro capítulo aborda o Ensino na Academia de Polícia Militar.

1. POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS: REVISITANDO SUAS ORIGENS

Neste capítulo, tem-se como objetivo apresentar a história da instituição Polícia Militar do Estado de Goiás, trazendo ao leitor a sua origem, como chegou ao Brasil e sua organização em Goiás.

1.1. Polícia: Origem

A sociedade por si só estrutura-se e dentro dessa organização regras são estabelecidas para um bem comum – viver melhor. Os vários tipos de comunidades entendem que apenas regras sem fiscalização não funcionam, uma vez que disciplina consciente é utopia. Então, nesse processo, a polícia surge como instituição norteadora da vida em grupo.

Observa-se na história da humanidade – com o desenvolvimento das sociedades, o progresso e a expansão da economia – que os dirigentes e os governantes sentiram a necessidade de preservar a ordem e a segurança pública. A fim de assegurar uma vigilância adequada às necessidades da comunidade, foram criados Corpos de Guarda que deram origem às atuais instituições policiais.

Para cumprir sua função primordial, a instituição polícia ora se manifesta como a instituição de defesa e segurança, preservando a ordem pública, a liberdade, a propriedade e a segurança dos indivíduos, ora se mostra como instituição de melhoramento e de proteção, zelando pelo bem estar público, apoiando, no que for necessário, o desenvolvimento social, político, educacional e econômico da sociedade salientando, todavia, que são atividades orientadas a consolidar a ordem pública sob a ótica da manutenção das relações de força pública entre classes e grupos sociais. (SOUZA, 2003, p. 21).

Na concepção de Souza (2003), polícia é uma entidade de caráter político, que tem como principal objetivo manter vigilância constante sobre a sociedade, mediante policiamento¹, visando ao bem estar coletivo e ao bem público.

¹ Conjunto de atividades cujo objetivo é preservar a segurança de uma ordem social particular ou da ordem social em geral.

Dialogando com Souza,

Reiner (2004, p.19) reforça que polícia é identificada como uma corporação de pessoa patrulhando os espaços públicos, munida de um amplo mandato para controlar o crime, manter a ordem.

Antes de tudo, no entanto, a polícia é preventiva, com o objetivo de prever e evitar perturbação da ordem pública – ressalta-se que a ordem pública é definida por cada sociedade e, somente num segundo momento, a polícia torna-se repressiva, devendo remediar o mal causado. Entretanto, cabe à polícia, quando na função repressiva, não infringir as normas e leis que têm como objetivo garantir ao cidadão o respeito aos direitos humanos individuais ou coletivos.

A polícia deve garantir a ordem pública para que o Estado possa exercer suas funções. Dentro dessa ótica, pode-se concluir que a polícia é uma força pública.

Enquanto força pública, as polícias militares brasileiras têm sua origem nas Forças Policiais que foram criadas quando o Brasil era Império.

Anterior a esse período, percebe-se que, na história do Brasil Colônia, desde a expedição colonizadora de Martim Afonso de Sousa, de 1530, passando pelas Capitânicas Hereditárias de 1536 e pelos Governos Gerais de 1548, com Tomé de Souza, Mém de Sá e Duarte da Costa, enviados à Colônia para evitar a sua fragmentação, houve certo descaso por parte do governo português em relação à formação de uma força policial capaz de garantir a efetiva unidade da terra conquistada, constantemente ameaçada por invasões holandesas, espanholas, inglesas e francesas.

Para amenizar essa problemática, surgiram os almotacés², autoridades responsáveis por manter a ordem nas recém-criadas vilas, constituindo-se como os primeiros representantes de uma autoridade policial no Brasil Colônia.

Por ser mantida pelos impostos arrecadados pelas vilas, essa polícia exercia funções locais, devendo obediência à elite dominante. De acordo com Souza

² Termo vindo do árabe (almohtacet) que origina do verbo haçaba (contar, calcular); funcionário que devia fiscalizar a exatidão dos pesos e medidas, exercendo também a função de polícia da cidade.

(2003, p. 25), “a única polícia existente na época era a da Província de Minas Gerais em decorrência da necessidade de fiscalização da região aurífera”.

Entretanto, devido ao crescimento econômico e demográfico da colônia, a força de segurança presente nas figuras dos almotacés, quadrilheiros³ e, inspetores de quarteirão já não eram suficiente para manter a ordem interna e garantir a estabilidade das fronteiras nacionais, principalmente no sul do país, o que culminou na criação das Companhias de Ordenanças⁴, comandadas pelo Capitão-mor, cujo regimento existia desde 1570⁵.

As Companhias de Ordenanças não obtiveram êxito, em função de serem formadas por voluntários que não correspondiam aos projetos enriquecedores dos colonizadores. Foram, então, substituídas pelas “Companhias dos Dragões”, formadas principalmente por portugueses treinados, supostamente capazes de manter a disciplina nas províncias, além de serem “Tropas Pagas”, diferentemente das Companhias de Ordenanças.

1.2. Chegada da Polícia Militar ao Brasil

Em Portugal, D. João, Príncipe Regente, criou, por meio do decreto de 10 de Dezembro de 1801, a Guarda Real de Polícia de Lisboa, com a finalidade de manter a segurança, a ordem e a tranquilidade da corte e da população.

Por ocasião da invasão napoleônica a Portugal (1808), a Guarda Real da Polícia de Lisboa esteve à frente das decisões concernentes à vigilância e à segurança da família real e de sua corte, resguardando-a para que o embarque à

³ Capitães – Mores de Entrada e Assalto, conhecidos como capitães de mato, encarregados de efetuar as prisões de fugitivos, normalmente escravos, recebendo soldo (pagamento) pelos serviços prestados.

⁴ Organizadas nas cidades, vilas e povoados, comandadas por capitães que eram eleitos juntamente com os alferes, sargentos e cabos que, posteriormente, passariam a ser escolhidos pelos governadores.

⁵ Período considerado o marco inicial da defesa da Colônia Brasil.

colônia brasileira procedesse em segurança, visto que as tropas francesas encontravam-se próximas à cidade.

Quando D. João, Príncipe Regente, desembarcou no Rio de Janeiro, em 07 de março de 1808, sentiu necessidade de ampliar o sistema de segurança da colônia, já que essa limitava-se à presença dos Quadrilheiros, que faziam rondas de policiamento nas ruas da cidade. Em 13 de Maio de 1809, por decreto do Príncipe Regente, foi criada a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte, sob o comando do Coronel José Maria Rabelo, com a finalidade de promover a segurança e a tranquilidade da população, coibir a desordem e o contrabando.

Essa Divisão possuía características semelhantes às da Guarda Real de Polícia de Lisboa, inclusive o mesmo uniforme e armamento. Foi esse decreto que assinalou o nascimento da primeira Polícia Militar no Brasil, a do Estado da Guanabara, subordinada ao governador das Armas da Corte, que era o comandante da força militares, por sua vez, subordinado ao intendente-geral de Polícia.

A Guarda Real de Polícia foi comandada por expressivas figuras da história luso-brasileira. Entre os oficiais do Exército português - ressaltavam-se os seguintes: o coronel José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos e Souza e o Brigadeiro Miguel Nunes Vidigal; no Exército Brasileiro e no Corpo Militar de Polícia da Corte: o Tenente Coronel Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias), o Coronel Joaquim Antônio Fernandes de Assunção, o Tenente Coronel Antônio Sampaio, o General de Brigada Hermes Rodrigues da Fonseca dentre outros.

No entanto, os movimentos revolucionários ocorridos durante o período regional (1830-1840)⁶, como a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, a Balaiada, no Maranhão, e a Sabinada, na Bahia, fizeram com que o então ministro da justiça, padre Antônio Diogo Feijó, sugerisse que fosse criado no Rio de Janeiro (capital no império) um Corpo de Guardas Municipais Permanentes. A ideia de Feijó foi aceita e no dia 10 de outubro de 1831 foi criado o Corpo de Guardas do Rio de Janeiro, através de um decreto regencial, que também permitia que as outras

⁶ Período em que, devido à abolição de D. Pedro I e a menoridade do príncipe herdeiro, Pedro de Alcântara, o Brasil é governado por regentes.

províncias brasileiras criassem suas guardas, ou seja, as suas próprias polícias, o que contribuiu para o surgimento das polícias nas províncias brasileiras.

No reinado de D. Pedro II, o Corpo Policial da Corte – a antiga Guarda Real de Polícia da Corte – participou das operações de combate na Guerra do Paraguai, quando foram formados os 12º e 31º Corpos de Voluntários da Pátria.

A Polícia Militar contemporânea tem suas raízes na polícia que atuava nas províncias brasileiras. Passou por um processo de modificações em decorrência da necessidade de agir veementemente no período das regências, marcado por sucessivas revoltas nas províncias se, durante o segundo reinado, quando abandonou o seu foco de manutenção da ordem nas cidades, passou a defender os interesses do imperador, lutando contra os revoltosos que lhe faziam oposição.

Na regência do padre Diogo Feijó, a Guarda Real foi extinta (1831), cedendo lugar à Guarda Nacional⁷ (18/08/1831) e ao Corpo da Guarda Municipal (1832), cuja fiscalização era de responsabilidade do Major Luiz Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias). Entretanto, após a Proclamação da República, em decorrência da relativa autonomia obtida pelas ex-províncias⁸, houve um expressivo crescimento das forças policiais, culminando na formação de exércitos, que eram preparados para enfrentar situações de guerra.

1.3. Polícia Militar no Estado de Goiás

Nascida da integração das capitâneas de São Paulo e Minas Gerais, a Capitania de Goyaz⁹ teve sua efetiva ocupação vinculada à descoberta de minas de ouro, o que desencadeou intensos conflitos entre brancos e índios pelo domínio de terras e, conseqüentemente, das minas.

⁷ Responsável por defender a “Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império”.

⁸ Após a Proclamação da República, as antigas províncias passaram a ser denominados “Estados”.

⁹ Recebeu este nome em homenagem à tribo indígena Goyazes, que habitava a região na época.

O exemplo do que aconteceu com outras regiões auríferas da colônia, como Minas Gerais, a existência de conflitos exigia a presença de uma organização militar capaz de detê-los. Assim, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva foi intitulado Capitão-Mor de Goyaz, originando as primeiras milícias¹⁰ na capitania.

Segundo Souza (1999), somente em 1736, chega a Goiás o primeiro destacamento militar, o Regimento de Dragões¹¹, oriundo de Minas Gerais. Souza caracteriza este Regimento:

Corpo exemplar, com integrantes fisicamente perfeitos, inteligentes, educados, honestos e muito bem recompensados pelo Governo. O Regimento era assim constituído: 1 Capitão, 1 Tenente, 1 Alferes, 1 Furriel, 1 Tambor, 3 Cabos de Esquadra e 37 Soldados. Cabia-lhes a segurança interna, a vigilância das fronteiras, o patrulhamento intensivo da região diamantífera (Rio Claro/Pilões), o transporte dos quintos, a arrecadação dos dízimos e dos impostos. (SOUZA, 1999, p. 25)

É importante salientar que, juntamente com o Regimento de Dragões, atuavam também o Corpo Auxiliar e as Ordenanças, sendo o primeiro responsável pela vigilância e proteção da Província e o segundo devendo combater os contrabandistas, vigiar a cadeia, fazer ronda e manter a segurança do Ouvidor-Mor nas visitas aos principais arraiais da época, como Anta, Crixás, Pilar, Natividade, São José e Santa Lúcia.

A partir de 1770, os Dragões foram gradativamente sendo substituídos, em decorrência do pouco desempenho apresentado nas funções das quais eram incumbidos, sendo trocados pelos Regimentos Regulares de Cavalaria Auxiliar¹².

¹⁰ Eram recrutadas entre a população colonial (brasileiros) quanto aos soldados graduados e aos primeiros postos do oficialato. Porém, para os postos de oficiais superiores e generais, só concorriam os portugueses. O serviço era exercido sem remuneração, como nas Ordenanças.

¹¹ Durante o período colonial, os dragões constituíram um dos mais prestigiados tipos de tropas no Brasil, desempenhando tanto missões militares de defesa externa como missões de segurança interna.

¹² Regime Regular de Cavalaria de Minas (RRCM) ou constituía uma unidade do Exército Português no Brasil e, mais tarde, do Exército Imperial Brasileiro. A unidade era também conhecida "Dragões

Na província de Goiás, as pessoas eram recrutadas à força para compor o Regimento de Cavalaria, onde o recruta servia por 16 anos, voluntariamente (pelo período de oito anos) ou mesmo como semestreiro (sistema normalmente usado pelos filhos de pessoas ricas, que, inicialmente, serviam por seis meses e, nos anos subsequentes, por três meses a cada ano).

Com a crise econômica provocada pela independência do Brasil (1822), intensificaram-se as divergências entre os grupos dominantes, o que culminou na ascensão dos coronéis. Estes, que por serem, em sua maioria, grandes proprietários de terras e de escravos, passaram a comandar as Polícias Provinciais¹³ de acordo com seus próprios interesses, numa evidente demonstração de que detinham não somente o poder econômico como também o político.

Como lembra Foucault sobre poder político:

O poder teria essencialmente como papel manter relações de produção e reproduzir uma dominação de classe que o desenvolvimento e uma modalidade própria da apropriação das forças produtivas tornaram possível. O poder político teria neste caso encontrado na economia sua razão de ser histórica. (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Em 28 de Julho de 1858, o então presidente da província de Goiás, Dr. Januário da Gama Cerqueira, sancionou a Resolução nº 13, criando a Força Policial de Goiás, com ação limitada à capital da província (Vila Boa), Arraias e Palmas, fixando seu efetivo em: 1 Tenente - João Pereira de Abreu -, Alferes¹⁴ Aquiles Cardoso de Almeida e Alferes Antônio Xavier Nunes da Silva, 2 Sargentos, 1 Furriel¹⁵ e 41 praças.

Reais de Minas” ou “Dragões d’El-Rei” em virtude de ter tido origem nas companhias de dragões de Minas Gerais.

¹³ Tinha a função de escoltar presos e condenados, socorrer municípios ameaçados de sedição, insurreição e rebelião, prender ladrões e malfeitores. (SOUZA, 1999, p. 33)

¹⁴ Antigo posto militar, equivalente ao atual de segundo-tenente.

¹⁵ Posto ou função existente nas forças armadas de vários países. Quando existe como posto, corresponde, normalmente, a uma graduação da categoria de sargento.

Figura 1: Autorização para organização de uma força policial na Província de Goyaz
(1858)

Francisco Januário da Gama Cerqueira, Presidente da Província de Goyaz: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa provincial decretou e eu sancionei a resolução seguinte:
Art. 1º - O Presidente da Província fica autorizado para organizar uma Força Policial, conforme o plano abaixo segue:

Nº de Graduações	Vencimentos Anual	Mensal
1 Tenente	50\$000	600\$000
2 Alferes	80\$000	960\$000
2 Sargentos	56\$000	672\$000
1 Furriel	24\$000	288\$000
3 Cabos	60\$000	720\$000
41 Praças inclusive		
Um tambor a 600 réis diários	738\$000	8.856\$000

Fonte: (SOUZA, 1999, p. 36).

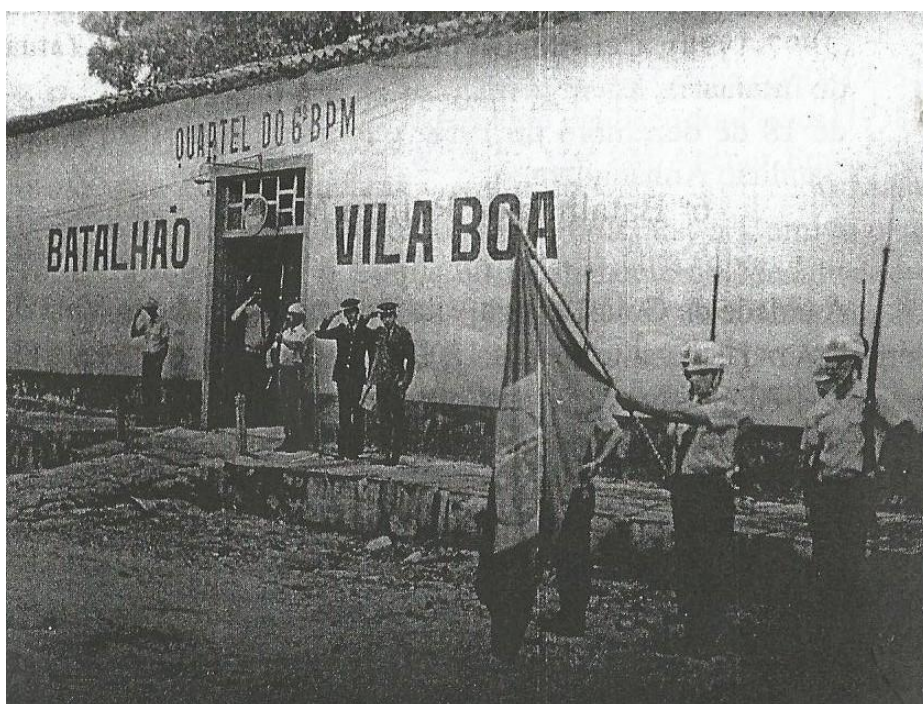
Com a criação da força policial, vários civis foram contratados para o policiamento local: eram os bate-paus. Sem qualquer instrução, com disciplina precária, eles não possuíam qualquer garantia e só recebiam do governo uma pequena diária e ajuda de custo, para que não passassem fome durante as diligências. Usavam como arma apenas um pedaço roliço de madeira (tipo cassetete), que representava o símbolo do poder da justiça, e podiam ser usados na hora de efetuar uma prisão ou diligência, ou defender alguém de uma agressão.

Sem fardamento, nem armas privativas, eles passaram, posteriormente, a ser escolhidos pelas demonstrações de coragem e por critérios estabelecidos pelos próprios delegados. Muitos desses bate-paus fizeram profissão e tinham preferência nos chamados, por suas qualidades de força, coragem e destreza.

A Força Policial recém-criada conviveu com o 20º Batalhão do Exército e Esquadrão de Cavalaria, também com sede na Capital, e que, conseqüentemente, intervinha em suas atividades, gerando conflitos internos e grandes desmandos.

Para sediar a Força Policial foi adquirida pela fazenda provincial, em junho de 1863, uma área de 724m², comprada dos herdeiros do finado Coronel João Nunes da Silva, destinada à construção do primeiro Quartel da Força Policial de Goiás, que abrigou o comando da Corporação de 1863 a 1936, e atualmente é a sede do 6º BPM na cidade de Goiás. (<http://www.pm.go.gov.br/site/index.php?t=16&mod=portal/historico>).

Figura 2: Primeiro Quartel da Força Policial de Goiás - GO (1863)



Fonte: *O Anhanguera* (1999)

1.3.1. A participação da força policial de Goiás na Guerra do Paraguai

De acordo com Pomer (2001, p. 17), o Paraguai era autossuficiente na produção de algodão, matéria-prima básica para a indústria inglesa, além de dominar o comércio na Bacia do Prata¹⁶, o que impedia a utilização dos rios como via fluvial de acesso a Mato Grosso.

¹⁶ Formada pelos rios Paraguai, Paraná e Uruguai.

O sucesso socioeconômico e a autonomia internacional do Paraguai destoavam do conjunto latino-americano e prejudicavam os interesses ingleses na região.

Em 1865, o Paraguai invadiu o Mato Grosso e o norte da Argentina e, no mesmo ano, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai criaram a Tríplice Aliança¹⁷.

O Decreto nº 3.383, assinado em 21 de janeiro de 1865, estabelecia que se colocasse à disposição do governo Central a Guarda Nacional de cada Província.

O Presidente Dr. Augusto Ferreira França, que tomava posse do Governo em 27 de abril de 1865, decidiu criar o primeiro elemento de Voluntários da Pátria, em ato datado de 5 de maio.

O Presidente da Província, em virtude do Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro do ano corrente, e tendo em vista Avisos do Ministério da Justiça de 26 de dezembro de 1864 e da Guerra de 10 de janeiro de 1865, tem resolvido criar uma Companhia de Voluntários da Pátria, cedida ao Batalhão de Caçadores desta Província, a qual terá a mesma organização das companhias do dito Batalhão e irá sendo preenchida à proposição que se forem apresentando cidadãos para nela se alistarem.

Façam-se as necessárias comunicações.

Palácio do Governo de Goiás, 5 de maio de 1865.(a) Augusto Ferreira França. (*Apud* SOUZA, 1999, p. 39)

O 16º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado em Vila Boa, capital da Província de Goiás, partiu rumo ao Mato Grosso sob o comando do Tenente-coronel do Exército Brasileiro Joaquim Mendes Guimarães. Depois de completo, foi comandado pelo Major do Exército em comissão Manuel Batista Ribeiro Faria, que o incorporou ao 20º Batalhão de Linha. Foram convocados na Província de Goiás 427 homens, entre voluntários (276), membros da Guarda Nacional (108) e escravos libertos (43). Deste total, somente 276 seguiram para a luta na condição de recrutas.

A participação dos recrutas goianos na Guerra do Paraguai foi importantíssima, apesar de não terem enfrentado os invasores paraguaios. Eles foram encarregados do fornecimento de víveres às tropas estabelecidas às margens

¹⁷ Denominação dada ao acordo firmado entre três países da América do Sul (Brasil, Argentina e Uruguai) para derrotarem o vizinho Paraguai.

do Rio Coxim, além de abastecer os diversos acampamentos distribuídos ao sul e ao norte de Mato Grosso.

1.3.2. Os caminhos da Polícia Militar de Goiás

Com o fim da Guerra do Paraguai (1865-1870), tornou-se urgente solucionar as questões internas da Província, como a descentralização administrativa e o policiamento local que, nesse período, tornaram-se precários, uma vez que o Exército afastou-se das questões internas provinciais, deixando a cargo da Força Policial da Província de Goiás a manutenção da segurança¹⁸. No Governo Antero Cícero de Assis, em 10 de 1874, baixou-se a Resolução Provincial nº 520, fixando a Força Policial de Goiás, que se encontrava inoperante desde sua criação em 1858.

A resolução nº 520 de 1874 não mudou a realidade da Força Policial que, em 1879, foi mais uma vez reestruturada, recebendo novo regulamento e nova denominação, passando a ser chamada “Companhia Policial de Goiás”.

Em 1884, o presidente da Província de Goiás, Dr. Camilo Augusto Maria de Brito, mais uma vez reorganizou a Companhia Policial, extinguindo a figura do “bate-paus”, voltando à denominação de Força Policial e nomeou seu primeiro Comandante para dar início ao seu funcionamento.

Nomearam-se, oficialmente: primeiro comandante, o Capitão João Fleury Alves de Amorim, o Tenente João Pereira de Abreu, o Alferes Achilles Cardoso de Almeida e Antônio Chavier Nunes da Silva.

Eram oficiais de honra: Coronel Joaquim da Gama Lobo d'Eça, Tenente José da Costa Brandão, Alferes Felipe José Correia de Melo, Dr. Francisco de Paula Alvares, Padre Capelão Tenente Joaquim Cornélio Brom e Padre Inácio Francisco de Souza. Os oficiais Honorários eram Capitão Antônio Fleury Curado, Augustinho Ribeiro da Fontoura, Cincinato da Mota Pedreira, João Crisóstomo Moreira,

¹⁸ Sob a responsabilidade da Força Policial, enquanto a segurança externa sob a responsabilidade do Exército Brasileiro.

Tenentes Luiz Macedo de Carvalho Junior, Manoel José Pinto e Alferes Ayres Emílio Dias, Francisco d'Abadia Velasco e Antônio José do Vale Heitor.

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, iniciou uma nova fase política que cedeu maior autonomia aos Estados e, conseqüentemente, às Polícias, que tiveram de se moldar às necessidades impostas pelo novo regime e pela nova Constituição.

Seguindo uma tendência nacional, a maioria dos estados brasileiros possuía suas economias alicerçadas na agropecuária, principalmente no café, que era o principal produto de exportação do país. Nesse contexto, os coronéis em Goiás também passaram a obter destaque no cenário político em decorrência da influência conquistada no âmbito econômico, manipulando inclusive a polícia.

Souza (2003) argumenta que:

As forças policiais criadas durante o período Regencial cresceram e fortaleceram-se de modo a transformarem-se em verdadeiros exércitos, como reflexo da autonomia estadual. Treinadas e equipadas como força de guerra, em função da ideologia política reinante, foram utilizadas como elementos de pressão dos governos estaduais, na salvaguarda dos interesses regionais, principalmente na fase mais conhecida como a do “coronelismo”. (SOUZA, 2003, p.26).

As primeiras décadas do século XX foram significativas para a estrutura da polícia, que passou por severas mudanças em virtude do crescimento do Estado¹⁹. Era o início da militarização da polícia.

Numa tentativa de apaziguar as divergências político-econômicas da época e determinar um efetivo para a polícia de Goiás, leis foram criadas, inclusive visando amenizar os atritos entre civis e “militares”.

¹⁹ Destaque para a chegada da estrada de ferro (1913) à cidade de Ipameri, integrando Goiás ao Centro-Sul do país e contribuindo para o crescimento da agricultura comercial, além de favorecer o processo de aceleração ocupacional.

Dentre elas, a Lei nº 5, de 12 de julho de 1892, criou o Corpo de Polícia de Goiás, fixada em 21 Oficiais e 379 Praças de Pré²⁰. Coube a essa Lei garantir o direito de reforma ao Oficial ou Praça de Pré que se tornasse inválido.

Em 19 de agosto de 1893, mediante a Lei nº 49, criou-se um Piquete de Cavalaria²¹.

Apesar dessas leis, entretanto, existia uma grande oscilação do efetivo, o que levou o governo à Lei nº 84 de 18 de julho de 1895, que permitiu que civis fossem nomeados Oficiais, e à Lei nº 162, de 8 de julho de 1898, que criou o quadro de voluntários.

Devido à suposta valorização do civil provocada principalmente pela criação dessas duas últimas leis, foi criada a Lei nº 194, de 16 de junho de 1898, que originou a Polícia Civil.

A Lei nº 364, de 2 de julho de 1910, transformou o Corpo de Polícia em Batalhão de Polícia. Segundo Souza (1999), nesse mesmo período, foram estabelecidos o rancho²² e a sala das Ordens do Governo, sob a direção de um Oficial designado pelo Presidente, a quem cabia nomear o Comandante do Batalhão de Polícia, com graduação mínima de Major.

Todavia, é a Lei nº 497, de 30 de julho de 1914, que interessa particularmente a esta pesquisa, por determinar que não pudessem ter acesso às promoções dentro do Batalhão os praças que não soubessem ler e escrever. Tal lei aguçou a instrução como elemento de ascensão na carreira militar, até então relegada a um segundo plano. No entanto, mesmo com a exigência dessa determinada escolaridade para galgar profissionalmente a carreira, somente em 1924 foi criada a Escola Regimental, pelo Maj. Oscar Alvéolos, cujo objetivo era alfabetizar a tropa, tendo por professores os tenentes do Batalhão.

Em 1933, Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal e governador de Goiás, sucessivas vezes lutou para colocar o Estado dentro do contexto capitalista

²⁰ Corpo de voluntários sem estabilidade assegurada.

²¹ Responsável pelo atendimento às diligências violentas, contando com verba fixa.

²² Refeição para muitas pessoas, preparada no quartel por um oficial subalterno.

que impulsionava o País. O projeto do Governo Federal chamado “Marcha para o Oeste” aumentou a produção econômica de Goiás e transformou a polícia goiana, que foi reestruturada e transferida para a nova capital. A partir de 1946, a Força Policial de Goiás passou a ser denominada Polícia Militar do Estado de Goiás (PM/GO).

Em 1936, o ensino ministrado na Polícia Militar de Goiás, que, como frisado, era de responsabilidade dos oficiais do Batalhão, ganhou novo impulso, ao permitir que os membros da Corporação fossem alfabetizados pela professora Goiandira Ayres do Couto, voluntária, primeira civil a exercer essa função junto à instituição. As aulas eram ministradas em uma sala improvisada, na sede do Quartel da Polícia Militar de Goiás até a transferência do contingente para Goiânia [atualmente, essa sala é conhecida como “Auditório Goiandira Ayres do Couto”, na cidade de Goiás].

Figura 3: Professora Goiandira Ayres do Couto (ao centro)
primeira professora civil da PMGO (1936)



Fonte: *O Anhanguera* (1999).

O grande número de analfabetos na Polícia Militar de Goiás tornou-se motivo de preocupação tanto para a corporação como para o Estado. Dessa forma, o Capitão do Exército Langleberto Pinheiro Soares idealizou e o Interventor, Dr. Pedro Ludovico Teixeira criou, em 19 de junho de 1939, o Departamento de

Instrução Militar (DIM), visando oferecer em todo o Estado. Cursos de Formação de Oficiais, Sargentos e Cabos, Curso de Formação de Sargentos, Escola de Recrutas, tendo como comandante o Major da Força Pública de São Paulo, Cícero Bueno Brandão.

O objetivo primeiro do curso implantado foi à formação de monitores, habilitando-os para a instrução militar da tropa e para o ensino da instrução policial e tornando-os aptos para o comando de Destacamentos Policiais no interior do Estado. (SOUZA, 1999, p. 93).

No início da década de 60, o Major do Exército Brasileiro Mauro Borges Teixeira assumiu o Governo do Estado de Goiás. Esse governador teve uma preocupação especial com a segurança pública do Estado e reestruturou o sistema de ensino do Policial Militar.

Com o golpe militar de 1964, o então Governador Mauro Borges Teixeira foi deposto do cargo pelas forças federais. Conseqüentemente, com a nova ordem política, os comandantes da Polícia Militar passaram a ser oficiais superiores do Exército, escolhidos pelo então Interventor Federal²³ e os governadores do Estado de Goiás²⁴ nomeados pelo Governo Federal a partir de então.

Em 1970, o coronel Israel Cópio Filho implantou o Regulamento Disciplinar do Exército na Polícia Militar de Goiás e trouxe as normas de ensino do Exército para o Departamento de Instrução da Polícia Militar, por força da recém-criada Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM).

No período pós-anistia, quando os governadores já não eram indicados pelo Governo Federal, mas eleitos pelo povo. Desse modo, o chefe do executivo local, o governador, passou a ter liberdade para escolher os Comandantes da

²³ Interventores do Estado de Goiás de (1964 – 1965) – Carlos de Meira Mattos e Emilio Rodrigues Ribas Junior (1965 a 1966).

²⁴ Governadores nomeados no período da ditadura militar de 1966 e 1983: Otávio Lage de Siqueira (eleito); Leonino Di Ramos Caiado (nomeado); Irapuan Costa Junior (nomeado) e Ary Ribeiro Valadão (nomeado).

Polícia, o que representou um avanço, uma vez que estes agora poderiam ser escolhidos entre aqueles que tinham feito carreira dentro das Corporações.

Em 1981, o Major do Exército Nelson Ivan Pacheco reorganizou a PM/GO logística e pedagogicamente, trazendo mudanças nas normas internas do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA). Provocou alterações no Regulamento Disciplinar, que garantiram direito de defesa aos militares que por algum motivo tivessem o direito de defesa tolhido ou fossem punidos de modo injusto.

1.3.2.1. A Inspeção Geral das Polícias Militares

A Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), criada pelo Decreto-Lei nº 317/67, tinha como objetivo supervisionar o ensino militar no Brasil, o que era realizado através de diretrizes curriculares e outras orientações pedagógicas.

Apesar de não terem o mesmo fim, o ensino para a Polícia Militar era regulamentado por legislação específica das Forças Armadas, o R-200 – Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares – aprovado pelo Decreto nº 66.862 de 08 de julho de 1970, alterado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. O Capítulo VI do Decreto nº 88.777 dizia:

[...]

Art. 26 – O Ensino nas Polícias Militares orientar-se-á no sentido de destinação funcional de seus integrantes, por meio da formação, especialização e aperfeiçoamento técnico-profissional, com vistas, prioritariamente, à segurança Pública.

Art.27 – O ensino e a instrução serão orientados, coordenados e controlados pelo Ministério do Exército, por intermédio do Estado Maior do Exército, mediante a elaboração de diretrizes e outros documentos normativos.

Art. 28 – A fiscalização e o controle do ensino e da instrução pelo ministério do Exército serão exercidos:

- 1) Pelo Estado-Maior do Exército, mediante a verificação de diretrizes, planos gerais, programas e outros documentos periódicos, elaborados pelas Polícias Militares: mediante o estudo de relatórios, visitas e inspeções dos exércitos e Comandos Militares de Áreas, bem como por meio de visitas e inspeções do próprio Exército, realizadas por intermédio da IGPM;
- 2) Pelos Exércitos e Comandos Militares de Áreas, nas áreas de sua jurisdição, mediante visitas e inspeções, de acordo com diretrizes e normas baixadas pelo Estado-Mor;
- 3) Pelas Regiões Militares e outros Grandes Comandos, nas respectivas áreas de jurisdição, por delegação dos Exércitos ou Comandos Militares de Área, mediante visitas e inspeções, de acordo com diretrizes e normas baixadas pelo Estado-Maior do Exército.

[...]

Art. 37 – Compete ao Estado Maior do Exército, por intermédio da Inspeção Geral das Polícias Militares:

[...]

III – Orientação, fiscalização e controle do ensino e da instrução das Polícias Militares.

[...]

VII – Orientar as polícias militares, cooperando no estabelecimento e na atualização da legislação básica dessas Corporações, bem como coordenar e controlar o cumprimento dos dispositivos da legislação federal e estadual pertinentes.

[...]

A IGPM fez o controle de ensino das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares entre os anos de 1983 a 1990, quando, por meio do Decreto Federal nº 99.669, de 06 de novembro de 1990, este papel foi passado ao Comando de Operações Terrestres (COTER). Este controle se sustentou em duas diretrizes básicas:

- a) Diretriz para o Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares Independentes (DFEE/PMCB), que estabeleceram preceitos comuns para o funcionamento dos estabelecimentos de Ensino das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares;

b) Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução (DGEI) que tinha por finalidade orientar o planejamento e o desenvolvimento do ensino e das instruções nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e regular o seu controle, coordenação e fiscalização.

Depois de 1987, a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM) adotou como regra só publicar uma Diretriz Geral para o Ensino e Instrução e somente quando necessária. Esta prática deu mais maleabilidade às polícias, que, logo após, ficaram responsáveis por fazer as alterações que lhes fossem encaminhadas.

Com essas medidas pontos positivos e negativos apareceram:

Um dos pontos positivos foi o término da imposição de que a formação policial fosse voltada para os interesses das Forças Armadas. [...] O ponto negativo, no entanto, foi que as corporações das polícias militares deixaram de ter uma coordenação em âmbito nacional, gerando, assim, uma diversidade acentuada na questão da formação dos policiais militares. (SOUZA, 2003, p. 42)

1.3.3. A Polícia Militar de Goiás Hoje

O crescimento do Estado de Goiás, tanto econômico quanto populacional, obrigou a Corporação a crescer junto, expandindo-se em várias unidades na capital e interior. Essa expansão foi progressiva, à medida que cada governador de estado se convencia da sua necessidade.

Marconi Perillo, ao assumir o governo de Goiás (2000), designou uma comissão de oficiais para apresentar um estudo aprofundado da descentralização de comandos. O estudo resultou em um documento que aprovou uma nova metodologia na corporação, voltada para a extinção, transformação, unificação e criação de órgãos integrantes do Estado²⁵. Foi assim decretada de imediato a descentralização do Comando de Policiamento do Interior e da Capital. Os antigos

²⁵ Foram extintas a Diretoria de Ensino Instrução e Pesquisa e a Academia de Polícia Militar (área da Polícia Militar), a superintendência da Academia de Polícia Civil e o Centro Tecnológico de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás. Foi criada a superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública.

Comandos de Policiamento do Interior (CPI) e Comando de Policiamento Metropolitano (CPM) se dividiram, então, em comandos regionais. A descentralização em regionais passou a permitir que o policial militar se deslocasse com maior agilidade, contribuindo para que os problemas fossem detectados e administrados de acordo com as necessidades, tratando especifica e prioritariamente cada situação na sua exata medida e com as providências necessárias e atuantes cabíveis.

Essa forma de descentralizar o comando operacional da PM, concedendo ao coronel o poder de decidir e ao mesmo tempo resolver quaisquer questões na sua área de atuação, foi um passo para a modernidade, visando levar a segurança pública para os goianos com mais qualidade. Atualmente, existem dezoito Comandos Regionais da Polícia Militar em todo o Estado de Goiás.

1.3.4. Entendendo um pouco a organização da Polícia Militar de Goiás

Nesta pesquisa, pode-se observar que a Polícia Militar sofreu poucas alterações estruturais ao longo de sua história. Por outro lado, seu nome foi modificado diversas vezes. Desde sua efetiva criação em 1809, passou de Guarda Real de Polícia para Força Policial em 1858; Companhia Policial de Goiás em 1879; Força Policial de Goiás em 1884; depois para Companhia de Polícia de Goiás em 1892; em 1910, recebeu o nome de Batalhão de Polícia de Goiás; em 1930, foi denominada Força Pública Militar de Goiás; em 1935, Polícia Militar de Goiás; 1940 Forças Policial de Goiás; 1946 Polícias Militar do Estado de Goiás, e, por fim, em 1988, Polícia Militar de Goiás.

Atualmente, a Polícia Militar de Goiás atende todo o Estado com seu efetivo. Está estruturada de maneira a defender esta demanda territorial por meio de Comandos Regionais de Polícia Militar, Batalhões e Companhias Independentes.

A Polícia Militar do Estado de Goiás apresenta-se como uma instituição altamente burocratizada, nas suas divisões e subdivisões, a fim de cumprir com eficácia seus objetivos:

promover o policiamento ostensivo e preventivo. Os comandos, unidades e seções que compõem a Polícia Militar do Estado de Goiás formam uma complexa estrutura burocrática de mando e obediência. (...) um batalhão localizado numa determinada cidade do interior do estado ou mesmo na capital pode possuir companhias ou pelotões em outras cidades vizinhas ou em outros bairros e setores próximos. Todos estes desdobramentos fazem com que haja policiais militares em todas as partes do Estado. (SILVA, 2002, p. 22)

A organização hierárquica das funções da polícia militar apresenta-se conforme o modelo a seguir.

Como principal instância de mando e poder da Polícia Militar, encontra-se o Estado Maior. Este é constituído pelo alto comando da instituição, incluindo o Comandante Geral, o Subcomandante Geral, os Assistentes do Comando Geral e as seguintes seções: PM-1, PM-2, PM-3, PM-4, PM-5, PM-6, PM-7 e PM-8.

Como observado nos dados fornecidos pela própria Assessoria de Comunicação Social – PM-5, a Polícia Militar do Estado de Goiás concentra em Goiânia seu maior efetivo policial.

Para melhor visualização de localização do efetivo da polícia militar no Estado de Goiás adotou-se o esquema elaborado pela PM-3, conforme se segue:

Figura 4: Localização do efetivo da Polícia Militar de GO

REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA	
UNIDADE	LOCAL
1º Comando Regional de Polícia Militar	Goiânia
1º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
7º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
9º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
13º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
30º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia

31º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
1ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goiânia
9ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goiânia
27ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goiânia
28ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goiânia
29ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goiânia
37ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goiânia
6ª Companhia Independente de Polícia Militar/GIRO	Goiânia
Batalhão de Polícia Militar Escolar	Goiânia
Batalhão de Polícia Militar de Trânsito	Goiânia
Batalhão de Polícia Militar de Choque	Goiânia
Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas	Goiânia
Grupamento Aéreo	Goiânia
Regimento de Polícia Montada	Goiânia
Centro de Operações da Polícia Militar do Estado de Goiás	Goiânia

REGIÃO DO ENTORNO SUL DE GOIÂNIA

UNIDADE	LOCAL
2º Comando Regional de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
8º Batalhão de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
22º Batalhão de Polícia Militar	Trindade
27º Batalhão de Polícia Militar	Senador Canedo
8ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
16ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
25ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
26ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aparecida de Goiânia
30ª Companhia Independente de Polícia Militar	Trindade
Comando de Operações da Polícia Militar	Aparecida de Goiânia

REGIÃO CENTRO GOIANO

UNIDADE	LOCAL
3º Comando Regional de Polícia Militar	Anápolis
4º Batalhão de Polícia Militar	Anápolis
28º Batalhão de Polícia Militar	Anápolis
18ª Companhia Independente de Polícia Militar	Pirenópolis
23ª Companhia Independente de Polícia Militar	Inhumas
34ª Companhia Independente de Polícia Militar	Alexânia
24ª Companhia Independente de Polícia Militar	Goianápolis
31ª Companhia Independente de Polícia Militar	CPE - Anápolis

REGIÃO NOROESTE

UNIDADE	LOCAL
4º Comando Regional de Polícia Militar	Cidade de Goiás
6º Batalhão de Polícia Militar	Goiás
19ª Companhia Independente de Polícia Militar	Jussara

39ª Companhia Independente de Polícia Militar

Itaberaí

REGIÃO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE	LOCAL
5º Comando Regional de Polícia Militar	Luziânia
10º Batalhão de Polícia Militar	Luziânia
19º Batalhão de Polícia Militar	Novo Gama
20º Batalhão de Polícia Militar	Valparaíso
2ª Companhia Independente de Polícia Militar	Luziânia
3ª Companhia Independente de Polícia Militar	Cidade Ocidental
32ª Companhia Independente de Polícia Militar	Cristalina
33ª Companhia Independente de Polícia Militar	CIA Choque- Valparaíso de Goiás

REGIÃO SUL

UNIDADE	LOCAL
6º Comando Regional de Polícia Militar	Itumbiara
5º Batalhão de Polícia Militar	Itumbiara
26º Batalhão de Polícia Militar	Caldas Novas
29º Batalhão de Polícia Militar	Goiatuba
10ª Companhia Independente de Polícia Militar	Morrinhos

REGIÃO OESTE

UNIDADE	LOCAL
7º Comando Regional de Polícia Militar	São Luiz Montes Belos
25º Batalhão de Polícia Militar	Palmeiras de Goiás
12º Batalhão de Polícia Militar	Iporá
4ª Companhia Independente de Polícia Militar	Aragarças
17ª Companhia Independente de Polícia Militar	Anicuns
20ª Companhia Independente de Polícia Militar	São Luiz Montes Belos

REGIÃO SUDOESTE

UNIDADE	LOCAL
8º Comando Regional de Polícia Militar	Rio Verde
2º Batalhão de Polícia Militar	Rio Verde
5ª Companhia Independente de Polícia Militar	Indiara
12ª Companhia Independente de Polícia Militar	Quirinópolis
38ª Companhia Independente de Polícia Militar	Rio Verde
21ª Companhia Independente de Polícia Militar	Santa Helena

REGIÃO SUDESTE

UNIDADE	LOCAL
9º Comando Regional de Polícia Militar	Catalão
11º Batalhão de Polícia Militar	Pires do Rio
18º Batalhão de Polícia Militar	Catalão

REGIÃO NORTE

UNIDADE	LOCAL
10º Comando Regional de Polícia Militar	Ceres
14º Batalhão de Polícia Militar	Uruaçu
23º Batalhão de Polícia Militar	Goianésia
22ª Companhia Independente de Polícia Militar	Ceres

REGIÃO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE	LOCAL
11º Comando Regional de Polícia Militar	Formosa
16º Batalhão de Polícia Militar	Formosa
	Planaltina
21º Batalhão de Polícia Militar	

REGIÃO NORTE

UNIDADE	LOCAL
12º Comando Regional de Polícia Militar	Porangatu
3º Batalhão de Polícia Militar	Porangatu
13ª Companhia Independente de Polícia Militar	São Miguel Araguaia

REGIÃO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

UNIDADE	LOCAL
13º Comando Regional de Polícia Militar	Águas Lindas
17º Batalhão de Polícia Militar	Águas Lindas
11ª Companhia Independente de Polícia Militar	Santo Antônio Descoberto
35ª Companhia Independente de Polícia Militar	Águas Lindas
36ª Companhia Independente de Polícia Militar	Padre Bernardo

REGIÃO SUDOESTE

UNIDADE	LOCAL
14º Comando Regional de Polícia Militar	Jataí
15º Batalhão de Polícia Militar	Jataí
7ª Companhia Independente de Polícia Militar	Mineiros

COMANDO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE GOIÁS

UNIDADE	LOCAL
15º Comando Regional de Polícia Militar	Goiânia
1º Batalhão de Polícia Militar	Goiânia
2º Batalhão de Polícia Militar	São Luiz Montes Belos
1ª Companhia Independente de Polícia Militar	Caldas Novas
2ª Companhia Independente de Polícia Militar	Uruaçu
3ª Companhia Independente de Polícia Militar	TOR - Goiânia

COMANDO AMBIENTAL DO ESTADO DE GOIÁS

UNIDADE	LOCAL
16º Comando Regional de Polícia Militar	Abadia de Goiás
1º Batalhão de Polícia Militar Ambiental	Abadia de Goiás
1ª Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental	Aruanã
2ª Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental	-

COMANDO AMBIENTAL DO ESTADO DE GOIÁS

UNIDADE	LOCAL
17º Comando Regional de Polícia Militar	Posse
24º Batalhão de Polícia Militar Ambiental	Posse
14ª Companhia Independente de Polícia Militar Ambiental	Alto Paraíso de Goiás

18º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR

UNIDADE	LOCAL
18º Comando Regional de Polícia Militar	Goiânia
Gabinete do Comando Geral	Goiânia

Fonte: http://www.pm.go.gov.br/site/index.php?mod=portal/pm_mapa

Para ingressar na Polícia Militar de Goiás, o civil necessita possuir curso superior e, uma vez aprovado em processo seletivo, realizará cursos para prosseguimento de carreira, visando elevar o nível cultural e profissional daqueles que pretendem ascender na Corporação.

Cabe salientar que os civis que ingressam na APM/GO são oriundos principalmente da classe média brasileira, cujos pais são funcionários públicos, inclusive policiais, professores, comerciantes, dentre outros. São jovens provenientes de Goiânia ou de outros municípios do estado de Goiás, de outros estados da região Centro-Oeste ou de outras Unidades da Federação, que almejam essa profissão por motivações familiares e/ou atraídos pela possibilidade de adentrarem no serviço público.

Como surgiu e evoluiu a Instituição de formação da PM/GO, sua contribuição para a formação de oficiais e praças, a influência dos governos militares sobre o currículo e sobre o ensino oferecido pela Academia serão algumas das questões abordadas no capítulo II.

2. O ENSINO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

Este capítulo inicia-se com a finalidade de mostrar o processo educacional na “caserna” Policial Militar do Estado de Goiás.

Educação e Instrução são temáticas que se encontram interligadas e, portanto, não podem ser relegado a um segundo plano ao se tratar a questão do ensino na PM/GO.

Educação é o processo de formação social e do caráter, incluindo uma concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática. Por outro lado, a instrução refere-se à formação intelectual resultante do domínio de certo nível de conhecimentos sistematizados.

Ao se referir a esta inter-relação, Libâneo (1990, p. 09) alega que:

[...] A instrução, mediante o ensino, tem resultados formativos quando converge para o objetivo educativo, isto é, quando os conhecimentos, habilidades e capacidades propiciadas pelo ensino se tornam princípios reguladores da ação humana, em convicções e atitudes reais frente à realidade. [...] O ensino é o principal meio e fator da educação – ainda que não o único – e, por isso, destaca-se como campo principal da instrução e educação.

O ensino policial militar se originou da necessidade da corporação de assimilar técnicas, estratégias e doutrinas capazes de melhorar o desempenho de suas obrigações constitucionais como força auxiliar e reserva do Exército Brasileiro.

A polícia militar, como já descrito, teve vários fluxos e refluxos na sua história, resultantes da decisão do policial militar, do governo e militares do exército. De acordo com a Constituição Federal de 1934, em seu Artigo 167: “As Polícias Militares são consideradas reservas do Exército Brasileiro e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da nação” (SOUZA, 2003, p. 27).

O policial bem instruído desempenha melhor o seu trabalho em sua instituição e tende a garantir a convivência pacífica de todos os cidadãos de tal modo que o exercício dos direitos de cada um não se transforme em abuso e não impeça ou não perturbe o exercício dos direitos alheios.

A qualificação do policial militar visa também evitar a continuidade de uma sociedade em que cada uma faz o que lhe convém, sem pensar nos interesses ou nos direitos dos outros, e em que não há liberdade, porque os mais fortes, os menos escrupulosos, os mais poderosos, excluem aqueles que não lhes podem resistir. Tais atitudes andam na contramão da Constituição Federal de 1988, que apregoa:

[...]

Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

II – Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer coisa alguma senão em virtude da lei;

[...]

X – São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

[...]

XXXIX – Não há crime sem lei anterior que o defina;

[...]

LVII – Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória.

[...]

Esses princípios, embora posteriores ao início da formação do policial militar em Goiás, de certa forma presidem a necessidade de qualificar o profissional da segurança pública mediante a realização de cursos superiores ou não, capazes de prepará-los para atender de forma eficaz a sociedade, desconsiderando o arcaico paradigma de que a força policial estaria acima da lei.

2.1. A formação do policial no início da PM/GO

O fato de a alfabetização ter sido colocada como uma das condições impostas às praças para terem acesso e galgar promoções junto à Corporação foi decisivo para despertar o interesse pela educação formal aos soldados.

Entretanto, antes de iniciar a discussão a respeito do ensino oferecido ao policial militar de Goiás, cabe ressaltar que existem diferenças entre o ensino militar e o ensino policial militar, responsáveis pela divergência do currículo de ambas as modalidades de ensino.

Souza (2003, p. 39) afirma que:

O ensino militar é aquele ministrado nas escolas militares das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) com o objetivo de manutenção da paz e da soberania da nação. A formação é feita por meio de um currículo que enfatiza disciplinas relacionadas com o conflito armado convencional propriamente dito. Já o ensino policial militar é aquele ministrado nas escolas militares das polícias militares do Brasil, como, por exemplo, na Academia de Polícia de Goiás. A finalidade essencial do currículo dessas escolas é preparar o policial militar para promover a segurança do cidadão, nas mais variadas circunstâncias que se apresentem.

Assim sendo, fica assente que o ensino militar é oferecido seguindo um currículo que visa preparar o militar das Forças Armadas efetivamente para a guerra, enquanto que, no currículo do ensino policial militar, é fundamental oferecer subsídios para que ele possa proteger o cidadão, não de um inimigo propriamente dito (esta é a função das Forças Armadas), mas de outro cidadão que, por algum motivo, apresente desajustes sociais ou psíquicos e em decorrência disso provoque desordem junto à sociedade.

Nesse contexto, o ensino policial militar é o que diretamente interessa a esta pesquisa, cujo intuito é realizar uma retrospectiva histórica da formação do policial militar de Goiás no período de 1970 a 2012, enfatizando o ensino oferecido na Academia de Polícia Militar de Goiás, e a elaboração e a reestruturação de seu currículo influenciado pela ideologia e interesses do grupo dominante.

Conforme Souza (2003, p. 43-44), em 10 de dezembro de 1987, o Estado Maior do Exército Brasileiro emitiu a Portaria nº 073, que aprovava as Normas para Elaboração e Revisão de Currículos (NERC) de 1987, tratando basicamente da finalidade, referências, considerações gerais, elaboração e revisão de currículos e prescrições diversas. Nela consta, que:

[...]

- 1) O aluno recém-matriculado em curso revela comportamentos que deverão ser enriquecidos com as experiências proporcionadas pelo estabelecimento de ensino. Estas experiências, intencionalmente selecionadas, constituem o currículo, no sentido amplo deste termo.

[...]

A revisão dos currículos a ser feita pelos estabelecimentos de ensino deve considerar que:

Os currículos precisam ser constantemente avaliados. As modificações a serem introduzidas são fruto de permanente observação e devem ser feitas dentro de uma sistemática de trabalho, podendo ocorrer, nos objetivos das disciplinas e dos assuntos, nos procedimentos didáticos, na sua carga horária e no sistema de avaliação do rendimento de aprendizagem.

[...]

6) Prescrições diversas:

[...]

b) Validade dos currículos e seus anexos como norma de orientação geral deve-se observar, em princípio, os seguintes prazos de validade:

- 1) Currículo – Indeterminado;
- 2) Programa de Matéria e Plano de Matéria – 3 anos;
- 3) Plano de Unidade Didática – 1 ano.

Na polícia militar, o sistema de ensino é regido por dois documentos básicos: as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCEs), emitido pela antiga Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa; e Plano Geral de Ensino (PGE).

As NPCEs são responsáveis pelo planejamento e conduta do ensino na Instituição, criando normas padronizadas que atendam ao policial militar desde a formação básica, passando pela especialização até a atualização dos profissionais que atuam na segurança pública. Para tal fim, não se podem menosprezar as diretrizes provenientes do Comando Terrestre (COTER)²⁶, a saber:

- a) Diretrizes para o Funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Independentes (DFEE/ PMCB), que estabelecem preceitos comuns para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.
- b) Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução (DGEI) que têm por finalidade orientar o planejamento e o desenvolvimento do ensino e da instrução nas Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares e regular o seu controle, coordenação e fiscalização. As normas seguintes dão uma visão geral das finalidades e objetivos do ensino das Polícias Militares:

²⁶ Órgão ligado ao Comando do Exército que, na nova estrutura das Forças Armadas, assumiu as atividades da antiga Inspeção Geral das Polícias Militares.

[...] a. O Ensino Policial-Militar e de Bombeiro Militar é a atividade desenvolvida pelas Corporações Policiais Militares e de Bombeiros Militares com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal a necessária habilitação para ocupação, em qualquer situação, dos cargos previstos em sua organização e para o exercício das funções que lhe corresponderam.

[...] d. No que concerne à parte policial militar, ênfase especial deve ser dada aos assuntos diretamente relacionados com a atividade-fim: policiamento ostensivo. Todos os conhecimentos necessários para as ações de defesa pública devem ter precedência sobre os que digam respeito à participação da defesa interna e na defesa territorial.

[...] f. O ensino e a instrução devem buscar, não somente, a fixação de conhecimento, mas também a educação do homem e a criação de hábitos no profissional, desenvolvendo-lhe qualidades e aptidões indispensáveis ao bom desempenho de suas missões (DGEI, 1987, p.11).

Cabe salientar que até o ano de 1982, as DGEI tinham edição anual, passando a ser bienais até 1987. Posteriormente, foi adotado pela Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) o sistema de modificações e atualizações somente quando necessárias, tornando então sua última edição permanente, ficando a cargo das próprias polícias militares a responsabilidade de fazer as alterações que lhes fossem encaminhadas.

Por outro lado, o PGE, documento baseado nas NPCEs, visa coordenar e definir a conduta das atividades de ensino a cargo de cada unidade de ensino da PM/GO, obedecendo as diretrizes do Comando Geral, priorizando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A Academia de Polícia Militar (APM), com sede em Goiânia, é responsável pela formação, instrução e aperfeiçoamento de oficiais: aspirantes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis. No entanto, os cursos oferecidos na APM não são restritos aos oficiais, pois essa Academia assumiu as funções do extinto Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP) que, como o próprio nome indica, tinha como função a formação e especialização de praças: subtenentes, sargentos, cabos e soldados. Dessa forma, existem na Academia de Polícia Militar de Goiás cursos direcionados exclusivamente a oficiais,

praças e cursos destinados a ambos os grupos, cabendo à Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública gerenciar o ensino na Academia de Polícia de acordo com as diretrizes do NPCEs, do PGE e do governo do Estado de Goiás.

2.2. O primeiro curso de formação policial militar de Goiás

Apesar da existência, desde 1924, da Escola Regimental para atender à polícia militar no tocante à alfabetização, somente em 1940 teve início em Goiás o primeiro curso regular de soldados²⁷, com a Escola de Formação de Praças, denominada Departamento de Instrução Militar (DIM). Comandado pelo Major da Força Pública de São Paulo, Cícero Bueno Brandão, esse Departamento foi pioneiro na formação de soldados, cabo e sargentos. Passou, a partir de 1952, a formar também oficiais e a ter o reconhecimento nacional.

No entanto, por questões administrativas²⁸, entre os anos de 1942 e 1945, o DIM deixou de funcionar por falta de instrutores, voltando a exercer suas funções em 1946 e, assumindo a denominação de Departamento de Instrução (DI) em 1966.

Entretanto, a grande expansão do número de praças e oficiais ansiosos por qualificação profissional, impossibilitou o DI, devido à sua limitada estrutura, de oferecer formação acadêmica militar a toda a demanda. Assim, o Decreto Lei nº 145, de 11 de junho de 1971, transformou o DIM em Centro de Formação e Aperfeiçoamento (CFA), passando a oferecer cursos de formação reconhecidos como de 3º grau pelo Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 93, de 09 de março de 1983, atraindo, inclusive, alunos de outros estados do Brasil, onde não havia academias.

²⁷ O principal objetivo deste curso foi a formação de monitores, habilitando-os para a instrução militar da tropa e para o ensino da instrução policial e tornando-os aptos para o comando de Destacamentos Policiais no interior do Estado (SOUZA, 1999, p. 93).

²⁸ Um dos problemas foi o retorno do comandante do DI, Cícero Bueno Brandão a São Paulo e a falta de sede própria para o DI, que funcionava na sede o 1:BI.

Mediante o Decreto nº 2.593, de 15 de maio de 1985, o CFA passa a designar-se Academia de Polícia Militar de Goiás (APM/GO), oferecendo formação inicial, especialização e aperfeiçoamento de oficiais e praças por intermédio da educação continuada.

Souza (2003, p. 46-47) descreve os desafios iniciais da APM/GO ao frisar que:

A implantação do curso de Técnica de Ensino para oficiais e sargentos, de iniciativa própria, foi o primeiro curso de especialização da APM/GO goiana. A partir de 1987, passou a preparar instrutores para lidarem com as questões didático-pedagógicas da instituição. A partir de 1988, foi reativado o extinto Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais²⁹, abrindo vagas para capitães da própria Corporação e demais Corporações de todos os Estados da Federação. Foi criado também o Curso de Monitor de Educação Física e reativado o Curso de Habilitação de Oficiais da Administração.

2.3. O curso de formação de oficiais

Quanto aos Oficiais da PM/GO, sabe-se que, desde o início, eles vinham de outras instituições, da guarda real, do Exército Brasileiro e assim por diante.

Na década de 30, um ponto decisivo que ainda hoje é válido na formação de oficiais foi observado pelos comandantes e governo: para ser um policial, o indivíduo não tinha que ser mais militar, ou seja, para aguçar essa diferença, ele precisava de um convívio policial, de uma vida com policiais (e não com militares) e uma solução precisaria ser encontrada para essa convivência. A corporação ainda “engatinhava” e não possuía estrutura para formar seus corpos. A solução veio através da cooperação técnica e profissional com o Estado de São Paulo.

Em 1940, foram formados os primeiros oficiais da PM/GO no Estado de São Paulo. Daí para frente, e embora de maneira lenta, a corporação começou a ter

²⁹ Este curso funcionou pela primeira vez em 1968, em nível de Estado-Maior, só voltando a funcionar novamente em 1988.

a sua identidade, ter vida própria e não mais pensar e agir como o Exército. A partir de 1991, houve uma descentralização do ensino policial militar em Goiás, provocada pelo Decreto nº 3.483, de 03 de julho de 1990, que criou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), incumbido de proporcionar cursos para praças e formação e aperfeiçoamento de sargento (CAS). ÀAPM/GO cabia à formação e aperfeiçoamento de oficiais (CFO/CAO). Dessa forma, ambas as Instituições ofereciam graduações diferentes.

2.4. A Academia de Polícia Militar de Goiás

A Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás (APM/GO, situada à Rua 251, área especial, Setor Universitário, Goiânia-GO, é uma unidade-escola da Polícia Militar do Estado de Goiás. É um centro doutrinador na área de segurança pública não só para o estado goiano, mas também para outras corporações.

Criada no ano de 1985 tinha como objetivo inicial a atualização dos conhecimentos dos oficiais mediante um simples curso. Hoje, segundo o Plano Geral de Ensino 2003, artigo 6º, são modalidades de ensino a serem executadas na Academia de Polícia Militar com os seguintes objetivos:

I – Formação Superior: tende a satisfazer as necessidades de formar hábitos e uniformizar procedimentos das áreas técnico-profissional e humanística, em nível superior, do Aspirante a Oficial, qualificando-o para o exercício das funções de comando, chefia e direção, até o posto de Capitão, na forma da legislação em vigor;

II – Pós-graduação - *LatoSensu*: visa atualizar e ampliar os conhecimentos técnicos profissionais e gerais do oficial QOPM, qualificando-o para o exercício das funções em bem como habilitá-lo para

a ocupação de cargos do exercício da função de comando e administração da Corporação, através dos Cursos de Especialização em:

- a) Administração Pública – CAP;
- b) Gerenciamento em Administração Pública – CEGESP;
- c) Direitos Humanos e outros a critério da coordenação de Pós-graduação da DEIP.

III – Adaptação ministrada ao oficial recém-incluído, nomeado ao posto inicial do Quadro de Saúde e outros, através de estágios próprios, objetivando adaptar e criar condições para o exercício da profissão na Corporação.

IV – Especialização: aquela pela qual o aluno aprovado obtém conhecimento numa área particular, sob aspecto exclusivamente de técnica pura;

V – Atualização Profissional: ministrada para oficiais e praças em virtude de novos assuntos ou técnicas surgidas nas atividades Policiais Militares.

VI – Habilitação: aquela pela qual os subtenentes e Primeiros Sargentos aprovados em concurso de admissão serão habilitados para o ingresso no Quadro de Oficiais Auxiliares;

A Academia de Polícia Militar, como instituição de ensino, tenta reproduzir, por meio de sua infraestrutura, o ambiente e o lar de seus alunos. Nesses termos, o quartel é visto com uma grande casa e os militares, de todos os postos e graduações, como uma imensa família. Um fato que corrobora esse ponto de vista é o discurso tanto dos oficiais como das praças. Nas

palestras e instruções dadas pelos oficiais às praças é comum ouvir que o quartel é a segunda casa dos policiais militares, nas saudações informais entre as praças ouve-se o termo “irmão”, fazendo referência ao colega de farda. Em situações conflituosas ou na iminência de qualquer hostilidade entre polícia e comunidade não é incomum ouvirem-se frases, tanto de policiais como de civis, aludindo a corporação a uma caixa de marimbondo, onde “mexeu com um, mexeu com todos”. (SILVA, 2002, p. 28)

Para que os militares se sintam mais à vontade, não se sentindo deslocados e, sim, como se estivessem em suas “próprias casas”, existem ambientes especialmente elaborados para que sejam familiares. Dentre esses ambientes podem-se citar alojamentos, quadras de futebol, a sala de lazer, entretenimento e jogos, e outros, que tornem o quartel cada dia mais como a segunda casa do militar. Cabe notar que, na própria estrutura organizacional e física da Academia de Polícia Militar de Goiás, estão presentes a hierarquia e a disciplina. Como descrito por Silva (2002), a vida do policial militar pode ser reveladora desses valores cultivados no meio militar.

Este trabalho visa compreender um pouco melhor como essa forma de inserir valores, regras e preceitos impostos pela instituição pode influenciar na ação do policial militar junto à comunidade. Ou seja, compreender o período que Silva (2002) chama de socialização do policial, um processo de interiorização de valores, pensamentos e atitudes partilhados por esse determinado grupo de pessoas.

O objetivo não é alongar-se nessas relações, mas Silva afirma:

(...) sabemos que a socialização é contínua, transcendendo a duração do curso de formação. Assim, enquanto o policial militar estiver na ativa, ele participará de várias solenidades, de várias “formaturas” e de relações sociais que reforçam os valores que norteiam a instituição. (SILVA, 2002, p. 29)

No entanto, pode-se perguntar: até que ponto esses valores impostos influenciam a ação do policial? O que significam esses valores para o sujeito policial?

Em trabalho recente, Vicentini (2012) problematizava o lugar fronteiriço dos policiais militares de linha, em especial das praças, cujas atribuições os colocam constante e cotidianamente em contato com o mundo dos “civis”. Segundo a autora, em razão do caráter dual, ao mesmo tempo policial e militar, da instituição policial militar no Brasil, é preciso diferenciar a intensidade e a qualidade da adesão aos princípios e valores do militarismo segundo a posição de cada indivíduo no complexo sistema hierárquico.

Ao passo que o oficialato, porque realiza grande parte de suas atividades dentro do espaço simbólico dos quartéis, tende a reproduzir e a representar com maior fidelidade os princípios e valores do aspecto militar da instituição policial, os praças, em especial os soldados, cabos e sargentos, majoritariamente voltados para as atividades-fim da organização, tendem a distanciar-se desse modelo militar e adotar valores de “uma cultura policial das ruas”. (VICENTINI, 2012, p. 68).

Frente a isso, é preciso pensar a Academia de Polícia de Goiás como uma “Total Institution”.

2.4.1. A Academia de Polícia de Goiás como “Instituição Total”

Uma característica comum aos diversos tipos de organizações conhecidas – e que são sítios onde se realiza uma atitude particular (por exemplo: produção de bens, administração do ensino, justiça ou da saúde) – é o seu maior ou menor *grau de abertura em relação ao exterior*. Certas organizações são mais fechadas, em termos físicos simbólicos e culturais, do que outras; é o caso, por exemplo, dos estabelecimentos militares e prisionais, dos colégios internos, dos reformatórios, mosteiros, conventos e seminários, dos hospícios, asilos, lazaretos, hospitais psiquiátricos ou manicômios do séc. XIX etc. Outras, pelo contrário, são mais abertas (o centro de saúde, a escola, o hospital, a instituição privada de solidariedade social, o clube desportivo e recreativo, o sindicato, a associação

cultural) ou são obrigadas a manter uma estreita interação com o exterior, por exemplo, a empresa que produz e vende bens ou serviços, que exporta que investe no estrangeiro.

Na esteira de Goffman (1972 e 1975), chamam-se as primeiras *total institutions*, instituições totais ou totalitárias (como prefere o seu tradutor francês). Sinais de seu caráter total são, por exemplo, as barreiras que levantam às trocas ou transações com o exterior, tanto ao nível das entradas (*inputs*) como das saídas (*outputs*). Essas barreiras podem ser:

- Físicas: sob forma de muros altos, arame farpado, áreas minadas, portões, janelas gradeadas, portarias, guichês ou balcões de atendimento, pessoal e sistemas mais ou menos sofisticados de vigilância e proteção, áreas de acesso interditadas ao público, etc; a própria arquitetura dos edifícios tende a ser marcada por uma grande volumetria ou monumentalidade;
- Ou barreiras imateriais, culturais ou simbólicas (logotipos, regulamentos, valores, práticas, ritos, vestuários, normas de acesso, sistema de sinalização, etc.).

Tais barreiras servem fundamentalmente para demarcar as fronteiras do sistema de ação interno e definir a identidade organizacional (por exemplo, o soldado fardado e armado junto à barreira de arame farpado). Ainda hoje, certo tipo de hospitais, como, por exemplo, o clássico hospital psiquiátrico ou o anexo hospital destinado a doentes crônicos acamados, estão mais próximos do conceito de instituições totais.

Uma característica fundamental das sociedades modernas seria a mobilidade do indivíduo, a sua liberdade espacial e temporal. Ele dorme, come, aprende, reza, trabalha ou diverte-se em sítios diferentes, com pessoas diferentes, sob diferentes tipos de autoridade: em casa, o pai ou a mãe; na escola, a professora; no trabalho, o chefe; na igreja, o padre, etc.

As instituições totais, pelo contrário, quebram as fronteiras que separam habitualmente os três campos de atividades (casa, trabalho, lazer):

- em primeiro lugar, as pessoas estão colocadas sob uma única e mesma autoridade (por exemplo, o diretor do hospital psiquiátrico, o Capitão do navio da marinha mercante, o comandante do aquartelamento ou base militar, a madre superiora do convento, o reitor do seminário, o diretor do estabelecimento prisional, o diretor do centro de reinserção social);
- em segundo lugar, cada fase da atividade cotidiana desenrola-se, para cada indivíduo, numa relação de grande imersão com um elevado número de outros indivíduos, submetidos às mesmas regras, procedimentos, deveres e obrigações (caso do recluso no estabelecimento prisional, do recruta na unidade militar, do idoso no lar de terceira idade, ou do doente crônico, moribundo ou terminal, acamado no hospital de retaguarda ou clínica da morte);
- em terceiro lugar, todos os períodos de atividade são regulados segundo um programa estrito, isto é, todas as tarefas estão “encadeadas”, obedecem a um plano imposto “de cima” por um sistema explícito de normas e regulamentos cuja aplicação é assegurada por pessoal técnico ou administrativo (guardas prisionais, monitores, prefeitos, padres, vigilantes, médicos, psicólogos, sargentos, oficiais, etc.);
- finalmente, as diferentes atividades assim impostas são por fim reagrupadas segundo um plano único e racional, concebido expressamente para responder ao fim ou missão oficial da instituição (custódia dos doentes mentais inimputáveis, tratamento psiquiátrico do doente esquizofrênico, reinserção do jovem delinquente, recuperação do doente acamado, formação militar, formação religiosa).

Em uma “instituição total” – enquanto comunidade residencial e organizacional fortemente centralizada, regulamentada e fechada –, a sua eficácia depende em grande parte do grau de ruptura que ela provoca com o universo familiar e profissional dos seus membros e com os papéis sociais que desempenhavam antes: é o oficial diretamente superior que decide se o policial em treinamento vai ser ou não liberado nos fins de semana; o médico decide o internamento do doente, sendo a doença de resto vista como um “papel social” nas sociedades modernas.

Em suma, as “instituições totais” seriam, nas nossas sociedades, lugares de coerção destinados a modificar a personalidade, as atitudes ou o comportamento do indivíduo, e a que o indivíduo responde através de dois tipos de “adaptações”:

- primária ou manifesta (por exemplo: aceitação das regras, interiorização das normas e valores, submissão à disciplina ou adesão ao tratamento prescrito, ressocialização);
- secundária ou latente (como meio de escapar ao papel e ao personagem ou ao papel que a instituição lhe impõe – doente, louco, delinquente, noviço, seminarista, recruta, etc. – e que o leva a assumir uma vida clandestina no seio da instituição).

O modelo de Goffman mostra que não há dificuldades em aplicar-se a noção de instituição total à moderna educação que se oferece na Academia de Polícia Militar de Goiás, muito embora pareça estar mais aberta à comunidade. Até que ponto, porém essa instituição é também (ou pode ser percebida como) um lugar de coerção/dominação/legitimação, não obstante a pequena participação da comunidade em atividades propostas pela Polícia Militar?

Fenômenos como a corrupção, a toxico dependência, a indisciplina, a violência, e outras formas de “comportamento desviante” ou recusa em desempenhar um papel imposto ao indivíduo (Goffman, 1993) podem, até certo ponto, ilustrar a “vida clandestina” de alguns indivíduos apontados como exemplos de adaptação secundária.

A própria imagem que a população teve da PM durante muitos anos contribuiu como fator de repulsão deste profissional, o que foi herdado, em parte, pelo seu papel desempenhado durante os governos militares.

2.5. O ensino da PM/GO durante os governos militares (1964-1985)

Conforme visto, as Forças Armadas brasileiras possuem seu embrião na polícia portuguesa que chegou ao Brasil juntamente com a corte, em 1808.

Com a Guerra do Paraguai, os soldados brasileiros tiveram intenso convívio com homens do Exército Francês e Alemão, dos quais assimilaram importantes táticas de guerra³⁰. Segundo Baltazar (2003, p. 29), “[...] os alemães são suspeitos de terem transmitido a eles (militares) um espírito de casta e uma mentalidade de *juncker*³¹ pouco compatíveis com a democracia”. Este fragmento evidencia que os militares franceses e alemães difundiam entre os soldados brasileiros a ideia de superioridade do militar em relação ao civil.

A influência alemã e francesa também atingiu o sistema educacional brasileiro, notadamente pelo positivismo, teoria que procurou explicar, cientificamente, alguns princípios a respeito do homem e da sociedade (COSTA, in SOUZA, 2003, p:31). A capacidade que esta filosofia teve para explicar os problemas sociais decorrentes das grandes mudanças econômicas e políticas ocorridas na Europa ao final do século XIX foi à razão de sua aceitação em diversas áreas do saber humano, inclusive na ideologia militar, que a elegeu como prioridade. Essa teoria é do francês Augusto Comte, que enfatizava o estudo das ciências através da experimentação e da observação. No tocante ao sistema educacional brasileiro, tanto civil quanto militar, o positivismo fez com que a educação brasileira, a partir do século XIX, passasse a ter uma orientação intelectualista-nacionalista, priorizando o estudo da ciência, com intenso uso dos métodos pedagógicos passíveis de comprovação científica.

Dessa forma, verifica-se que o positivismo de Augusto Comte embasava-se no cientificismo, no processo de ensino de “fora para dentro” e no rigor metodológico. Por essa razão, essa teoria foi bem aceita inicialmente pelos educadores do Brasil, devido à facilidade que o caráter cíclico e associativo dessa teoria propiciava à aplicação do conteúdo curricular.

A respeito da pedagogia adotada no Brasil, com forte influência do positivismo, Libâneo (*Apud* SOUZA, 2003) adverte que existem razões históricas para que essa teoria tenha prevalecido na reorganização do sistema escolar brasileiro:

³⁰ Contribuíram para tornar o Exército Brasileiro mais moderno e capacitado para o combate, além de disseminarem concepções políticas por meio das atividades de instrução e ensino.

³¹ Na Prússia, esta expressão significa a neutralidade de um membro de classe privilegiada.

O positivismo a que nos referimos aqui é o formulado por Augusto Comte, no qual ciência significa sistematização de conceitos a partir da experimentação. No caso da Pedagogia, significa conduzir o ensino a partir de fatos da ciência e com métodos objetivos. Não se trata do conceito de ciência proposto por Herbart³² e mesmo pelos católicos, em que os conceitos decorrem de pressupostos metafísicos. Verifica-se que, efetivamente, a pedagogia desse período tem marcas acentuadas de ecletismo. (LIBÂNEO, *apud* SOUZA, 2003, p. 30).

A ideia positivista, amplamente aceita pelos professores brasileiros nas últimas décadas do século XIX, atingiu inclusive as Forças Armadas, que tinha como um de seus principais adeptos o Maj. Benjamim Constant, Ministro de Instrução, Correios e Telégrafos do Brasil Republicano. Constant defendeu um cientificismo³³ e uma metodologia que subordinava a prática à teoria. Para alcançar tal objetivo, estabeleceu para as escolas brasileiras um currículo calcado no cientificismo, na experimentação e na excessiva preocupação metodológica.

Ao defender esse currículo, garantia-se o predomínio da ordem e da hierarquia científica, ficando o cidadão sujeito à ordem social vigente.

É notório ressaltar que esse processo de “hierarquização científica” reproduziu eficazmente a representação coletiva³⁴ presente na submissão do cidadão à estrutura governamental. Nesse sentido, a apropriação do positivismo enquanto teoria educacional tornou-se propícia para atender aos interesses da elite governamental.

³² Educador alemão defendia que o fundamento da pedagogia, enquanto ciência, é a ética que indica o fim da educação. Sua teoria propõe que somente é possível cultivar o desenvolvimento moral tendo como base a instrução.

³³ Processo em que o ensino ocorre de fora para dentro.

³⁴ Expressão proposta por Emile Durkheim (*Les formes élémentaires de la vie religieuse*, 1912) para designar aquela parte de experiência individual que é comum a vários indivíduos e se atribui à participação destes num grupo social bem definido. A religião, por exemplo, é uma representação coletiva. C. G. Jung baseou-se neste conceito do sociólogo francês para definir sua concepção de ideias coletivas. (CABRAL, *apud* SOUZA, 2003, p. 31).

O ponto de partida positivo dos trabalhos dos estadistas só tem, por assim dizer, como objetivo real descobrir e instruir as formas práticas correspondentes a esses dados fundamentais, a fim de evitar, ou pelo menos suavizar, quanto possível, as crises mais ou menos graves que um desenvolvimento espontâneo determina quando não é previsto. (COMTE, 1972, p. 152).

Analisando a teoria positivista e seus efeitos sobre os homens formados sob sua influência, Trevisan (1987, p. 33) afirma que: “O caráter essencialmente doutrinário, o apelo ao rigor científico, à visão matemática da realidade, faziam do positivismo e dos positivistas muito mais homens de reflexão do que homens de ação”.

Teoricamente, o homem de reflexão, ao contrário do homem de ação, não representa ameaça para nenhum governo, mesmo para os ditadores. Inculcando ideias positivistas nos cidadãos é possível aspirar ao progresso e fazer prevalecer à ordem, concomitantemente.

O positivismo ganhou inúmeros adeptos entre os militares, especialmente na década de 1970³⁵, quando quase toda a oficialidade, sem maiores exceções e sem maiores radicalismos, diziam-se positivistas.

Na efervescência da Guerra Fria³⁶, com o Brasil apoiando os Estados Unidos, foi incluída nos currículos das escolas de formação de oficiais a disciplina Segurança Interna intensificada durante a ditadura militar, contra a entrada do comunismo no país. Dessa forma, o anticomunismo pregado pelo exército norte-americano e assimilado pelas Forças Armadas Brasileiras refletiu-se no ensino policial militar, de forma geral, inclusive no de Goiás.

A ideologia da Segurança Interna ou Nacional é explicada por Trevisan (1985, p. 53) ao afirmar que:

³⁵ Com a implantação da Ditadura Militar a partir de 1964, tornou-se necessário “manter a ordem”.

³⁶ Período que vai de 1946 – 1991 quando, após a II Guerra Mundial, o mundo ficou geopoliticamente dividido em duas áreas de influência: o Leste, liderado pela União das Repúblicas Socialistas – URSS (comunista) e o Oeste, liderado pelos Estados Unidos da América (capitalista).

[...] O país inteiro deve estar coeso, em clima de ordem unida, produzindo para a Segurança Nacional. Sem dúvidas, sem questionamento, sem oposição. Só esta atitude, só o cumprimento da “política do Exército” traria o desenvolvimento do País, com o que neutralizaríamos o “agressor interno” – a ameaça comunista.

Utilizando como álibi a ameaça comunista e a necessidade de proteger o território brasileiro dessa ameaça, o que no pensamento militar só poderia ser efetivado pelas Forças Armadas, foi fundada, em outubro de 1948, a Escola Superior de Guerra (ESG), cujo objetivo era a preparação de uma elite que acreditasse na Doutrina da Segurança Nacional, que se convencesse de sua eficácia, de sua necessidade para o Brasil.

Para alcançar este objetivo, a ESG teve como fundadores oficiais com formação superior, com funções estratégicas de comandos e que acreditavam na fórmula Segurança/Desenvolvimento, uma herança da Doutrina Goes³⁷.

Goes propunha a obediência da Nação à “política do Exército”, necessária para a defesa nacional. Todos, militares e civis, deveriam unir esforços no sentido de fortalecer belicamente a nação. Essa necessidade de defesa nacional facilitaria a aceitação e a proliferação da “Política do Exército”.

Visando explicar o real significado da expressão “Política do Exército”, Trevisan (1987, p. 53) adverte que:

[...] é a preparação para a guerra, e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material – no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza – e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a tudo os interesses da Pátria [...].

³⁷ Alusão ao General Goes Monteiro, idealizador da política do Exército, ocupando todos os espaços, vigiando tudo, da agricultura à indústria, das comunicações à educação principalmente.

A partir do exposto fica explícito que para os militares o comunismo representou um perigo propício, oportunista, na medida em que lhes oferecia possibilidades de tutelar à pátria, com a conviência dos civis, fazendo uso da educação e, conseqüentemente da Escola Superior de Guerra (ESG), para esses fins.

Não excluir o civil do acesso à ESG era uma das formas de obter o apoio dessa camada social. Entretanto, para ingressar na ESG, era necessário que o candidato atendesse a dois requisitos básicos: possuir padrão universitário e possuir indicação.

Para permanecerem no poder e manter a “ordem”, os governos militares contavam com o auxílio dos governadores, que passaram a ser escolhidos por meio de uma lista tríplice. O Estado de Goiás foi governado nesse período por Otávio Lage de Siqueira, Leonino di Ramos Caiado, Irapuan Costa Júnior e Ari Ribeiro Valadão.

Visando propor mudanças no ensino militar oferecido à PM/GO, voltado para o fornecimento de instrução militar através de graduações e especializações, o Presidente da República, General Humberto de Alencar Castelo Branco, editou o Decreto-Lei nº 317, de 13 de março de 1967, que reorganizava e dava providências às Polícias e aos Corpos de Bombeiros dos Estados, Territórios e Distrito Federal.

[...]

Capítulo IV – Instrução e Armamento

Art. 12 – A instrução militar das Polícias Militares será orientada e fiscalizada pelo Ministério da Guerra, através da Inspeção Geral das Polícias Militares, na forma deste Decreto-Lei.

[...]

Art. 16 – As aquisições de armamento e munição dependerão de autorização do Ministério da Guerra e obedecerão às normas, previstas pelo Serviço de Fiscalização de Importação, Depósito e Tráfego, de produtos controlados pelo Ministério da Guerra (SFIDT). (in SOUZA, 1999, p. 120).

O fato de a instrução militar passar a ser subordinada ao Ministério da Guerra demonstra que o objetivo desse ensino era preparar homens para o conflito armado, o que reforça a teoria de que a ideologia adotada pelo regime militar fez uso da força para manter a hegemonia e o poder sobre a sociedade, aliado ao consenso de uma elite dominante.

Nesse sentido, Foucault (1979, p. 175) argumenta que: “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação. O poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força”.

Esse regime de governo baseado no autoritarismo, na utilização indiscriminada da força, na repressão aos meios de comunicação e na violação dos direitos humanos durou 21 anos e foi responsável por maciços investimentos no setor econômico, que privilegiaram as classes dominantes.

Em contrapartida, esse regime arbitrário procurou abafar os movimentos sociais em nome de uma política positivista, presente desde o lema “ordem e progresso” da bandeira nacional, colocando esses princípios como essenciais para a transformação da sociedade brasileira.

No âmbito educacional, os governos militares atuaram no sentido de evitar, por meio da alienação, o que poderia evidenciar os reais interesses do governo. Mediante isso, foi adotada, uma política educacional voltada para a perpetuação da hegemonia militar, deixando de garantir a escolarização da força de trabalho de uma nação.

Germano (1994, p. 22), criticando a ausência de uma política social do regime militar, principalmente na área educacional, diz que:

O elevado grau de analfabetismo e o baixo percentual de escolarização da população economicamente ativa permitem inferir que, nas condições do capitalismo brasileiro, a política educacional pós-64 contribuiu para a exclusão sociais das denominadas classes populares. [...] Ou seja, a política educacional, de fato, privilegiou o topo da pirâmide social.

Essa política educacional excludente prevaleceu durante os governos dos cinco generais que se revezaram na presidência do Brasil durante o regime militar.

Com a abertura política (1985) que conduziu novamente o país à democracia, com o fim da Guerra Fria e, conseqüentemente do suposto comunismo que, segundo os militares, ameaçava invadir o país, teve início um novo período da história brasileira, com a intensificação do processo de urbanização das grandes e médias cidades brasileiras.

Embora o regime militar tenha acabado alguns resquícios dessa forma de governo ainda permaneceram perceptíveis. Para se manter no poder, os militares fizeram intenso uso de vários instrumentos ideológicos, entre eles – quiçá o mais importante –, a educação. Centralizando todas as decisões educacionais, o Estado Maior das Forças Armadas criou diretrizes e normas que prevaleceram para todo o ensino militar ministrado no interior de suas escolas.

A existência de um comando único, de onde provinham todas as decisões filosófico-pedagógicas a ser publicada na formação do efetivo das três forças militares brasileiras (Exército, Marinha e Aeronáutica), fez com que fossem subordinados a este comando não somente as escolas das Forças Armadas, como também as academias de polícia militar dos Estados, uma vez que as polícias militares eram e ainda são classificadas como “forças auxiliares” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2003, p. 96). Assim, inevitavelmente, o ensino policial militar sofreu influência da educação positivista, como ideologia da segurança nacional.

Esta ideologia é explícita nas disciplinas que faziam parte da matriz curricular dos Cursos de Formação de Oficiais, algumas delas tratando especificamente da Guerra Revolucionária, o que demonstra a excessiva preocupação em preparar estes oficiais para enfrentarem situações de guerra.

A alternância das disciplinas nos currículos dos Cursos de Formação de Oficiais, bem como a legislação específica das Forças Armadas e Diretrizes voltadas para o ensino na Polícia Militar de Goiás serão analisadas mais detalhadamente no próximo capítulo.

3. O ENSINO NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS

A Polícia militar do estado de Goiás mantém um sistema próprio de ensino denominado Ensino Policial militar, concebido de forma a constituir-se em um processo contínuo e progressivo de educação sistemática, compreendendo uma sucessão de fases de estudo e práticas, com exigência sempre crescente, desde a iniciação até os padrões mais apurados de conhecimentos profissionais gerais.

3.1. Finalidade do Ensino

De acordo com o Plano Geral de Ensino (PGE) 2003, o ensino policial militar na PM/GO tem por finalidade proporcionar a necessária habilitação para a ocupação de cargos e funções previstos em sua organização bem como manter os seus integrantes inseridos no contexto da sociedade em que atuam.

3.1.1. Objetivos gerais do ensino na PM/GO

Segundo o PGE-2003, os objetivos gerais do ensino na PMGO são:

- educar o indivíduo, criando e desenvolvendo hábitos imprescindíveis ao bom desempenho de suas funções na polícia militar;
- estimular o espírito de corpo, amor à carreira e à profissionalização, transmitindo-lhes conhecimentos técnicos, peculiares às atividades policiais militares;
- moldar e aprimorar o caráter e o físico do profissional, capacitando-o a tê-los como instrumentos para o exercício de suas funções;

- familiarizar os componentes da corporação com os princípios de liderança e chefia;
- fortalecer as convicções democráticas e as crenças na lei, na justiça e na ordem;
- incentivar os policiais militares a desenvolverem qualidades e aptidões indispensáveis às atividades policiais militares, tais como: controle emocional, bom senso, urbanidade e capacidade de decisão, honestidade e probidade administrativa.

3.1.2. Princípios Básicos do Ensino na Polícia militar de Goiás

De acordo com o Plano Geral de Ensino da PM/GO 2002, o ensino é concebido segundo os princípios que se seguem:

- objetividade: o ensino deve ser racionalmente direcionado à transmissão de conhecimentos imprescindíveis ao desenvolvimento da atividade;
- progressividade: o ensino deve atingir um ritmo progressivo evolutivo, evitando-se as repetições desnecessárias;
- continuidade: o ensino deve ser um processo contínuo, onde haja a interligação dos conhecimentos já adquiridos com os que serão proporcionados sequencialmente;
- flexibilidade: o ensino deve ser, tanto quanto possível, maleável, de forma a se adaptar sem mudanças radicais ou bruscas, mas de forma plausível e lógica a condições mais atuais;
- oportunidade: o ensino deve proporcionar cursos que possibilitem a utilização dos conhecimentos adquiridos e que forneçam melhorias dos padrões operacionais da Polícia Militar, bem como seu aprimoramento;

-iniciativa: o ensino deve incentivar permanentemente o indivíduo a desenvolver o espírito de iniciativa de decisão quanto às ações na esfera de suas atribuições;

- produtividade: o ensino deve apresentar, no limite possível, um elevado grau de rendimento com baixo custo operacional.

3.1.3. Princípios Gerais do Ensino na Polícia Militar de Goiás

O ensino da polícia militar abrange duas áreas distintas, porém harmônicas e independentes: o Ensino Instrumental Básico e o Ensino Profissional.

O Ensino Instrumental Básico é destinado às bases humanísticas, filosóficas, científicas e tecnológicas, necessárias ao preparo do policial militar e ao desenvolvimento da sua cultural geral.

O Ensino Profissional é destinado a preparar e habilitar o pessoal dos quadros da polícia militar, dando-lhes o embasamento necessário ao cumprimento das atividades ligadas às funções de Polícia Ostensiva - preservação da ordem pública -, sendo que os critérios para o planejamento e conduta do ensino profissional na corporação são estabelecidos pelas NPCES.

Dessa forma, alguns dos cursos de especialização oferecidos pela APM/GO são voltados para desenvolver os aspectos humanitários da conduta da PM, como, por exemplo, o curso de Direitos Humanos, que visa fornecer conhecimentos básicos sobre as normas morais e jurídicas referentes aos direitos humanos, levando ao reconhecimento desses direitos como técnica de controle do poder político, admitir a autoridade do estado, sem, no entanto, negligenciar as liberdades individuais e/ou coletivas.

A partir desse pressuposto, entra-se em uma discussão que é primordial para se entender a filosofia educacional desenvolvida pela APM/GO: o currículo de ensino.

3.2. O currículo como norteador do ensino na APM/GO

A palavra currículo origina-se do latim “*curriculum*” e significa percurso, carreira, arte de correr. Tradicionalmente, é relacionado ao conjunto de matérias ou disciplinas com seu corpo de conhecimento organizado sequencialmente em termos lógicos.

De acordo com Pacheco (2001), recentemente o termo “currículo” passou a ser utilizado em sentido mais amplo, para referir-se à vida e a todo o programa da escola, inclusive às atividades extraclases.

No ensino Policial Militar oferecido pela APM/GO, o currículo encontra-se organizado e disposto com as respectivas ementas por períodos (anos) na Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais (CFO).

A Matriz Curricular do CFO adotada na PM/GO foi elaborada no ano de 2012, objetivando atender à realidade administrativa e operacional existente à época.

Entretanto, levando-se em consideração a necessidade institucional de qualificar o futuro oficial da PM/GO para o exercício de suas funções bem como de suprir a carência social de uma polícia cidadã voltada para a prestação de serviço público mais eficaz e condizente com a realidade da sociedade, tornou-se necessária a adequação da Matriz Curricular do CFO.

Dentro dessa temática, torna-se conveniente ressaltar importantes conceitos, como matriz, matriz curricular, eixos articuladores, áreas temáticas e malha curricular. Por matriz, depreendem-se as ideias de criação e geração cujo arranjo não linear de elementos pode representar a combinação de diferentes variáveis:

Matriz Curricular Nacional expressa um conjunto de componentes a serem “combinadas” na elaboração dos currículos específicos ao mesmo tempo em que organiza o respeito às diversidades regionais, sociais, econômicas, culturais, políticas existentes no país, possibilitando a utilização de referências nacionais que possam traduzir “pontos comuns que caracterizem a formação em segurança pública pretendida nas diversas regiões brasileiras” (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007, p. 6).

Um dos aspectos que se destaca na Matriz Curricular Nacional é o respeito à diversidade regional, que proporciona certa “autonomia” aos estados para elaborar suas matrizes curriculares levando em consideração sua realidade social.

De acordo com as orientações trazidas pela Matriz Curricular Nacional para formação em Segurança Pública – SENASP (2007) entende-se por eixos articuladores o conjunto estruturado dos conteúdos formativos transversais, que comunicam o sentido político-pedagógico do que se pretende realizar por meio da formulação da matriz. Tem como função básica orientar a elaboração, a implementação e a avaliação das atividades de formação profissional de Segurança Pública, que serão conduzidas à reflexão de seu papel individual, social, histórico e político na atualidade. Já as áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional, além de capacitá-lo para o exercício de sua função:

Malha curricular é o termo que vem sendo utilizado para substituir “grade curricular”. Na palavra “malha” está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas. (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007, p. 04).

A atual Matriz Curricular da PM/GO é fruto de intensas discussões provenientes da problemática curricular no tocante aos objetivos do curso, rol de disciplinas, objetivos das disciplinas, procedimentos didáticos preconizados, carga horária das disciplinas e sistemas de avaliação e aprendizagem.

Entendendo que o currículo, tanto o explícito³⁸ quanto o oculto³⁹, não podem ser estáticos, pois devem visar à melhoria de vida do indivíduo e da comunidade, a APM/GO realizou modificações em seu currículo tendo como foco a preocupação com a formação de seus recursos humanos que, como a sociedade, necessita acompanhar as mudanças sociais e evoluir junto com sua clientela, sendo capaz de atendê-la satisfatoriamente. No caso da PM, a legislação que trata com particularidade da revisão dos currículos a ser feita pelos estabelecimentos de ensino tem suporte na Portaria Nº 073, de 10 de dezembro de 1987, expedida pelo Estado-maior do Exército, que aprovou as normas para Elaboração e Revisão de Currículos (NERC), tratando basicamente da finalidade, referências, considerações gerais, elaboração e revisão de currículos e prescrições diversas.

Nas considerações, constam que:

[...] 1) O aluno recém-matriculado em curso revela comportamentos que deverão ser enriquecidos com as experiências proporcionadas pelo estabelecimento de ensino. Estas experiências, intencionalmente selecionadas constituem o currículo, no sentido do amplo deste termo. [...] Os Currículos precisam ser constantemente avaliados. As modificações a serem introduzidas são fruto de permanente observação e devem ser feitas dentro de uma sistemática de trabalho. (NORMAS PARA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE CURRÍCULOS, 1987, p. 1).

Para melhor compreensão da Matriz Curricular da APM/GO e sua atual configuração, torna-se necessário realizar uma análise criteriosa das principais alterações ocorridas nesta no decorrer dos anos. Para concretizar tal objetivo, faz-se necessário conhecer e posteriormente comparar as Matrizes Curriculares que gerenciaram o ensino nos cursos de CFO da Academia de Polícia de Goiás.

³⁸ Currículo explícito refere-se à transmissão do saber ao aluno hierarquizando os graus escolares e os critérios de avaliação por mérito ou prestígio.

³⁹ Currículo oculto refere-se à transmissão de valores normas e comportamentos, desenvolvendo nos alunos a aceitação da hierarquia e do privilégio.

Entretanto, visando delimitar o objetivo de estudo, direciona-se especificamente para a malha curricular utilizada nos 3º anos do curso, nas décadas de 1970, 1980, 1990 e 2000, por tratar-se do último ano letivo do docente, com o intuito de enfatizar o grau de preparo do mesmo e a que situação se aplica ou aplicava.

3.2.1. A Matriz Curricular da APM/GO durante os anos de chumbo (1964-1985)

Conforme mencionado anteriormente, entre os anos de 1964 e 1985, a exemplo de outros países da América Latina, o Brasil viveu os anos da ditadura militar e tinha na figura de seus respectivos generais o intenso uso da educação para perpetuar a ideologia de árduo crescimento econômico e social do país.

A tentativa de alienação da população por parte dos militares ia desde o que era divulgado pelos meios de comunicação até os conteúdos que eram ministrados nas salas de aula. No tocante ao ensino policial militar, era fundamental formar oficiais que acreditassem e defendessem a ideologia de governo vigente, pautada na necessidade de preparar o país para um possível conflito armado.

Para alcançar tal propósito, a malha curricular da Gerência de Ensino Policial Militar de Goiás oferecia para os discentes do Curso de Formação de Oficiais (CFO) disciplinas que se encontravam diretamente voltadas para a defesa do território nacional, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Matriz Curricular do CFO (3º ano) / 1979

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Educação física militar
2	Ordem unida
3	Armamento e tiro
4	Técnica policial militar
5	Operações de defesa interna e defesa territorial
6	Corpo de bombeiros

7	Direito civil
8	Psicologia social
9	Direito administrativo
10	Direito processual penal
11	Direito processual penal e militar
12	Informações e contra-informações
13	Didática
14	Administração
15	Defesa civil
16	Trabalho de comando
Fonte: Quartel da APM-GO	

Ao se observar detalhadamente as disciplinas oferecidas aos alunos/cadetes no período final do curso (3º ano), percebe-se a influência, na época, de disciplinas militares voltadas para a guerra e para a defesa do Brasil contra a iminente ameaça de invasão comunista. Dentre essas, destacam-se aquelas de caráter essencialmente militar, como “Ordem Unida”, que enfatizava, em seu conteúdo programático, a instrução individual sem arma e com arma e a escolta do grupo PM. A disciplina “Armamento e Tiro” voltava-se para o reconhecimento e manuseio do armamento em uso na Corporação e para aprendizagem sobre “Tiro, técnica e sua execução”.

Entretanto, das disciplinas que compunham a malha curricular do citado período aquela que mais evidenciava as preocupações governamentais era “Informações e Contra Informações”, que oferecia conhecimentos básicos sobre a importância das informações, dos documentos de informações e contra-informações. A disciplina Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial procurava capacitar o discente para desenvolver a habilidade de avaliar distâncias, realizar o reconhecimento e nomenclatura de terrenos, com noções básicas de topografia e estudos sobre e contra guerrilha.

Cabe ressaltar que, no primeiro e segundo ano do curso, o aluno já havia cursado outras disciplinas voltadas para a mesma atividade-fim, como Guerra

Revolucionária, disciplina que proporcionava aos discentes noções básicas de segurança nacional, conceitos e fundamentos de guerra revolucionária e guerra psicológica, regimes democráticos e totalitários e a revolução democrática de 31 de março de 1964; Estudos dos problemas brasileiros (1º ano); Segurança Física de Instalações e Dignitários (2º ano).

É importante salientar também que algumas disciplinas permaneciam na malha curricular do curso durante os três anos de duração do mesmo, como é o caso das disciplinas de Educação Física Militar, Ordem unida, Armamento e Tiro, Operações de Defesa Interna, Defesa Externa, Técnica Policial Militar e Informática.

Durante a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980, praticamente não se perceberam mudanças nas disciplinas que compunham a Matriz Curricular da APM/GO, conforme observado na tabela abaixo:

Tabela 2 – Matriz Curricular do CFO (3º ano) / 1984

NÚMERO DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Educação física militar
2	Ordem unida
3	Armamento e tiro
4	Técnica policial militar
5	Operações de Defesa Interna e Defesa territorial
6	Corpo de Bombeiros
7	Direito Civil
8	Psicologia Social
9	Direito Administrativo
10	Direito Processual Penal
11	Direito Processual Penal Militar
12	Informações e Contra-informações
13	Didática

14	Administração
15	Defesa Civil
16	Trabalho de Comando
Fonte: Quartel da APM/GO	

A permanência das disciplinas é explicada em parte pelo sistema político vigente no país à época. O momento histórico do golpe militar, com a ideologia de segurança nacional e a manutenção da ordem interna da nação, fica explicitamente expresso na concepção das disciplinas do currículo da APM/GO. A década de 1970 foi marcada pela preponderância de disciplinas com perfil militar no currículo, devido ao recrudescimento do regime que, em 1968, levou às últimas consequências a perseguição política aos civis julgados, muitas vezes injustamente, como subversivos, portanto indesejáveis em sua terra natal. Em 1968, foram decretados o Ato Institucional nº 5 e o Decreto lei 477, legislação que acobertou toda a perversidade do regime contra os civis.

Ao se traçar um paralelo entre o currículo da década de 1970 e o da década de 80, mais precisamente até 1984, percebe-se que esse permaneceu praticamente inalterável, o que permite constatar que as inovações mais significativas em cada época, principalmente aquelas mais visíveis, por exemplo, durante a fase mais dura do regime militar, com prática obsessiva de combate ao comunismo, evidenciam que as disciplinas privilegiadas eram Guerra Revolucionária, Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial, Distúrbios Civis, Informações e Contra-Informações, Ordem Unida, Guerra Química, Guerrilha e Contra Guerrilha. Todas elas tinham o intuito de preparar os militares para “caçar comunistas”, contrapondo-se ao que propõe o Manual de Ensino para Instrutores, mencionados por Souza (*Apud* VIANA E LOUZA, 2003, p. 100).

O desempenho correto e eficaz das organizações de aplicação da lei depende da qualidade e da capacidade de desempenho de cada um dos seus agentes. A aplicação da lei não é uma profissão em que se possam utilizar soluções padrões para

problemas que ocorrem em intervalos regulares [...] Espera-se que os encarregados da aplicação da lei tenham a capacidade de distinguir entre as inúmeras tonalidades de cinza, ao invés de somente fazer a distinção entre o preto e o branco, certo ou errado. [...] O fato humano na aplicação da lei deve por em risco a necessidade da legalidade e a ausência da arbitrariedade. Neste sentido, os encarregados da aplicação da lei devem desenvolver atitudes e comportamentos pessoais que os façam desempenhar suas tarefas de uma maneira correta. Além dos encarregados terem de, individualmente, possuir tais características, também devem trabalhar coletivamente no sentido de cultivar e preservar uma imagem da aplicação da lei que incuta confiança na sociedade a qual eles estejam servindo e protegendo.

Diante do exposto, e da iminente mudança no sistema político pelo qual passaria o país, tornava-se inviável a utilização de um currículo que não representasse mais a realidade da nação. Assim, era urgente fazer algumas alterações na malha curricular da APM/GO para que essa viesse a se adaptar ao novo perfil social que aflorava no país.

3.2.2. As Matrizes curriculares da APM/GO depois da Ditadura Militar (1985...).

Após a superação da fase de maior endurecimento dos conteúdos curriculares, com a abertura política e a anistia, foi iniciado o período chamado “redemocratização”. Certa normalidade democrática volta a ser percebida no Brasil. Como não poderia ser de outra forma, a Polícia Militar do Estado de Goiás e a APM/GO, seguindo a tendência nacional, receberam influência dessas mudanças, que foram perceptíveis em virtude da introdução de disciplinas que foram de modo gradual, invertendo a propensão das matérias de cunho militar para aquelas de caráter civil. Exemplo dessa inclinação foi o acréscimo de disciplinas como: Comunicação Social, Oratória, Sociologia, Língua Estrangeira, Leitura e Redação,

Informática, Dinâmica de grupos, Ciência da Comunicação, Economia Política, Medicina Legal, além de vários ramos do Direito, como Introdução ao Estudo do Direito, Direito do Cidadão, Direito Constitucional, Direito Administrativo etc., conforme percebido na tabela abaixo:

Tabela 3 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 1998

NÚMERO DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Estudo dos Problemas Brasileiros
2	Comunicação e Expressão
3	Introdução ao Estudo do Direito
4	Economia e Política
5	Estatística
6	Sociologia
7	Metodologia Científica
8	Educação Física Militar
9	Higiene e Socorros de Urgência
10	Comunicação
11	Psicologia
12	Criminalística
13	Medicina legal
14	Direito Constitucional
15	Direito Penal
16	Direito Penal Militar
17	Teoria geral da Administração
18	Direito Civil
19	Psicologia Social
20	Direito Administrativo
21	Direito Processual Penal

22	Direito Processual Penal e militar
23	Didática
24	Treinamento Desportivo
Fonte: Quartel da APM/GO	

Todavia, embora as mudanças ocorridas após os governos ditatoriais tenham sido expressivas e consideradas como um primeiro passo para a adesão da APM/GO às transformações sofridas pela educação no país, fica evidente que a grande mudança curricular deu-se no ano letivo de 2002, quando foi se deslocando o eixo filosófico, acadêmico e pedagógico das disciplinas anteriormente voltadas para o preparo do oficial visando enfrentar situações de guerra para um novo currículo que objetivava o preparo para atender às necessidades de segurança, características do cidadão que habita os grandes centros urbanos, onde o atendimento a essas necessidades deve passar impreterivelmente pelo viés dos direitos humanos. É possível perceber essa mudança ao se comparar as disciplinas cursadas em 1991 e aquelas que compunham a nova malha curricular em questão, a saber, a de 2002.

Tabela 4 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 1991

NÚMERO DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Educação Física Militar
2	Ordem Unida
3	Técnica Policial Militar
4	Operações de Defesa Interna e Defesa Territorial
5	Direito Penal
6	Técnica Policial Militar IV
7	Deontologia Policial

8	Psicologia Social
9	Direito Processual Penal Militar
10	Informações e Contra-Informações
11	Didática
12	Administração
13	Administração II
14	Defesa Civil
15	Trabalho de Comando
16	Trabalho de Comando II
17	Informática
18	Oratória
19	Tiro Policial
20	Chefia e Liderança
21	Defesa Pessoal
Fonte: Quartel da APM/GO	

Tabela 5 – Matriz curricular do CFO (3º ano) /2002

NÚMERO DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Inglês
2	Treinamento Desportivo
3	Psicologia Social
4	Oratória
5	Medicina Legal
6	Direito Processual Penal

7	Direito Civil
8	Direito Administrativo
9	Direito da Infância e Juventude
10	Direito do Cidadão
11	Didática
12	Palestras
13	Educação Física Militar
14	Ordem Unida
15	Tiro Policial
16	Defesa Pessoal
17	Direito Processual Penal Militar
18	Trabalho de Comando
Fonte: Quartel da APM/GO	

Interpretando as matrizes curriculares do curso de CFO da APM/GO, nas quatro últimas décadas, constatou-se que as mudanças mais significativas ocorridas foram no contexto do acréscimo e/ou substituição de disciplinas que variaram de acordo com o momento histórico no qual o país se encontrava. Quando comparada à matriz curricular de 1979 (tabela 1) que possuía dezesseis (16) disciplinas, a de 1991 detinha vinte e quatro (24) disciplinas, sendo que alguma delas, como Deontologia Policial, Defesa Civil, Chefia e Liderança foram voltadas para o preparo do policial militar para atender de forma eficaz e dentro da lei a sociedade a qual se propôs defender.

O momento de reformulação do currículo foi oportuno na medida em que promoveu uma profunda reflexão em torno dos conteúdos ministrados, das metodologias de ensino utilizadas, e serviu para mostrar um aspecto pouco discutido dessa questão: a resistência que ainda persiste nos dirigentes do ensino tipicamente militar, uma vez que muitos instrutores da APM/GO são contrários às inovações contemporâneas que caracterizam um estado democrático de direito, onde as liberdades e os direitos civis estão permanentemente ampliando seus espaços,

cabendo às instituições de segurança, principalmente seus centros de ensino e formação, ajustar-se a esses novos tempos.

Essa ideia é reforçada por Souza (*Apud*SILVA 2003, p.101). Ao discorrer sobre o papel do militar no Estado Democrático de Direito, diz que ele é:

[...] um cidadão que recebe uma delegação da sociedade civil para usar arma e um traje diferente, no que essa arma deve ser usada no estrito limite da lei. Esse papel é difícil de ser desempenhado face às desigualdades sociais e econômicas de nossa sociedade, em função de que a missão do policial militar, por ser muito árdua, deveria ele receber uma formação bastante consistente, passando pelos princípios das garantias individuais, deveres e poderes. Por isso precisa ser estimulado a cultivar os elevados valores existentes na polícia militar [...]

A resistência às mudanças que acomete alguns instrutores na APM/GO está diretamente relacionada à metodologia de ensino utilizada no período em que estes cursaram o CFO, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, quando as disciplinas eram abordadas de forma superficial, posto que não fosse interessante formar alunos conscientes da realidade na qual se inseriam. O objetivo era a formação de indivíduos tidos como valentes, destemidos, sem nem ao menos saber por quê. Nesse, contexto, professores e alunos aceitavam de forma passiva o papel de reprodutor do conhecimento, “[...] visível pela aprendizagem memorística e pelas atividades por repetição, papel esse de consumidor de um currículo planejado pela administração central [...]” (PACHECO, 2001, p. 139).

Para aquele período, era até compreensível que a metodologia de ensino podasse a participação reflexiva do educando, uma vez que, sob a ideologia da segurança nacional da ditadura militar, seria pouco provável que se oferecesse uma formação mais crítica, em que se permitisse ao cadete manifestar-se de acordo com seu interesse e suas preocupações com o que estudava: tratava-se de simples reprodução do conhecimento. É importante frisar que essa inércia acometia toda a sociedade brasileira em todas as modalidades de ensino, sobre aqueles que eram

responsáveis por perpetuarem a ideologia pregada, uma forma de controle que deveria ser eficaz.

Porém, motivados pela brusca, mas esperada ruptura com o sistema ditatorial que acenava para a possibilidade de redemocratização do país, a APM foi gradativamente realizando revisões em sua matriz curricular numa tentativa de adaptar o ensino oferecido aos cadetes às exigências dos novos tempos. Para tanto, se fez imprescindível trabalhar com currículos e planos de matérias (a partir de 1982), que se atualizavam no próprio prosseguir do ano letivo de acordo com a necessidade e não somente ao término deste. Para compreender como ocorreu esse processo é inevitável conhecer a atual matriz curricular do CFO, o que será abordado no próximo item.

3.2.3. (Re) Conhecendo a Atual Matriz Curricular do CFO (3º ano) da APM/GO

Conforme visto na análise do processo histórico do ensino na APM/GO, desde junho de 1940, a Polícia Militar do Estado de Goiás demonstrou preocupação com a formação e a preparação dos profissionais integrantes de seus quadros.

A precariedade demonstrada inicialmente era um reflexo das deficiências enfrentadas pela educação do período no Brasil e em Goiás. Porém, consciente da evolução pela qual passou o Estado, tanto no contexto cultural como político e econômico, a Polícia Militar criou e modificou sucessivas vezes as Matrizes Curriculares de seus cursos, nos diversos níveis de formação. Cabe ressaltar que esse processo não ocorreu de forma isolada uma vez que a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás esteve e mantém-se sintonizada com as demais academias do Brasil, principalmente as de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que servem como estímulo para o seu desenvolvimento.

Cabe lembrar que na década de 1940, prevalecia ainda no Brasil a “Era Vargas”, com a implantação do Estado Novo em 1937. Entretanto, a política populista que caracterizava o governo Vargas facilitou conquistas e promoveu o

crescimento no campo social e trabalhista. O Estado mantinha o controle político utilizando como aparelho repressivo as Forças Armadas, entre elas a polícia. Como efeito, os currículos dos cursos ministrados pela PM/GO seguiam a tendência política do momento “[...] os currículos dos cursos ministrados pela PM/GO eram inspirados em disciplinas, com conteúdos militarizados e as práticas de formação primavam pela relação autoritária entre instrutores e alunos oficiais/cadetes” (SOUZA, 2003 p.90).

A primeira Matriz Curricular mais sistematizada da história da APM foi adotada em 1951. A partir de então, com as mudanças conjunturais da sociedade, os currículos foram sendo lentamente modificados. Dentro desse contexto, disciplinas de cunho militar⁴⁰ foram substituídas por outras de caráter civil, baseadas em parte na formação cultural que pudesse atender aos anseios da sociedade em cada época histórica. Paulatinamente, os currículos foram se transformando concomitantemente ao preparo do oficial da APM/GO, resultando em enternecimento das rígidas formas de relacionamento hierárquico e das relações interpessoais devido essas periódicas revisões e alterações.

Serão apresentadas a seguir as disciplinas com a respectiva carga horária da atual Matriz curricular do CFO, o que possibilitará uma discussão a respeito dos seus objetivos propostos.

Tabela 6 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 2007⁴¹

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS	CH
1	Administração de Material, Patrimonial e Pessoal.	50

⁴⁰Disciplinas militares são aquelas profissionalizantes e de cunho específico, que, pelas suas especificidades, são ministradas somente em escolas militares.

⁴¹ (X) – Disciplinas obrigatórias do 1º, 2º e 3º anos do curso.

(*) – Estas disciplinas contêm conteúdos em cursos oferecidos pela rede de Educação à Distância (EAD) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

(O) Atividades complementares e Orientação Educacional.

(III) À disposição da Divisão de Ensino e Palestras.

(OBS): No total o curso é realizado em 3 anos letivos, com 18 semanas semestrais e 38 horas / aulas semanais, totalizando 3.070 horas aula, sendo no 1º ano (990 h/a); no 2º ano (1010 h/a); e no 3º ano (1070 h/a).

2	Administração Financeira e Orçamentária	50
3	Análise de Cenários e Riscos	60
4	Uso Seletivo da Força III (POP) (X)	60
5	Atividades de Inteligência	40
6	Comunicação Social	50
7	Criminologia Aplicada a Segurança Pública	40
8	Defesa Pessoal Policial e Uso seletivo da Força III (POP) (X) (III)	40
9	Didática	60
10	Educação Física Militar e Saúde (III)	40
11	Estágio Supervisionado de Prática profissional (III) (X)	100
12	Gerenciamento de Crises (POP) (*)	60
13	Gestão de Qualidade	60
14	Medicina Legal	40
15	Ordem Unida (III)	40
16	Planejamento Operacional (*)	60
17	Policiamento Comunitário (*)	40
18	Procedimento Administrativo Disciplinar	60
19	Psicologia Policial e Criminal	40
20	Termo Circunstanciado de Ocorrências	40
21	Treinamento de Pronta Reação (III) (*)	40
	Atividades Complementares (O)	
	Total do 3º ano letivo	
Fonte: Matriz Curricular do CFO/2002		

A Matriz Curricular do CFO da APM/GO visa proporcionar instrumentos através dos quais, de maneira autônoma e responsável, o chefe de Polícia ostensiva consiga refletir e agir criticamente em situações complexas e rotineiras de trabalho (MATRIZ CURRICULAR DO CFO, 2007, p. 4), cabendo à nova Matriz Curricular impulsionar, por meio de processos educacionais, a implantação das necessidades

de transformação do saber fazer e do fazer saber da Segurança Pública a partir das demandas atuais da sociedade bem como dos profissionais da área policial.

Para realizar a atual revisão, foi necessário refletir sobre os currículos passados, com resultados apurados no inquérito pedagógico aplicado ao corpo discente durante a execução do curso e os questionários direcionados aos formandos da última do CFO (2007) e seus respectivos comandantes além da Malha Curricular adotada no CFO da Polícia Militar de Minas Gerais. (MATRIZ CURRICULAR DO CFO, 2007, p. 04).

Numa tentativa de padronizar a proposta de ensino do CFO, respeitadas suas particularidades, a APM/GO solicitou de algumas coirmãs a malha curricular por elas adotadas, antes de realizar a revisão na matriz Curricular.

A esse respeito, ressalta Sanches (2008, p. 19), foram solicitadas:

[...] as Matrizes Curriculares adotadas nas Polícias Militares dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, por serem grandes forças policiais ostensivas do país e apresentarem metodologias operacionais e administrativas que são adotadas como modelos na PM/GO; Santa Catarina, por ser uma referência doutrinária entre as Polícias Militares, quanto ao exercício de polícia ostensiva, administrativa, que norteou a elaboração do perfil profissiográfico do chefe de Polícia Ostensiva da PM/GO; Rio Grande do Sul, por exigir o curso de Direito para seleção e inclusão dos oficiais na Corporação, como ocorre na PM/GO; e Distrito Federal, pelas afinidades operacionais e administrativas impostas pela proximidade territorial.

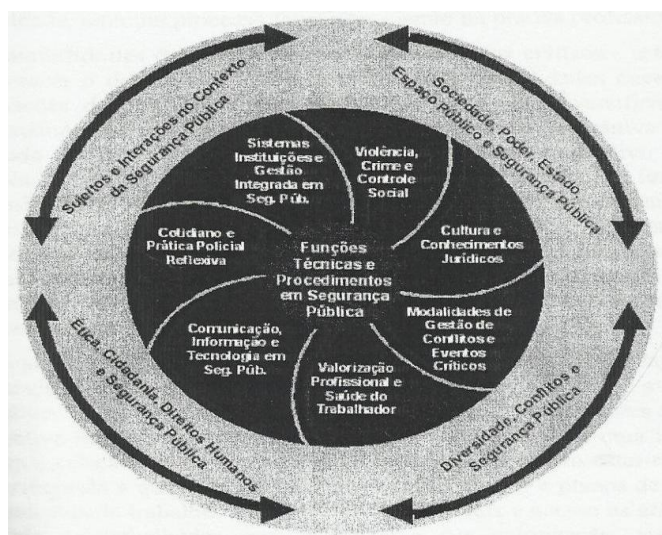
Essa solicitação visava à análise e comparação da Matriz Curricular do CFO adotada na PM/GO em relação às Matrizes Curriculares das Polícias Militares dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal (que não foi atendida). [...] “A análise restringiu-se apenas à malha curricular da polícia mineira, pois foi à única instituição que atendeu, parcialmente, às solicitações de encaminhamento da Matriz Curricular (SANCHES, 2008, p. 51)”.

Para a revisão curricular, além da malha curricular da polícia mineira, a APM/GO propôs um conjunto de orientações voltadas para o desenvolvimento de ações formativas, a partir de diálogo entre eixos articuladores e áreas temáticas, visando o desenvolvimento de capacidades gerais adquiridas progressivamente e

considerações essenciais para que o policial possa enfrentar os desafios presentes em seu cotidiano.

A função dos eixos articuladores é levar o policial a uma reflexão sobre o papel individual, social, histórico e político do profissional da PM/GO, levando em consideração sua conduta moral e ética, bem como os problemas sociais atuais e urgentes enfrentados por essa categoria. Para melhor visualização dos eixos articuladores e das áreas temáticas convém representá-los no diagrama abaixo:

Figura 5: Eixos articuladores e áreas temáticas que compõem a Matriz Curricular do CFO – GO



Fonte: Matriz Curricular do CFO/GO.

Pode-se observar que o diagrama é circundado pelos quatro eixos articuladores que orientam o currículo do CFO /GO, a saber:

- Sujeito e Interações no contexto da Segurança Pública, que defendem a necessidade de interação entre o policial e os outros sujeitos, mediante conteúdos que provoquem uma discussão sobre relações humanas; sensibilização, motivação pessoal e coletiva e interação de grupo; autoconhecimento e valores;
- Sociedade, Poder, Estado, Espaço Público e Segurança Pública – propõem uma reflexão sobre a realidade social, sua organização e suas tensões estudadas do ponto de vista histórico, social, político e cultural;

- Ética, Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública – visam desenvolver conhecimentos, práticas e atitudes relativas à dimensão ética da existência, da prática profissional e da vida social, mediante reflexão sobre noções de ética, cidadania e Direitos Humanos;
- Diversidade, Conflitos e Segurança Pública – discussão de questões que dizem respeito à diversidade que caracteriza o espaço social e cultural.

A partir dos eixos articuladores foram definidas as oito áreas temáticas que contemplam os conteúdos indispensáveis para a formação e capacitação do policial para o exercício de sua função. São as que se seguem.

- a) Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública – objetiva estimular o conhecimento dos fatores sociais que afetam a atuação das organizações de Segurança Pública e, mais amplamente, do sistema de Justiça Criminal para a compreensão de sua inserção no sistema e para a análise histórica e crítica das questões relativas às políticas públicas de segurança e ao conceito de Segurança pública.

Para contemplar essa área temática, é oferecida aos discentes do 3º ano a disciplina Gestão de Qualidade, que tem como objetivo criar condições para que o chefe de polícia ostensiva possa ampliar seus conhecimentos, visando identificar e desenvolver atitudes de comprometimento com a administração e a assessoria da PM/GO, através de conhecimento e habilidades gerenciais. Para tal, deve ser ministrada por professores que possuam a titulação mínima de graduação, com conteúdos que enfatizem o sistema de qualidade, motivação, liderança e criatividade. Requer avaliação escrita e valorização de 20% das participações dos discentes nas atividades desenvolvidas.

- b) Violências, Crime e Controle Social – cria um espaço de conhecimento crítico e de reflexão acerca da violência e do crime em suas várias formas, procurando entender a modalidade jurídico-penal de tratar a violência.

Dentro dessa temática é proposta a discussão de conteúdos presentes nas disciplinas Planejamento Operacional (PO), Criminologia Aplicada à Segurança Pública (CASP), Medicina Legal (ML), Psicologia Policial e Criminal (PPC). Essas

disciplinas possuem em comum o fato de que a exigência mínima de titulação para os docentes é a de pós-graduação, além de conhecimento e atuação em suas respectivas áreas, com a exceção da disciplina que trata de criminologia, que admite a titulação mínima de graduação, com conteúdos que permeiam a Estrutura do Comando e Documentos de Estado Maior (EM); Criminologia e Criminalística (CASP); Introdução ao Estado da Medicina Legal e Traumatologia Forense (ML); Noções de Psicologia Geral, Personalidade e Criminal e Aspectos Sociais do Crime (PPC) etc. A verificação da aprendizagem nessas disciplinas ocorre por meio de provas escritas e, no caso da CASP, além desse critério é utilizado o aproveitamento de até 20% das atividades desenvolvidas pelos discentes.

- c) Cultura e Conhecimento Jurídico – proporcionam a reflexão crítica do Direito como construção cultural sobre os Direitos Humanos e sua implementação com vista à atuação do policial no Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, percebe-se uma mudança de paradigma ao se comparar a Malha Curricular da década de 1970, preocupada com a defesa do território, e a atual, cuja preocupação volta-se teoricamente para a proteção do cidadão.

Essa tendência é percebida nas disciplinas que compõem essa área temática, como Procedimento Administrativo Disciplinar e Termo Circunstanciado de Ocorrências. No caso da primeira disciplina, a exigência docente mínima é possuir pós-graduação e ser bacharel em Direito, para aplicar conteúdos que envolvam sindicância, inquérito policial militar e procedimentos diversos – inquérito técnico, deserção, conselho de disciplina, de justificação, auto de prisão em flagrante, inclusive a confecção de diversos procedimentos que podem ser utilizados como forma de avaliação. No caso da segunda disciplina, a exigência para o docente é a mesma da primeira, com o acréscimo do Curso de “Termo Circunstanciado” da Rede de Ensino à Distância (EAD) da SENASP, contemplando conteúdos voltados para os conceitos contemporâneos relevantes para atuação policial, juizados especiais criminais, lavratura do termo circunstanciado. A avaliação pode ser realizada mediante confecção do termo circunstanciado, juntamente com uma avaliação teórica.

No entanto, ao se traçar um paralelo entre as malhas curriculares adotadas anteriormente e a de 2007 percebem-se algumas discrepâncias no tocante às disciplinas voltadas para o ramo do Direito, como Direito Processual Penal, Direito Civil, Direito Administrativo, Direito da Infância e Juventude, Direito do Cidadão e Direito Processual Penal Militar.

Essas disciplinas tinham, antes, como objetivo identificar e interpretar a legislação pertinente à prática policial, incluindo os aspectos referentes a direitos e deveres fundamentais do policial e do cidadão, os tópicos legais de interface com a prática operacional do policial e os demais aspectos considerados relevantes para a prática policial em todos os níveis, especializações e corporações, respeitados os condicionamentos de seu nível institucional. Foram substituídas por outras consideradas prioritárias.

Essa substituição ocorreu atendendo à Lei nº 14.851, de 22 de Julho de 2004, que determinou como exigência para ingressar na PM/GO como soldado a titulação mínima de graduação e, como oficial, a titulação de Bacharel em Direito⁴². Dessa forma, tornou-se desnecessário manter disciplinas voltadas para o ramo do Direito na Malha Curricular, por tornar-se repetitivo e provocar o desperdício de tempo que poderia ser destinado a outras disciplinas. É importante ressaltar que essa é uma das especificidades do CFO da APM/GO, não se constituindo uma prática nacional, conforme Sanches (2008, p.51).

Na análise curricular identificamos diversas disciplinas coincidentes, sendo os pontos divergentes oriundos, em especial, dos requisitos exigidos na seleção, uma vez que a PM/GO exige do candidato o bacharelado em Direito, e a PMMG, por sua vez, a conclusão do ensino médio. Observamos também as características institucionais do curso e a aplicação da metodologia de planejamento do ensino através da divisão das disciplinas em áreas temáticas.

- d) Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos - propõe favorecer o domínio do conhecimento e das modalidades necessárias para lidar com as diversas situações de conflito, com estudo de técnicas de mediação, negociação, uso progressivo da força, etc., fazendo parte

⁴² Adepto da exigência de Bacharelado em Direito para a seleção e ingresso dos oficiais na corporação, encontra-se também o Estado do Rio Grande do Sul.

dessa área temática disciplinas como Gerenciamento de Crises, que exige como titulação mínima de seus docentes tanto a pós-graduação quanto ser o docente multiplicador do Procedimento Operacional Padrão (POP) e possuir o curso de “Gerenciamento de Crises” da Rede de Ensino à Distância – EAD da SENASP. Visa preparar o aluno/aspirante para a manutenção eficaz da ordem pública, bem como para a proteção incólume das pessoas e preservação do patrimônio.

Os conteúdos estão voltados para o enfrentamento de situações conflitivas, resolução de problemas e alternativas táticas, sendo usadas como avaliação provas escritas e a participação discente de 20% nas atividades desenvolvidas.

- e) Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador – encontram-se relacionadas à motivação, à eficácia e ao bem-estar do policial militar, possibilitando-lhes desenvolver a autoestima, criando uma cultura de respeito e bem-estar dos profissionais não somente nas questões relacionadas a salário e planos de carreira, como também às condições de trabalho, equipamentos disponíveis e acesso às atividades de formação. Apresentam em seu conteúdo programático, disciplinas como Educação Física Militar e Saúde I, II, III, que é obrigatória nos três anos de duração do curso e que exigem do docente a titulação mínima de graduação em Educação Física para que possa ministrar aulas com conteúdos voltados para atividades práticas, como o treinamento físico militar do exército, com a utilização de atividades práticas para verificação da aprendizagem.

Estar preparado fisicamente para desenvolver a atividade laboral é um fator primordial para a qualidade do trabalho. No caso da Polícia Militar do Estado de Goiás, que tem como missão preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente no Estado, com policiais qualificados, cumprindo com excelência o preceito constitucional [...], a Educação Física convencional, como prática obrigatória na busca do condicionamento físico do policial, vinha se mostrando, ao longo do tempo, ineficaz (ARAÚJO, 2008, p. 86).

A aplicação dos exercícios físicos valorizava mais os resultados quantitativos, tornando o Teste de Aptidão Física (TAF) apenas um filtro empregado nas seleções para cursos e promoções. Posteriormente, passou a ser realizada focando a saúde integral do profissional de polícia, uma vez que os gestores públicos têm investido em cursos de formação, aquisição de armamentos, viaturas, helicópteros, sistemas de câmeras, etc. Entretanto, se as pessoas que irão utilizar todo este aparato não estiverem fisicamente preparadas para o trabalho que realizam, este poderá não ser efetivado de forma eficaz, ou seja, um profissional que tenha uma boa preparação física está melhor equipado para desenvolver suas atividades laborais, fator que se refletirá na qualidade dos serviços prestados à população.

- f) Comunicação, Informação e Tecnologia em Segurança Pública – inclui conteúdos, princípios, procedimentos e técnicas da comunicação, abordando os meios e as modalidades de comunicação, destacando entre eles a comunicação verbal e não verbal fundamental para a interação com o público, além da comunicação escrita e a comunicação de massa. Para atingir esse objetivo, são oferecidas aos discentes do 3º ano do CFO disciplinas como Comunicação Social, Didática e Atividades de Inteligência, sendo necessária à docência a titulação mínima de pós-graduação com conteúdos voltados para Noções Fundamentais de Relações Públicas, Relacionamento com a Imprensa e Cerimonial; Educação e Prática Social, Planejamento Pedagógico e de Ensino, Métodos e Técnicas de Ensino; Disposições Conceituais, Processo Decisório e suporte para atividades de Polícia Ostensiva. Nos três casos, a verificação da aprendizagem é realizada mediante provas escritas e participação nas atividades desenvolvidas em até 20%; no caso específico da Didática, em até 50%.

- g) Cotidiano e Prática Policial Reflexiva – essa área temática propõe a realização de atividades formativas centradas na discussão teórica da prática e da realidade cotidiana do policial. Por apreciar a solução de problemas concretos destacam-se, no conjunto de suas disciplinas, Ordem Unida I, II, III, que é o conjunto harmonioso e equilibrado dos

movimentos de marcha. Essa disciplina envolve um treinamento de postura corporal, além da formação de uma cultura de coletividade e de espírito de corpo. Para tanto, é exigida do docente que ministra suas aulas a titulação mínima de graduação, com conteúdos que vão da Prática de Comando ao Manejo de Espada, com verificação da aprendizagem escrita e/ou prática.

A Ordem Unida se caracteriza por uma disposição individual e consciente, altamente motivada para a obtenção de determinados padrões coletivos de uniformidade, sincronização e garbo militar. Devendo ser considerada por todos os participantes, instrutores e instruintes, comandantes e executantes como um significativo esforço para demonstrar a própria disciplina militar⁴³. Na Grade Curricular do CFO, essa disciplina tem como objetivo proporcionar aos homens e às unidades os meios de se apresentarem e de se deslocarem em perfeita ordem, em todas as circunstâncias estranhas ao serviço.

Figura 6: Disciplina: um dos elementos da Ordem Unida.

⁴³ Disciplina Militar: situação de ordem e obediência que se estabelece voluntariamente entre militares, em vista da necessidade de eficiência no trabalho diário.



Fonte: Manual de Ordem Unida da PM - GO (2007).

- h) Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública – constitui a área temática em que se concentram os conteúdos relativos aos aspectos técnicos e procedimentos inerentes do exercício das funções que devem permear as ações formativas e integrar as demais áreas temáticas. Por tratar-se da concretização final de todo o processo de formação, aborda disciplinas como Análise de Cenários e de Riscos (1), Defesa Pessoal e Uso Seletivo da força III (POP) (2), Uso Seletivo da Força (3), Policiamento Comunitário (4), Treinamento de Pronto Reação (5), Estágio Supervisionado de Prática Profissional I, II, e III (6). No caso da disciplina (01), para a docência é exigida a titulação mínima de graduação com Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP) e o Curso de Avaliador de Risco, para ministrar conteúdos voltados para a Análise de Ambiente, Avaliação Física de um Estádio e Métodos de Avaliação de Cenário e Riscos, com avaliação escrita. Até 50% do valor total da nota poderão ser considerados na aplicação da metodologia de problematização e nos confeccionados em decorrência das visitas de estudo. (MATRIZ CURRICULAR, 2007)

Para a docência da disciplina (2) é necessária a titulação mínima de Graduação, ministrando conteúdo que aborda os Elementos Básicos da Defesa Pessoal, Treinamento de Defesa Contra Armas Brancas⁴⁴, Uso de Algemas (POD) e Oficiais de Vivenciamento. A verificação da aprendizagem ocorre de forma prática, sendo o critério de avaliação o domínio das técnicas do Aikido⁴⁵.

A disciplina (3) exige docentes com titulação mínima de pós-graduação, Curso de Instrutor de Tiro, ser multiplicador do POP e possuir o Curso de “Uso Progressivo da Força” da Rede de Ensino à Distância – EAD da SENASP. Os conteúdos encontram-se direcionados para os Armamentos utilizados na PM/GO, Procedimentos Operacionais Padrão, Fundamentos do Tiro, Exercício de Tiro e Oficinas de Vivenciamento, com avaliação teórica (20% da nota) e prática.

No tocante à disciplina (04), o docente necessita possuir titulação mínima de Graduação e Curso de Polícia Comunitária da Rede de Ensino à Distância do EAD da SENASP. Os conteúdos tratam da necessidade de Remodelação do Sistema Policial Brasileiro, Diretrizes Básicas para a Implementação da Polícia Interativa, com avaliação escrita e valorada em 50% a participação nas atividades desenvolvidas.

A disciplina (05) estimula que seu docente deve possuir a titulação mínima de 2º Ten PM e seja multiplicador do POP, com a função de abordar conteúdos relativos às Técnicas de Deslocamentos. Sua avaliação teórica não deve ser superior a 20% da nota.

Na disciplina (06), o docente necessita possuir titulação mínima de Pós-Graduação e ser multiplicador do POP. A área de abrangência da disciplina se estende desde as Atividades Administradas, Atividades de Manutenção de Armamento até as Atividades Operacionais. A verificação da aprendizagem ocorre através das técnicas desenvolvidas (estudo de caso e resolução de problemas), dos relatórios elaborados pelos discentes e pelo oficial coordenador da atividade desenvolvida, bem como dos resultados obtidos no acampamento realizado pelo docente no momento da execução da prática operacional.

Além dessas disciplinas contempladas pelas áreas temáticas, são desenvolvidas, no caso do 3º ano, três atividades complementares, que visam

⁴⁴ Armas brancas: facas, pedaços de madeira, gás, pimenta.

⁴⁵ Arte marcial de origem japonesa.

contemplar os conteúdos e atividades necessários à formação do oficial. Cabe à Divisão de Ensino a função de planejar essas atividades, que se destinam tanto aos docentes como aos discentes (caso das palestras), no sentido de manterem-se atualizados em termos de conhecimentos, abordando assuntos ligados ou de interesse para a Polícia Militar. Essas palestras servem, inclusive, para tratar de assuntos relativos às alterações e evoluções doutrinárias e jurisprudências inerentes ao Direito Penal e Processual Penal, temas que não são contemplados como disciplina por fazerem parte de assuntos já trabalhados no Curso de Direito o requisito obrigatório para se ingressar no CFO da APM/GO.

Interpretando as áreas temáticas e as respectivas disciplinas que compõem a atual Matriz Curricular, percebe-se que existe um direcionamento por parte dos conteúdos ministrados para a formação de um novo perfil profissional, voltado menos para a proteção do território, o que passou a ser função do Exército, e mais para os problemas urbanos que envolvem o cidadão, seu direito de ir e vir, sua segurança pessoal e de sua família.

Dentro desse contexto, uma discussão que vem à tona e que se procurou levar em consideração ao se realizar a nova revisão curricular foi a questão do perfil profissiográfico que caracteriza o profissional formado pelo CFO da APM/GO, tema a ser abordado no próximo item.

3.3. O Perfil Profissiográfico exigido no CFO/APM

A atividade-fim da PM/GO é a polícia ostensiva, que se caracteriza como preventiva, de segurança e nas ruas, inibindo a delinquência, a marginalidade e criminalidade, prevenindo e/ou evitando o delito. Essa atividade exige o rompimento com alguns paradigmas, como o desapego ao passado e às ideias de resistência às mudanças. Conforme Souza (2003, p. 89), “lamentavelmente, na representação coletiva ainda permanece a representação do policial como combatente agressor, diante da histórica conduta selvagem e embrutecida cultivada pelos estrategistas da defesa do território advinda da tendência militarista”.

Nesse sentido, percebe-se que, para atender aos atuais anseios sociais, o policial necessita desenvolver habilidades e requisitos diferenciados, que o

tornarão apto a cumprir suas responsabilidades profissionais. Dentre elas destacam-se: a velocidade, pensar e agir rápido, antecipando-se às ações; polivalência ou multiplicidade de ações (tipos de policiamento); visão – antever os passos e ações futuras; capacidade de fazer (criatividade); entender de gente – saber ouvir, principalmente seus subordinados.

Dessa forma, o perfil profissiográfico revela conhecimentos adquiridos pelo oficial quanto aos aspectos técnicos e éticos para o desenvolvimento profissional, além dos princípios basilares da Instituição, buscando executar a missão de militar em consonância com os padrões técnicos, legais, morais e éticos, adequando a instrução recebida em conformidade com a atual estratégia institucional de policiamento, visando proteger a sociedade e a própria polícia militar, que, frequentemente, sente-se discriminada pela função que exerce. Conforme Soares (2009, p. 71 *apud* ROLIM, 2006), “assim, percebidos comumente como “estranhos” pelas comunidades às quais deveriam oferecer proteção, os policiais tendem a ser mais tímidos do que respeitados e, apenas excepcionalmente, alicerçam seu trabalho em forte vínculo comunitário”.

Dessa forma, o desenvolvimento de um perfil profissiográfico proposto na Matriz Curricular do CFO da APM/GO representa uma tentativa não somente de qualificar o oficial profissionalmente, de forma adequada aos novos tempos, como também mudar a concepção negativa que alguns segmentos sociais têm da polícia militar.

Assim, o curso de formação configura-se como o início dessa concepção profissional. Para alcançar os objetivos profissionais e institucionais delineados, ao final do curso, conforme a Matriz Curricular (2007), o oficial – aluno deverá alcançar as metas previstas no perfil profissiográfico da PM/GO. Ele deverá:

- Conhecer a legislação militar pertinente à atividade de Segurança Pública e as garantias que ela oferece aos cidadãos, com a finalidade de adoção de atitudes de justiça e respeito às leis;
- Conhecer a legislação militar pertinente à atividade policial militar e ter capacidade para desempenhar os papéis nela previstos;

- Ter capacidade para executar o policiamento ostensivo, realizando a fiscalização sobre o ambiente social, de forma a prevenir ou neutralizar os fatores de risco que possam comprometer a ordem pública;
- Prestar ao público serviços de qualidade elevada, destinados a manter a segurança, a paz e a ordem na comunidade, por meio de ações empreendedoras e integradas na sociedade;
- Identificar os problemas setorizados de crime e de desordem e verificar as suas causas, para assegurar uma intervenção rápida nos incidentes, principalmente onde há risco à vida;
- Ter capacidade técnica adequada para aplicar o uso da força e de armas de fogo, de acordo com a natureza e as circunstâncias do incidente, observando os princípios da legalidade, necessidade proporcionalidade e ética;
- Ter comprometimento ético e moral para desenvolver suas ações, visando a aplicação dos direitos humanos diante das necessidades da pessoa humana, a fim de garantir o exercício pleno da cidadania;
- Desenvolver comportamento profissional que estabeleça a confiança e o respeito ao público, por meio da adoção de normas profissionais, éticas e morais, que assegurem a imparcialidade na aplicação das leis;
- Liderar, de forma plena e positiva, o público interno e externo, na esfera de sua competência, para o fiel cumprimento de suas atividades;
- Compreender os diversos assuntos humanísticos e sociais para o desenvolvimento do autoconhecimento de suas capacidades técnicas, cognitivas, emocional e de inter-relações, com o objetivo de favorecer o desempenho de suas atribuições na resolução dos problemas sociais de forma pacífica e na aplicação da lei dentro dos parâmetros aceitáveis;
- Compreender o poder de polícia ostensiva para o desempenho do papel da autoridade policial militar, por meio do conhecimento técnico das possíveis variáveis internas e externas que possam interferir no exercício de suas atividades;
- Possuir habilidades para gerenciar ações administrativas de pessoal e materiais concernentes ao desempenho das atividades-fim;

- Ter capacidade técnica para garantir a segurança de dignitários e escolta de detidos e presos;
- Ter conhecimento e capacidade necessários para o cumprimento das ordens judiciais;
- Compreender a importância das ações de gestão de qualidade e ter capacidade para implementá-las e executá-las;
- Compreender os valores dos princípios morais, cívicos e militares;
- Ter capacidade emocional para compreender e assimilar os diversos níveis de conflitos sociais, institucionais e pessoais, a fim de preservar os seus princípios morais e éticos, necessários para o desempenho de sua atividade profissional. (MATRIZ CURRICULAR, 2007)

Para atender à estratégia institucional de policiamento e as funções que os oficiais-alunos irão exercer, seja no nível de gestão estratégica e/ou planejamento tático, é necessário trabalhar as informações disponíveis nas doutrinas e nos estudos relacionados ao tema, pois a nova concepção exige maior cooperação, coparticipação e corresponsabilidade da sociedade, substituindo o modelo de policiamento unilateral, em que a comunidade, quando participa, somente fornece recursos materiais e reivindica desempenho, por um modelo bilateral, cujos produtos são a informação, a orientação e a conjugação de esforços em busca do bem comum.

A forma como o policial irá portar-se diante do cidadão, principalmente ao abordá-lo, dependerá, em parte, da metodologia de ensino adotada por seus instrutores, que poderá direcioná-los para uma conduta mais agressiva ou branda de acordo com a forma como foram levados a interpretar os estudos de casos e a agir frente a situações-problemas simuladas nos conteúdos programáticos de algumas das disciplinas cursadas no CFO. Dessa forma, os métodos de ensino foram também foco da atenção durante a revisão da nova Matriz Curricular, que adotou introduções metodológicas específicas para cada disciplina, visando buscar novos caminhos para a substituição de uma metodologia de ensino arcaica e criticada por parte dos ex-discentes do CFO da APM/GO.

3.4. A Metodologia de Ensino no CFO da APM/GO

A aprendizagem é um processo de assimilação de conhecimentos escolares por meio da atividade própria dos alunos. Essa atividade é o estudo dos conteúdos das matérias e dos modos de resolver as tarefas práticas que lhes correspondem. Portanto, os conteúdos representam o elemento determinante em torno do qual se realiza a atividade de estudo, sendo que esse desperta a atenção do aluno na medida em que se encontra voltado para a resolução de tarefas concretas e práticas, cuja finalidade é a assimilação consciente de conhecimentos, habilidade e hábitos. Para Piaget (1982, p.15), “a aprendizagem é um processo normal, harmônico e progressivo, de exploração, de descoberta e reorganização mental, em busca da equilibração da personalidade”.

Os conteúdos formam a base objetiva da instrução – conhecimentos sistematizados e habilidade – viabilizados por métodos de transmissão. Para tal, faz-se necessário que o ensino cumpra sua função primordial, que é estimular, dirigir, incentivar e impulsionar o processo de aprendizagem dos alunos, o que é facilitado com a escolha de um método apropriado para atingir esse fim.

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de se realizar na APM/GO uma adequação do sistema educacional à realidade atual, visando uma reflexão a respeito dos métodos de ensino adotados pelos docentes e o índice de satisfação dos discentes.

Libâneo (2003) aponta diversos métodos de ensino que indicam procedimentos e formas de direção do processo, ou seja, as relações professor-aluno-matéria de acordo com seu aspecto interno, que indicam as funções ou passos didáticos, procedimentos e ações de assimilação ativa por parte do aluno. Dentre eles, destacam-se: o método de trabalho independente, o método de elaboração conjunta, o método de trabalho em grupo, o método de ensino à distância, metodologia da problematização e a aprendizagem baseada no problema, e o método de exposição pelo professor.

3.4.1. Método de trabalho Independente

Consiste na realização de tarefas dirigidas e devidamente orientadas pelo professor, de forma que os alunos resolvem os problemas propostos de modo

independente e inovador (LIBÂNEO, 2003, p. 163). Esse método prioriza a atividade mental dos alunos, tendo sempre o cuidado de se trabalhar à assimilação dos conteúdos, cabendo ao docente definir as condições essenciais para que a aprendizagem ocorra, como: elaborar tarefas claras e compreensíveis; assegurar condições de trabalho; acompanhar de perto e aproveitar o resultado das tarefas para toda a classe. Esse método também deve ser utilizado como motivação para a pesquisa, a leitura, a análise e a interpretação de textos por parte dos discentes.

3.4.2. Método de Elaboração Conjunta

Para Libâneo (2003, p. 167-168), esse método compreende uma forma de interação ativa entre o professor e os alunos, com o intuito de adquirir novos conhecimentos, atitudes, habilidades e convicções, buscando consolidar os conhecimentos já adquiridos, podendo ser vivenciado a qualquer momento do desenvolvimento do conteúdo desde que algumas condições tenham sido previamente desenvolvidas pelo aluno: assimilação dos objetivos existentes, domínio de conhecimentos básicos ou de conhecimentos e experiências adquiridas anteriormente. As respostas formuladas pelos alunos, frutos de perguntas lançadas pelo professor, devem servir como forma de avaliação, independente de estarem corretas ou não, transformando-se em ponto de partida para a revisão e aprimoramento da atividade proposta.

3.4.3. Método de Trabalho em Grupo

De acordo com Libâneo (2003, p. 170), esse método consiste na distribuição de temas de estudos idênticos ou diferentes a grupos fixos ou variáveis, compostos de três a cinco alunos, escolhidos pelo professor e, preferencialmente, com rendimentos escolares diferentes. Esse método de ensino pode ser utilizado concomitantemente com outros métodos, visando obter a cooperação dos alunos entre si na realização das tarefas apresentadas. Sua implantação exige prévia exposição, conversação introdutória ou trabalho individual.

3.4.4. Método de Ensino à Distância

Constitui o método de ensino baseado na educação à distância utilizado por universidades e outras instituições de ensino, como, por exemplo, a APM/GO, cujos cursos atuais já contemplam a exigência de disciplinas *online*.

Ao se analisar a evolução das fases tecnológicas⁴⁶ pelas quais passou a educação à distância, percebe-se o quanto esta se transformou em ferramenta indispensável para o processo ensino – aprendizagem empresarial, servindo aos interesses institucionais voltados para a formação, atualização e aperfeiçoamento.

3.4.5. Metodologia da Problemática e Aprendizagem

Essas duas propostas envolvem os alunos em atividades que exigem dedicação, interação entre os colegas, pesquisa bibliográfica e de campo, raciocínio lógico, reflexão e criatividade na resolução de problemas detectados ou propostos. Em ambos os casos, o processo ensino-aprendizagem surge a partir de problemas, que podem surgir da realidade, mediante observação realizada pelos alunos, ou propostas de maneira técnica por especialistas, visando abranger todos os conhecimentos essenciais ao currículo. Essas correntes apresentam pontos positivos em virtude dos bons resultados obtidos na aprendizagem e pontos negativos, devido à resistência de alguns profissionais às mudanças e inovações.

3.4.6. Método de Exposição Pelo Professor

O método de exposição pelo professor caracteriza-se pela tradicionalidade do ensino, no qual o professor apresenta o conhecimento por meio de aulas expositivas, demonstrativas, ilustrativas e exemplificativas. É o método de ensino mais utilizado no Brasil, bem como na APM/GO. No entanto, Libâneo (2003, p. 162) alerta sobre a adoção de práticas didaticamente incorretas, como dirigir o aluno a uma aprendizagem meramente mecânica e reprodutora. Nesse método, o aluno adota uma postura receptiva, mas não passiva.

⁴⁶1º- Fase do papel impresso.

2º- Fase eletrônica, caracterizada pela utilização do rádio e televisão;

3º - Fase digital com ênfase na informação e comunicação

4º - Fase digital vinculada a um ambiente virtual de aprendizagem ou comunidades de aprendizagem.

No método tradicional, a atividade de ensino é centrada no professor, que tem a função de expor e interpretar a matéria, tendo na palavra e exposição oral os principais meios para alcançar esse objetivo, além do uso esporádico de ilustrações, exemplos e apresentação de objetos. Cabe ao aluno ouvir e fazer exercícios repetitivos para posteriormente apresentar as informações obtidas durante um possível interrogatório do professor ou reproduzir fielmente as respostas em provas escritas. Para Libâneo (1990, p.64) “o aluno é, assim, um recebedor da matéria e sua tarefa é decorá-la”.

O método visa à formação de um aluno “ideal”, desvinculado da sua realidade concreta, uma vez que a matéria abordada, que deveria servir como instrumento de reflexão, é tratado isoladamente, isto é, desvinculada dos interesses e dos problemas reais da sociedade, seguindo uma sequência lógica, independente da necessidade real do educando, o que pode provocar um sentimento de apatia.

Nesse sentido, a motivação é praticamente ausente no método tradicional. Segundo Libâneo (1990, p.82), “motivação é o conjunto das forças internas que impulsionam nosso comportamento para objetivos e cuja direção é dada pela nossa inteligência”. Entretanto, cabe salientar que as forças internas do organismo são condicionadas por forças externas (ambiente social) que modificam o direcionamento da nossa motivação.

Assim, a relação professor-aluno, que, em alguns casos, pode funcionar como motivação para a aprendizagem, na teoria tradicional coloca-se como entrave, uma vez que, nessa, quase sempre o professor é visto como o detentor do conhecimento inacessível a seus subalternos (alunos), que são vistos “de cima para baixo”, o que dificulta a comunicação entre ambas às partes.

Em pesquisa realizada sobre “Os problemas de aprendizagem na APM/GO”, Martins (1997, p.34) aponta claramente o intenso uso do método tradicional para justificar tais problemas, ao frisar que:

- Falta planejamento das aulas;
- Não é aproveitado plenamente o momento evolutivo do aluno⁴⁷;
- Não são explorados de forma explícita e simultânea os aspectos afetivos, psicomotores, cognitivos e sócio-culturais dos alunos;

⁴⁷O que poderia ser feito através do Método de Elaboração Conjunta proposto por Libâneo (2003, p. 167 – 168).

- Não são associadas as matérias teóricas com a prática profissional;
- A matéria não é exposta de forma clara, precisa e motivadora.

Conforme Libâneo (1990, p.65), “a didática tradicional tem resistido ao tempo e continua prevalecendo na prática escolar”.

O predomínio do tradicionalismo nas instituições de ensino, inclusive na APM/GO, explica-se em parte pela resistência apresentada pelos docentes às mudanças, que exigem a ampliação e aquisição de novos conhecimentos, mediante a participação em curso de capacitação, simpósio, seminários e/ou manutenção e atualização de acervo técnico profissional.

Ao se referir ao ensino ministrado no CFO da APM/GO, Souza (2003) argumenta que predomina a utilização de uma proposta pedagógica inteiramente desmotivadora para o aluno e divorciada de um currículo que possibilite a formação de um profissional seguro e humano. Realizada em 2003, essa pesquisa aplicou questionários a oficiais formados e verificou como o método tradicional prevalecia durante os anos de CFO cursados pelos seus entrevistados.

[...] praticamente não se preocupava muito com essa questão de conhecimento, primeiro por que era uma decoreba total, quer dizer, um aluno bom em decorar certamente seria uma dos melhores alunos e isso atrapalhou muito a minha vida não só no sentido de crescimento intelectual, mas a vida de muita gente, da nossa turma que foi a primeira e viveu um caos programático. Praticamente não havia nada que orientasse adequadamente ou pelo menos não havia um suporte técnico-profissional para desenvolver. Então, percebemos que ficou muito mais em decorar a matéria. (CEL.MACHADO in. SOUZA, 2003, P.111).

O entrevistado foi cadete no CFO durante os governos militares e relata com precisão a forma como o conhecimento era tratado pelo método tradicional, que era visto como eficaz para atender aos anseios da teoria positivista vigente no país nesse período. Assim, os conhecimentos ficaram estereotipados, insossos, sem valor educativo vital, desprovidos de significados sociais, inúteis para a formação das capacidades intelectuais e para a compreensão crítica da realidade. O intento

de formação mental, de desenvolvimento do raciocínio, ficou reduzido a práticas de memorização. (LIBÂNEO, 1990, p.65).

Em pesquisa posterior, Sanches (2008) também analisou a metodologia de ensino adotada no CFO da APM/GO. Embora esse não fosse o foco principal de seu trabalho, o autor, referindo-se às ideias apresentadas por Libâneo (2003) na Semana de Planejamento promovida pela vice-reitora de graduação da Universidade Católica de Goiás, alerta para o fato de que a existência da universidade está vinculada à função de fazer com que os alunos aprendam conceitos e teorias, desenvolvam capacidades e habilidades de pensar e aprender formem atitudes e valores e se realizem como profissionais e cidadãos, referindo-se também à importância dos projetos pedagógicos, dos planos de ensino, dos currículos e dos processos de avaliação para o alcance de objetivos.

A esse respeito, Libâneo (2003, *apud* SANCHES, 2008, p.33) ressalta que:

A aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. O ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para aprender. A metodologia de ensino, na verdade, não diz respeito unicamente às técnicas de ensino, ao uso do vídeo, do trabalho em grupo, da aula expositiva. Metodologia é como você ajuda seu aluno a pensar com os instrumentos conceituais e processos de investigação da ciência que você ensina.

Dessa forma, a pesquisa realizada por Sanches, baseada na aplicação de inquérito pedagógico na APM/GO ao término do 1º ano do CFO/2007, apontou para a necessidade de adaptações no enfoque de diversas disciplinas e das cargas horárias destinadas a alguns conteúdos, visando direcionar o curso para a formação de profissionais aptos para o exercício da atividade de polícia ostensiva.

Nessa linha de raciocínio, o autor argumenta que:

A metodologia de ensino adotada deve propiciar situações para que o aluno aprenda a pesquisar, analisar e relacionar os conhecimentos adquiridos, conferindo-lhes significado próprio e conclusões direcionadas à busca de soluções dos problemas.

Nessa ótica, esse tipo de metodologia aplica-se muito bem ao nosso oficial, pois é esse tipo de aprendizagem que almejamos para o chefe de Polícia Ostensiva. (SANCHES, 2008, p.33).

Parte do que os entrevistados do CFO/2007 solicitaram na realidade já era uma reivindicação antiga, pois, ao se analisar algumas monografias disponíveis na biblioteca da APM/GO, como as que tratam da questão da Importância da revisão curricular para a Evolução do Ensino Aprendizagem na PM/GO (1989), da criação do Corpo Docente na PM/GO (1989), dos Problemas de Aprendizagem na APM/GO (1997) e do Currículo Básico para o Curso de Formação de Oficiais (1997), constatou-se a preocupação com a adaptação dos conteúdos e da metodologia de ensino ao contexto social e institucional da época. Isso também foi reforçado na pesquisa de Souza (2003), ao frisar que “o que se verificava era um procedimento educacional voltado para a reprodução dos conhecimentos já consolidados, buscando formar um indivíduo que se moldasse ao sistema, inerte para desenvolver qualquer raciocínio crítico ou questionador”.

Cabe salientar que não se quer tecer críticas de forma nociva e prejudicial ao ensino, à metodologia e ao docente do CFO da APM/GO, uma vez que é de consenso geral que as escolas militares, dentre elas a APM/GO, figuram entre as melhores do país, dadas a sua tradição no ensino, a sua organização administrativa, de conteúdo, de controle das atividades, de disciplina dos alunos e de responsabilidade dos professores. No entanto, não se pode deixar de mencionar que foram os resultados de outras pesquisas que contribuíram para as eventuais revisões curriculares que ocorreram e apontaram caminhos para as transformações que atualmente são presenciadas no currículo dessa corporação, que, enquanto instituição responsável pela formação de profissionais destinados a prestarem serviços de segurança pública, não pode negligenciar sugestões viáveis, que venham contribuir para melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade goiana, com um grau de eficiência que atenda às aspirações dessa comunidade.

3.4.7. A metodologia de ensino adotada pela nova Matriz Curricular

Resultado de intensas discussões, a Matriz Curricular do CFO da APM/GO – 2002 fomos abordadas para atender à realidade administrativa e operacional da época, provocando inúmeras mudanças institucionais, desenvolvidas nos níveis estratégico, tático e operacional, situações que exigem formação diferenciada, com o intuito de dissociar os antigos paradigmas que se contrapõem à nova cultura profissional. De acordo com Souza (2003), essas mudanças atingiram principalmente as disciplinas reconhecidas como militares⁴⁸, que foram gradativamente sendo substituídas por outras de cunho civil à medida que o regime militar ia perdendo força.

Essa inversão de enfoque das disciplinas ministradas no CFO da APM/GO demonstra que o currículo passou a ser mais voltado para as questões humanas, da cidadania, dos direitos humanos, da cordialidade, do trato fraterno e solidário com o cidadão. No entanto, como o processo é moroso, pode-se ainda verificar que não foram totalmente extintas as disciplinas que tratam do rigor disciplinar, dos reflexos, do treino para a defesa pessoal, estratégias de policiamento, que traduzem a ideologia da ordem e da disciplina.

“A grande mudança Curricular”, expressão utilizada por Souza (2003) para se referir à Matriz Curricular do CFO/2002, tem sido considerada inovadora por conter nos relatos de seus depoentes afirmações de que: o professor age como facilitador do conhecimento (adepto da teoria progressivista); o currículo tem articulado teoria e prática; a formação do policial está voltada para o respeito aos Direitos Humanos etc. No entanto, ainda apresenta, segundo depoimentos, alguns problemas, como dúvidas a respeito da aplicabilidade prática de algumas disciplinas, dificuldade em conciliar estudo e trabalho e a inutilidade de certas disciplinas.

Essas deficiências presentes na Nova Matriz Curricular, aliadas a outras descobertas com o passar do tempo, fizeram com que fosse realizada nova revisão curricular no ano de 2007, passando a vigorar, desde então, a nova matriz, em substituição à do ano de 2002. Para verificar a eficácia da matriz em vigor, foi aplicado pela APM/GO, quando do término do ano letivo de 2007, um inquérito pedagógico com o 1º Ano do CFO/2007. O critério de escolha deu-se pelo fato de

⁴⁸De acordo com Souza (2003), até a década de 1990, houve completo domínio das disciplinas militares sobre as civis.

ser esta a primeira turma submetida à atual Matriz Curricular. Nesse inquérito, foram analisadas as opiniões dos discentes (1º ano/ 2007), dos aspirantes (3º ano/2007) e dos comandantes dos formados da turma de aspirantes / 2007. Foram aplicados 100 (cem) questionários, 62 (sessenta e dois) para discentes e 28 (vinte e oito) para comandantes.

Os 62 discentes, ao serem interrogados sobre quais disciplinas seriam consideradas mais importantes para o curso, citaram: Armamentos e Tiro I- 39%, Instrução Geral I – 11% e Operações de Choque – 10% (SANCHES, 2008, p.38).

A escolha dessas disciplinas justifica-se pelo fato de serem disciplinas voltadas para as atividades-fim da Corporação, que priorizam, no caso da primeira disciplina citada, as generalidades do armamento leve, os tipos de características dos armamentos utilizados na PM/GO, a manutenção, manejo e inspeção no armamento na PM/GO, bem como munições e noções de balística, cuidados, normas e precauções com armas de fogo e exercícios de tiro. A disciplina Instrução Geral I coloca o discente em contato com o ordenamento jurídico que rege a administração policial militar, que se diferencia dos demais órgãos públicos no tocante à hierarquia e à disciplina, fazendo com que o aluno conheça seus direitos, deveres e obrigações dentro da instituição. Os conteúdos ministrados na disciplina Operações de Choque proporcionam ao discente conhecimentos que lhe permitem executar ações de forma técnica, visando a reestruturação da ordem pública nos casos de greve declaradas ilegais pela Justiça, reintegração de posse e em estabelecimentos prisionais, além de outras manifestações de grupo que venham atentar contra a integridade física da população ou de estruturas físicas públicas ou privadas (MATRIZ CURRICULAR, 2007, p. 48). Nessas disciplinas, teoria e prática se alternam, inclusive na verificação da aprendizagem.

Em contrapartida, os discentes elencaram também as disciplinas menos importantes para o curso: Deontologia PM – 27%, Estatística – 23% e Psicologia Social – 16% (SANCHES, 2008, p. 38)

O desinteresse que a maioria dos alunos demonstra por essas disciplinas relaciona-se ao caráter teórico que lhes é atribuído. Permeiam discussões sobre código de ética profissional, moral, valores, costumes, coleta e interpretação de dados, elaboração de tabelas, escolas psicológicas, processo adaptativo, etc. que,

para os discentes, não possuem a mesma importância que as disciplinas anteriormente citadas por considerarem seu conteúdo de pouca aplicabilidade prática, além de possuírem verificação da aprendizagem em geral, voltada para provas escritas.

Da questão do questionário aplicado aos 62 discentes sobre uma avaliação final do curso como um todo, foram colhidos os seguintes resultados: Muito Bom – 14%, Bom – 50%, Regular – 26%, Deficiente 10% e Péssimo - sem indicação (SANCHES, 2008, p.39). Esses resultados apontam para a satisfação da metade dos discentes que responderam ao inquérito. Entretanto, não é viável desconsiderar aqueles que, por algum motivo, compactuaram com a opinião dos demais colegas, pois é da observação das divergências que se caminha para alcançar o ensino de qualidade apregoado pelo CFO da APM/GO.

Quanto aos aspirantes (alunos do 3º ano), quando questionados sobre os assuntos tratados durante o CFO destinados a preparar o formando para o desempenho de suas atividades profissionais, foram obtidas as seguintes disposições: totalmente sem indicação -0%; em parte – 96%; e muito pouco - 4% (SANCHES, 2008, p. 40). Essas respostas vão de encontro à pesquisa realizada por Souza (2003) que fez o mesmo questionamento ao então Ten. Sanches e, na época, respondeu que o CFO por ele realizado na década de 1990 atendeu “às suas expectativas, pois os conteúdos abordados nas disciplinas foram fundamentais para o desempenho de sua atividade como oficial PM”.

Na abordagem a respeito de quais assuntos deveriam ser incluídos na nova Matriz Curricular, os aspirantes indicaram a necessidade de aprofundar o estudo sobre o Procedimento Operacional Padrão (POP), com 15 ocorrências, aprofundar as disciplinas de Armamento e Tiro, com 10 ocorrências, Policiamento Comunitário, Funções do Comandante de Policiamento Urbano (CPU) e Relacionamento Interpessoal. As propostas foram no sentido de extinguir algumas disciplinas, como Estatística, Deontologia, PM, Gestão de Qualidade e Psicologia Social, a exemplo dos resultados do inquérito aplicado ao 1º ano, e ampliar a carga horária destinada aos assuntos que, na opinião dos discentes, necessitam de aprofundamento. Esses dados revelaram que os alunos do 1º ano têm pouca

vivência do currículo, não percebendo a utilidade das disciplinas que propõem excluir.

De acordo com essa pesquisa, os aspirantes gostariam que fossem intensificadas as atividades de Estágios Operacionais Supervisionados ao longo de todo o curso, disciplina que visa instrumentalizar o aluno com conhecimentos práticos, essenciais à execução da atividade policial, servindo inclusive para que o aluno possa realizar uma autoavaliação de sua aptidão ou não para o exercício da atividade policial militar, pois a habilitação profissional deverá ser capaz de levar o policial a atuar dentro dos parâmetros aceitáveis em uma situação de risco ou diante de um quadro de criminalidade violenta que naturalmente causa indignação social (CAMPOS, 2009, p.37).

Visando atender as expectativas de intensificação das atividades de Estágio Supervisionado, a atual Matriz Curricular prevê a realização de Estágio Operacional após o quarto mês do 1º ano letivo do CFO, de acordo com o conteúdo desenvolvido em cada disciplina, com disponibilidade de no mínimo 20% da carga horária destinada às aulas presenciais. São indicadas para essas instruções metodológicas, as técnicas de estudo de caso, resolução de problemas e *feedback*, que serão analisados posteriormente, juntamente com os relatórios confeccionados pelo corpo discente e oficial coordenador da atividade desenvolvida, bem como com os resultados obtidos no acompanhamento realizado pelo docente no momento da execução da prática operacional e utilizados como instrumentos para verificação da aprendizagem.

Para os aspirantes, o aumento da carga horária da disciplina Estágio Supervisionado seria possível com a retirada da Matriz Curricular de disciplinas como Jornadas de Campo, executadas no Exército Brasileiro e com o direcionamento do processo de ensino-aprendizagem para o desempenho das atividades-fim da Corporação, priorizando as atividades práticas em relação às teóricas, além de simulações e estudos de caso, o que constitui outro aspecto da pesquisa em que as opiniões dos discentes do 1º ano encontram-se em consonância com as do 3º ano. Em relação aos conceitos⁴⁹ atribuídos por esse último grupo ao CFO, também há concatenação, o que reforça a visão que os alunos

⁴⁹Muito Bom, 12%; Bom, 16%; Regular, 19%; Deficiente, 8 %; Péssimo, sem indicação.

possuem da APM/GO como instituição respeitável que defende o estandarte da disciplina como característica preponderante do ensino por ela oferecido (SOUZA, 2003, p.119).

No tocante às respostas do inquérito pedagógico fornecidas pelos comandantes dos formandos da turma de aspirante/2007, esses tendem a reforçar as respostas de seus discentes e, em alguns casos, dos alunos do 1º ano. Essa tendência foi verificada quando os comandantes sugeriram que a nova Matriz Curricular aprimorasse o desempenho nas atividades práticas de polícia ostensiva, por meio da inclusão de assuntos vinculados ao desenvolvimento interpessoal, às inovações implantadas no programa de modernização da PM/GO, à Estatística Criminal Georreferenciada, bem como ao aumento da carga horária destinada à execução do Estágio Operacional (SANCHES, 2008, p.44).

Assim, algumas das reivindicações sugeridas, como priorizar a prática em relação à teoria e aumentar a carga horária do estágio supervisionado foram fortemente apresentadas pelos discentes tanto do 1º como do 3º ano em seus questionários por não se considerarem totalmente aptos para realizar as atividades-fim da Corporação, mesmo após estarem formados. Nesse sentido, Campos (2009, p.36-37) alerta que:

[...] É importante salientar a relevância de uma boa formação do policial, conduzindo à harmonia e aplicabilidade entre a teoria e a prática. Vale ressaltar que, na ausência de doutrina, estrutura e equipamento ideal, a didática da instrução fica prejudicada nos quesitos de qualidade e realismo do treinamento, podendo inclusive não se obter sucesso, gerando com isso práticas empíricas de instrução pouco eficientes ao ensino da instituição a que se destina ou até mesmo durante a necessidade de utilização de defesa em situações fora de serviço.

A pesquisa, ao ser realizada, visa, em sua maioria, analisar os fatores que influenciam uma determinada realidade. No caso da APM/GO, o inquérito pedagógico aplicado aos discentes do CFO/2007 serviu para mostrar o descontentamento dos alunos em relação à pouca aplicabilidade e à carga horária

de algumas disciplinas. Nesse sentido é que as sugestões foram colocadas tanto pelos discentes como por seus comandantes, visando corrigir uma possível “fragilidade” do currículo, perceptível somente por aqueles que se defronta com situações-problemas que exigem que sejam colocados em prática os conhecimentos adquiridos ao longo dos três anos letivos em que frequentaram o CFO.

Dessa forma, percebe-se que a preocupação com o perfil profissiográfico a ser desenvolvido pelo Chefe de Polícia Ostensiva passou a ser latente, o que justifica a necessidade de a Matriz Curricular redirecionar os objetivos gerais e o processo de avaliação da aprendizagem das disciplinas para que o profissional seja capaz de alcançar as competências exigidas pela PM/GO.

A preocupação com a eficácia da metodologia de ensino utilizada pelo docente fez com que fosse introduzido na nova Matriz Curricular um item intitulado “instruções pedagógicas”, com o objetivo de coordenar as ações dos docentes para que sejam desenvolvidos métodos e técnicas de ensino compatíveis com cada conteúdo, possibilitando a organização de ambientes de aprendizagem mais significativos e adequados às necessidades do corpo discente, buscando aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com Libâneo (1990, p.79), “[...] a aprendizagem é uma forma de conhecimento humano – relação cognitiva entre aluno e matéria de estudo – desenvolvendo-se sob as condições específicas do processo de ensino”. O ensino não existe por si mesmo, mas na relação com a aprendizagem e é nesse sentido que as condições de ensino necessitam favorecer a aprendizagem.

Outro aspecto da Matriz Curricular diz respeito à qualificação exigida do docente para ministrar as disciplinas, o que ficou explicitado no item “pré-requisitos do corpo docente”, que aborda a graduação, especialização e/ou cursos que habilitem o docente, a fim de direcionar a escolha ideal do profissional para o desempenho dessa prática didático-pedagógica. Atenção deve ser dada ao fato de que o amplo conhecimento exigido do docente contribui para que sejam desenvolvidos os princípios da transversalidade e da interdisciplinaridade presentes no item “inter-relacionamento disciplinar”, buscando, também, preservar o discente da desconformidade pedagógica de sobreposição de conteúdos.

Devido à exigência de que o docente de algumas disciplinas do CFO da APM possua certificados de alguns dos cursos da rede de ensino à distância da SENASP, o inquérito pedagógico sinalizou a necessidade de introduzir na nova Matriz Curricular treze cursos da citada rede de ensino, objetivando promover a busca do conhecimento e despertar no discente a utilização desse novo método de ensino que vem ganhando espaço na sociedade e no mundo corporativo.

No âmbito das sugestões realizadas pelos discentes/comandantes também se destacaram a inclusão e renomeação de algumas disciplinas: no primeiro caso, foi proposta a inclusão da disciplina Desenvolvimento Interpessoal, com o objetivo de qualificar o futuro Chefe de Polícia Ostensiva para o desempenho de seu papel de “líder social”, função inerente à execução dos princípios da polícia comunitária, que exige o domínio dos aspectos que envolvem as relações humanas e sociais. Outras disciplinas a serem incluídas foram Polícia Ostensiva e Sistema Informatizado, que têm por finalidade identificar os conceitos inerentes a essa atividade, os aspectos gerais do Direito Administrativo vinculados às competências do Chefe de Polícia Ostensiva e identificar os diversos sistemas informatizados de apoio às atividades de segurança pública, bem como os voltados ao planejamento preventivo e ao de combate à violência criminal, em especial os adotados pela PM/GO, respectivamente.

A sugestão de introduzir a disciplina Análise de Cenários e Riscos parte do pressuposto de que essa disciplina cria condições para que o Chefe de Polícia Ostensiva possa avaliar e conhecer as diversas medidas de prevenção e riscos a partir da análise de cenários, com o intuito de evitar ou intervir em eventos adversos, quando necessário, constituindo-se, portanto, em uma disciplina que prioriza a prática que, de acordo com o inquérito, reflete as expectativas dos discentes.

No caso das disciplinas a serem renomeadas figura a disciplina Educação Física Militar I e II para Educação Física Militar e Saúde I e II, a fim de contemplar a nova concepção institucional que busca conscientizar o policial militar sobre a responsabilidade individual na prática constante de exercícios físicos que são fundamentais para o desempenho da atividade profissional. No tocante à disciplina Chefia e Liderança, a sugestão foi nomeá-la como Gestão de Pessoas, para amenizar a conotação que a primeira expressão possui de subordinação e

autoritarismo por outra que faz alusão a uma gestão democrática de pessoas, visando uma conduta harmoniosa e salutar dos recursos humanos disponíveis com vistas á melhoria da imagem institucional.

Em consequência da predileção dos discentes por atividades práticas, à disciplina Estágio Supervisionado I e II foi sugerido um aumento de carga horária: na Matriz Curricular de 2007 era de 100h/a e passou a ser de 160h/a. O acréscimo nas horas-aula da disciplina buscou contemplar a necessidade de instrumentalizar o aluno com conhecimentos práticos, essenciais à execução da atividade policial, por meio de atividades técnicas de estudos de casos, resolução de problemas e *feedback*. Para Kulcsar (*apud* FAZENDA, 1989, p.65): “O estágio supervisionado poderá auxiliar o aluno a compreender e enfrentar o mundo do trabalho e contribuir para a formação de sua consciência política e social, unindo a teoria à prática”.

Assim, o Estágio Supervisionado passou a representar a oportunidade de o discente assimilar, através das atividades práticas propostas, os conhecimentos teóricos obtidos em sala de aula, significando o engajamento do estagiário na realidade, para que possa perceber os desafios que a carreira policial lhe oferecerá e possa, assim, refletir maduramente sobre a profissão que resolveu assumir. Esse envolvimento em situações reais vividas visa primordialmente à integração do saber como fazer.

As atividades práticas que constituem a essência do Estágio Supervisionado também contribuem para a absorção de conteúdos voltados para outra disciplina analisada por algumas monografias disponíveis na biblioteca da APM/GO que tratam da segurança pública, como a pesquisa de Serrão e Coutinho (2008), que frisa a necessidade de implementação e aprofundamento do estudo sobre o Procedimento Operacional Padrão (POP), com carga horária compatível com os objetivos propostos. A importância do POP para a formação dos oficiais da APM/GO é constatada também na Matriz Curricular do CFO, que coloca como exigência para a docência de algumas matérias, além da graduação e pós-graduação, o certificado de cursos de áreas de abrangência da referida disciplina.

O resultado positivo da gestão qualitativa dos recursos humanos, financeiros nas empresas fez com que essas desenvolvessem programas de qualidade com foco no cliente e numa prestação de serviços que atenda ao

consumo de bens e serviços. Seguindo essa tendência prática e instrumental, o poder público implementou-a também na execução de seus serviços. Nesse sentido, nasceu, dentro do Estado, um Programa de Qualidade, o qual, dentro da Polícia Militar do Estado de Goiás, efetivou-se através do Procedimento Operacional Padrão – POP, que visa a uniformização de procedimentos e a correção de atitudes, com o objetivo de uma prestação qualitativamente melhor do serviço de segurança pública.

Com o intuito de atender a essa exigência, a disciplina Policiamento Geral busca proporcionar conhecimentos holísticos aos discentes, para que ele possa desempenhar sua atividade de policiamento ostensivo da melhor forma possível. E para obter um melhor aproveitamento das disciplinas voltadas para o POP, este se encontra subdividido em unidades, antecedidas por numeração distinta, de acordo com suas especificidades, como observado na tabela abaixo:

Tabela 7 – Subdivisões do POP

1. POP 101 _ Equipamento de uso individual – EVI
2. POP 102_ Equipamentos de viatura
3. POP 103 _ Uso de algemas
4. POP 111_ Atendimento telefônico de emergência via celular funcional da viatura operacional.
5. POP 113_ Busca e identificação veicular
6. POP 114_ Averiguação de droga ilegal
7. POP 201_ Ponto de estacionamento da viatura
8. POP 202_ Deslocamento de viatura em compartilhamento
9. POP 203_ Abordagem a pessoa(s) em atitude(s) suspeita(s)
10. POP 204_ Abordagem a pessoas infratoras da lei
11. POP 205_ Abordagem a veículo sob fundada suspeita
12. POP 206_ Abordagem a veículo ocupado por infratores da lei
13. POP 208_ Abordagem estática
14. POP 209_ Bloqueio em via pública
15. POP 301_ Vias de fato

16. POP 302_ Perturbação do sossego público
17. POP 303_ Ocorrência de dano
18. POP 304_ Ocorrência envolvimento autoridades
19. POP 401_ Ocorrência ocasional de alto risco
20. POP 402_ Alarme disparado em edificações
21. POP 403_ Rouco a banco ou similares
22. POP 405_ Acompanhamento e cerco a veículo
Fonte: Matriz Curricular, 2012, p.66.

Percebe-se, através das subdivisões do POP, que esse se encontra voltado para as atividades práticas com as quais os discentes se defrontarão cotidianamente no exercício de suas funções. Essa realidade exige que o profissional esteja apto a exercer sua atividade de Polícia Ostensiva, tendo como foco o Procedimento Operacional Padrão - POP, por meio de uma conduta compatível com a ética e os valores difundidos pela instituição. Assim, atividades como as abordagens, tão frequentes para a PM, necessitam de profissionais habilitados para executar o policiamento ostensivo, realizando a fiscalização sobre o ambiente social, de forma a prevenir ou neutralizar os fatores de risco que possam comprometer a ordem pública. É nesse sentido que o POP é tão valorizado pelos discentes, porque representa a oportunidade de aprender a fazer fazendo.

Na APM/GO, além da disciplina Policiamento Geral, outras também desenvolvem conteúdos voltados para a prática. De acordo com Campos (2009, p. 115-116):

A PM/GO aposta na preparação dos nossos policiais para atividades operacionais através de instruções periódicas de cunho prático, com vistas ao caráter educativo e avaliativo, buscando a melhoria técnica e aumento do nível de confiança pessoal, inserindo simulações e ocorrências que exijam destrezas, rapidez de raciocínio e administração do estresse.

Nesse contexto, a disciplina Ocorrências Diversas busca formar multiplicadores do POP, propondo oferecer os princípios básicos para o exercício das atividades de polícia ostensiva. Da mesma forma atua a disciplina Gerenciamento de Crises, também ministrada à luz do POP, que objetiva preparar o chefe de polícia para a aplicação da lei e a preservação da vida, com implementação de ações iniciais preparatórias até a chegada de grupo especializado para a solução do conflito.

Por outro lado, a pesquisa de Serrão e Coutinho (2008) chama a atenção para a disciplina Defesa Policial que é aplicada aos moldes dos POPs 503, 504 e 510, que versam sobre o uso de algemas, montagem de equipamento de proteção individual e uso de bastão tonfa. E aponta deficiências quanto ao POP 510, sugerindo curso especializado para o manejo do armamento nãoletal, de uso fundamental na proteção à vida proposto na prática da polícia preventiva. Essa terminologia refere-se a equipamentos e apetrechos não letais, cujo principal objetivo é aumentar o leque de opções para cessar uma ação agressora, com o intuito de se evitar letalidade quando o quadro de agressão apresentado não for proporcional ao uso da força letal.

A frustração dos aspirantes do CFO da APM/GO em relação à carga horária e aos conteúdos dispensados ao POP 510 justifica-se pela necessidade vivenciada no exercício de suas funções de fazerem uso de armamentos não letais e de não se considerarem plenamente aptos para identificar os equipamentos mais propícios para cada situação-problema. Nesse sentido, Campos (2009, p.48) expressa:

Nem toda esta tecnologia está disponível ao “homem” de linha de frente quando na labuta da atividade-fim, ou ainda em alguns casos não fora submetido à capacitação necessária e, em consequência, não detém o conhecimento técnico necessário para bem utilizar o equipamento não letal.

Dessa forma, a segurança por parte do policial militar ao fazer uso de equipamentos não letais é fundamental para evitar que esse profissional se exceda

na resolução de conflitos, fazendo desnecessário o uso de força, que faz com que o policial no Brasil, em boa parte das intervenções, acabe agindo por impulsividade, descontrole emocional e despreparo técnico, características que se tornam marcantes na ação policial, principalmente quando esta se encontra sob forte estresse. Essa forma de agir e solucionar os conflitos influencia no conceito que a sociedade atribui a esse profissional. A esse respeito, a pesquisa de Soares (2009, p.59) ao tratar das relações entre as instituições da segurança pública e a sociedade, afirma que 54,3% da população têm pouca confiança nas instituições de segurança pública.

Esse quadro acaba por repercutir diretamente na qualificação do profissional de segurança pública que, no caso da PM/GO, passa a visualizar, nas disciplinas voltadas para o POP, a oportunidade de reverter à imagem negativa que alguns segmentos da sociedade possuem dos profissionais de segurança pública, procurando desenvolver habilidades que os possibilitem a exercer suas atividades-fim junto à sociedade de forma eficaz, porém respeitando os direitos humanos, que é uma exigência da educação contemporânea presente em linhas gerais na Matriz Curricular do CFO da APM/GO.

3.5. A FORMAÇÃO DE OFICIAIS NA APM/GO: O PONTO DE VISTA DE QUEM VIVENCIOU ESSE PROCESSO

Nesta pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, dada a sua ampla utilização na área educacional e por ser pertinente a uma instituição escolar, à Matriz Curricular e às práticas dos docentes. A técnica do estudo de caso, seja ela de que natureza for, reveste-se de um planejamento preliminar minucioso acerca do tema, do objeto e da forma de abordagem.

Outra exigência do estudo de caso é a de que o investigador mantenha conduta de neutralidade frente ao grupo estudado. A mínima interferência é o que se espera do profissional que se dedica a esse tipo de estudo. Quando nos referimos à

neutralidade da pesquisa, reconhecemos que ela não é absoluta, pois o objeto investigado e o pesquisador estão profundamente envolvidos, vez que fazem parte do contexto da APM/GO, formados nesta escola e se tornaram oficiais com base nos conhecimentos nela adquiridos.

Admite-se que a educação militar de Goiás passa hoje por um rigoroso processo de mudanças relativas à sua estrutura administrativa, impostas pela Lei nº 14.383, de 31 de Dezembro de 2002. Nessa reestruturação, foram extintas as Academias de Polícia Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros, que se concentraram na Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, o que contribuiu para provocar as mudanças sofridas pela Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais da APM/GO. Esse processo atingiu a APM/GO por meio da Lei 17091, de 02 de Julho de 2010, artigo 10, parágrafo 6º, que passou a ser denominado Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás (CAPM-GO).

Dessa forma, a Polícia Militar de Goiás, enquanto instituição prestadora de serviços de segurança pública necessita continuar esforçando-se para propiciar à sociedade goiana um serviço de qualidade, com um grau de eficiência que atenda às operações dessa comunidade e da própria instituição, que exige um oficial condizente com o perfil profissiográfico estabelecido pela corporação.

Não se tem a pretensão de apresentar sugestões de tal ordem que exijam, de imediato, reformulação na nova Matriz Curricular, mas a análise a respeito de como a atual Matriz está vigorando e seu impacto sobre o discente pode, sem dúvida, contribuir para apontar caminhos que levem a uma nova reformulação curricular, levando-se em conta o fato de que as transformações ocorridas no currículo até o momento nessas Matrizes foram frutos de pesquisas anteriores que levaram ou não em consideração a opinião dos discentes.

Cabe salientar que, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar que a APM/GO é uma escola que possui prestígio não somente junto à sociedade goiana como também junto à sociedade brasileira, uma vez que formou e continua formando discentes provenientes de quase todos os estados da Federação.

Percebeu-se que as históricas mudanças ocorridas na sociedade brasileira interferiram na história da APM/GO, em suas práticas pedagógicas e na elaboração do currículo por ela desenvolvido. Essa evolução fica evidente nos questionários respondidos pelos entrevistados, iniciando-se pela declaração do Cel. Machado (2012, p.06), quando afirma:

Na segunda metade da década de “60” (entre 1966-1968) integrei como aluno a primeira turma de oficiais formada em Goiás, que se desenvolveu sob o signo da precariedade. Havia um quase nada de recursos e técnicas pedagógicas disponíveis. O corpo docente ministrava e os alunos tentavam driblar o risco de insucesso apelando para a memorização. Os professores da casa eram em sua maioria oficiais então formados em Minas e outros estados.

Cabe lembrar que os professores haviam sido formados em outros estados do Brasil devido à inexistência, até então, de curso de formação de oficiais no Estado de Goiás. Nas palavras do Cel. Machado (2012), eram na verdade “uma espécie de alunos mais antigos (devido à pouca vivência com o ofício de polícia) repassando conhecimentos”.

A superficialidade com que as disciplinas eram tratadas, focadas no tradicionalismo, incentivava a “decoreba” e prejudicava o processo de ensino-aprendizagem. A unidade entre ensino e aprendizagem fica comprometida quando o ensino se caracteriza pela memorização, quando o professor concentra na sua pessoa a exposição da matéria, quando não suscita o envolvimento ativo dos alunos [...] (LIBÂNEO, 1990, p.93).

A esse respeito, assim se pronuncia o Cel. Silveira (2012, p.04): “No período de 1968 a 1970, as aulas eram focadas na disciplina, hierarquia e numa verdadeira formação policial militar e jurídica”.

Levando-se em consideração o fato de que as aulas dos CFOs acima de decretos ocorreram sob a ideologia da segurança nacional que prevaleceu durante a ditadura militar, período em que o compromisso educacional era fundamental à formação de indivíduos considerados intrépidos e resilientes, seria pouco provável

que se oferecesse uma formação crítica que fugisse ao que estava preconizado na Matriz Curricular do período em questão, que priorizava as disciplinas voltadas para a segurança nacional (principal preocupação dos governos durante a Guerra Fria), embora não fosse ao encontro das aspirações dos discentes, como expressa o Cel. Machado (2012, p.7): “Entendo que tais disciplinas (Guerra Revolucionária e outras) eram alienantes, porque tinham por escopo fomentar os programas da ditadura, que tiveram seu apocalipse na transição para a democracia”.

Corroborando essa afirmação, o Cel. Silveira (2012, p.04) argumenta que: “Naquela época, o currículo visava mais a formação militar (segurança nacional) e hoje visa a formação policial militar”.

Em decorrência dessa prática pedagógica de enfatizar conteúdos voltados para a defesa territorial, o incentivo ao raciocínio e à criticidade ficava prejudicado em detrimento das exigências pertinentes à forma, havendo uma excessiva preocupação com os rituais, prática que servia para desviar o foco das atenções do conteúdo a ser ministrado e da metodologia de ensino a ser utilizada para as exigências em termo de comportamento, disciplina e atividade física. Para Soares (2012, p.32), “a disciplina pode vigiar por si mesma, garantida pelo pacto dos iguais, supervisionado pela coletividade ou pelo subgrupo (ou pelo mecanismo) que a represente”.

Nesse aspecto, em decorrência do enfoque extremamente conteudista aplicado ao curso, percebe-se que a teoria sobrepujava a prática e que esta contribuía tanto para a manutenção do regime ditatorial, através da formação de oficiais extremamente obedientes, quanto para que os grupos dominantes continuassem no poder.

Segundo o Cel. Machado (2012, p.8): “Considerando o empirismo predominante na escola do meu tempo, é correto afirmar que a teoria sobrepujava. Mesmo porque o ensino, então, se restringia a livros, palavras e exultação de modelos. Na escola atual há um equilíbrio”.

Ao mencionar o equilíbrio entre teoria e prática como característica do atual CFO, o Cel. Machado compactua da mesma opinião que o Maj. Sanches

(2012, p.11), que afirma: “No antigo currículo (1991 a 1994), se priorizava a teoria. Atualmente, existe um equilíbrio entre a teoria e a prática”.

O equilíbrio ao qual tanto o Cel. Machado quanto o Maj. Sanches se referem constitui uma tentativa de atender às reivindicações dos discentes no sentido de adaptar os conteúdos do currículo às necessidades impostas pela atividade-fim da corporação. Essa necessidade de adaptação iniciou-se logo no primeiro CFO, devido às delicadas condições em que era oferecido.

A esse respeito, as informações obtidas na entrevista com o Cel. Machado (2012, p.06) são esclarecedoras:

Esse curso se valeu de uma estrutura pedagógica um tanto provincial. Contou com professores, até bons, mas atuando em tempo de autoafirmação e instrutores (oficiais) ainda com muito pouca experiência docente. Além dessa precariedade, desenvolveu-se em instalações aproveitadas do antigo primeiro batalhão (BA), que passava a abrigar o Departamento de Instrução (DI), que por sua vez cedia suas dependências para o BA, situação prevalecendo até os dias de hoje. A improvisação está clara, fez-se o carro-chefe dos seis primeiros anos de efetividade do Curso de Formação de Oficiais.

Na tentativa de proporcionar melhorias na qualidade do CFO oferecido, passou-se, então, a fazer uso de instrumentos que, teoricamente, objetivam coletar informações a respeito do que deve permanecer e do que pode ser melhorado no ensino, cabendo à Academia da Polícia Militar manter uma constante supervisão no currículo dos cursos que ministra, por meio dos inquéritos pedagógicos e demais diretrizes que norteiam o sistema de ensino policial militar. Dessa forma, o Maj. Sanches (2012, p.11) salienta que o currículo do CFO é estruturado através do:

- Perfil profissiográfico da PM/GO;
- Monografias existentes no CAMP, relativas ao tema;
- Matriz Curricular Nacional para formação em Segurança Pública da SENASP;
- Inquéritos pedagógicos;

- Questionários destinados aos comandantes das diversas unidades operacionais e aos formandos, após um ano de efetivo serviço;
- Matrizes curriculares adotadas por algumas coirmãs.

Nesse sentido, complementa o Cel. Machado (2012, p.7):

Ao longo do ano letivo, concluída a ministração de uma determinada disciplina, a área técnica avalia com o concurso do professor a propriedade do conteúdo dos assuntos ante os objetivos esperados, e termina com a aprovação do currículo ou se promovem correções e/ou mudanças. A reestruturação de todo o currículo, numa visão anual, passa obrigatoriamente pelo acompanhamento de sua aplicação na própria escola e se completa na aprovação da Diretoria de Ensino e Pesquisa (hoje Comando de Ensino).

Entretanto, os resultados das mudanças não são percebidos em curto prazo, por não ocorrerem no ritmo e intensidade esperados pelos docentes e discentes que apontam, por meio das avaliações que realizam as possíveis alterações a serem efetivadas no currículo. Essa inércia pode ser constatada no que diz respeito à forma como são ministradas algumas aulas no CFO, que, embora possua uma Matriz Curricular apta para nortear o processo, presente no item Instruções Metodológicas, ainda apresentam, em alguns casos, situações semelhantes às anteriormente descritas pelo Cel. Machado.

Ao ser questionado a respeito de como são as aulas no CFO, o aspirante - 1, discente do 3º ano de 2012, argumenta que “Alguns professores são dedicados e suas aulas são excelentes, mas grande parte não prepara suas aulas, improvisa em sala e foge muito do tema da disciplina”. Essa opinião é compactuada pelo aspirante – 2 ao classificar as aulas como “Cansativas”, maçantes e em sua maioria não são preparadas antecipadamente, características que contribuem para que sejam denominadas como “longas” pelo aspirante 3.

Dessa forma, percebe-se que a metodologia de ensino ou alguns conteúdos ministrados não têm despertado no discente a motivação necessária para que o processo ensino-aprendizagem encontre o real espaço a ele destinado, uma vez que, segundo o aspirante – 4: “As aulas no CFO visam decorar e não o aprendizado”, o que contraria Libâneo (1990, p.93) ao frisar “[...] que a

aprendizagem é uma forma de conhecimento humano – relação cognitiva entre aluno e matéria de estudo – desenvolvendo-se sob as condições específicas do processo de ensino”.

A desmotivação que acomete alguns alunos relaciona-se à falta de caráter prático comum a várias disciplinas do currículo o que, de certa forma, teria sido parcialmente solucionado mediante algumas medidas adotadas na revisão curricular de 2008, como o aumento da carga horária da disciplina Estágio Supervisionado, que lida diretamente com as atividades cotidianas, com a substituição de algumas disciplinas por outras de cunho prático e com a desvinculação, inclusão e renomeação de matérias cujo valor é irrelevante para os discentes. Nesse aspecto, o aspirante – 5 afirmam: “Em algumas matérias, existe frustração por não existir conexão com a realidade policial”. Corroborando essa afirmação, o aspirante – 3 (2012, p.7) dizem: “Há um exagero de disciplinas, mas são compatíveis. Na prática de rua usa-se pouca técnica”. Entretanto, apesar das observações realizadas pelos discentes, 80% destes afirmam que a proposta curricular e pedagógica do CFO atende aos seus interesses.

A substituição de disciplinas na Matriz Curricular do CAMP/GO constitui uma das ferramentas utilizadas para atender aos anseios relativos à melhoria do ensino oferecido pela instituição. O testemunho do Cel. Silveira (2012, p.5) confirma uma dessas substituições pela qual foi diretamente responsável: “Quando comandava a academia da PM, na década de oitenta, mandei substituir 90% das jornadas militares na zona rural por operações policiais militares urbanas”.

A década de 1980, principalmente sua segunda metade, foi marcada pela redemocratização do país e, conseqüentemente, pela mudança no perfil exigido da PM, tanto no que diz respeito às funções por ela exercida quanto pela de lidar com a sociedade, o que provocou a entrada e saída de disciplinas no currículo do CFO, responsável, doravante, pela formação e qualificação do novo profissional que seria lançado às ruas, cuja função principal era a segurança do cidadão e o respeito aos seus direitos individuais e coletivos. Dentro desse processo, a demanda por docentes capazes de preparar o futuro oficial para arcar, de forma eficaz, com as responsabilidades pertinentes à profissão tornou-se urgente. O antigo professor, formado no padrão tradicional, somente poderia continuar a exercer suas funções para atender às novas perspectivas da APM/GO se conseguisse romper os paradigmas que sempre o orientaram. Diante dessa impossibilidade, muitos foram

substituídos por outros, mesmo que não tivessem rompido completamente com os resquícios do tradicionalismo que permeou sua formação acadêmica. Essa tendência ao tradicionalismo continua presente na metodologia de ensino do CFO da APM/GO, conforme declarado unanimemente pelos aspirantes entrevistados nesta pesquisa.

O tradicionalismo que muitas vezes encontra-se inter-relacionado à teoria contribui para que os discentes demonstrem preferência pelas disciplinas práticas, dentre as quais: Uso Seletivo da Força, Policiamento Ostensivo Geral (POP), Policiamento Montado, Pronta Reação, Gerenciamento de Crise, Patrulhamento Tático, Tiro Policial e Defesa Pessoal. Para justificar a escolha, usaram o argumento de que “são conhecimentos fundamentais por possuírem maior ligação com o serviço-fim da PM”, o que lhes garante aplicabilidade no cotidiano. No tocante à preferência por atividades práticas, o aspirante 4 (2012, p.06) lembrou que “se reproduz com mais facilidade o que se aprende na prática”.

No entanto, a metodologia de ensino utilizada por boa parte dos docentes do CFO da APM/GO sinaliza para outra realidade que nem sempre é perceptível pelo discente e pela sociedade em geral. Assim, o docente Maj. José Augusto (2012, p.2) alerta para o fato de que:

Na verdade, são inúmeras as dificuldades que o docente encontra, mas destaco a falta de estrutura básica de meios para proporcionar uma didática maior e bem melhor. Além da dupla função, uma vez que uma parcela significativa dos docentes realiza a docência paralela a outras atividades, o que resulta em escasso tempo para preparo das aulas. Existe ainda falta de recursos didáticos e de estrutura física adequada para atender aos discentes, o que levou o professor 1º tenente Jair Lúcio Gomes a refletir sobre as mudanças ocorridas no CFO desde 2002, ano do término de seu curso, a 2012, concluindo que houve pouca evolução, mas investiu-se muito tempo em sala de aula, é pouco tempo na prática, mas melhorou o relacionamento com o cidadão.

Para o professor Maj. José Augusto (2012, p.2), ao lado dos aspectos positivos oriundos das sucessivas revisões ocorridas na Matriz Curricular do CFO da APM/GO, despontam também os aspectos negativos, como explicita:

Falta, em minha opinião, uma maior distribuição e melhor direcionamento de disciplinas que tenham um melhor valor e resposta aos anseios da PM/GO e por consequência à própria sociedade, deixando os novos PMs mais vocacionados pela profissão. [...] hoje, notamos a falta de compromisso com o ofício escolhido. Na sua grande maioria, tanto oficiais quanto os praças que estão ingressando na PM/GO vêm à corporação apenas como um trampolim, ou seja, como um bico.

A falta de vocação por parte de alguns novos oficiais, denunciada pelo Maj. José Augusto, leva à compreensão de que a segurança pública, por tratar-se de funcionalismo público, não está isenta da esperança que acomete parcela significativa da população brasileira de tornar-se servidor público mediante concurso, visando a suposta estabilidade e ascensão profissional, independentemente da aptidão ou vocação que apresenta. Assim, ao serem questionados sobre porque optaram por ingressar no CFO, os aspirantes responderam que foi por causa das garantias oferecidas, pela estabilidade financeira, ascensão profissional, salário e estabilidade na carreira. Embora quase todos os entrevistados tenham argumentado que escolheram a carreira voluntariamente, nenhuma deles referiu-se à vocação como um fator que o influenciou na escolha da profissão, podendo ocorrer aí um vislumbamento e um “achismo” provenientes do senso comum de que essa carreira proporciona vantagens dificilmente encontradas em outras de cunho civil, o que pode constituir-se um equívoco, na medida em que:

[...] o quadro geral de benefícios recebidos pelos profissionais da segurança pública não confirma o mito de que ‘apesar de pagar mal’, os jovens querem ingressar nas forças de segurança porque terão benefícios e estabilidade, pois nem mesmo assistência médica ou alimentação são oferecidas de forma universal. (SOARES, 2009, p.104)

A pesquisa de Soares chama a atenção para o fato de que o segmento que mais recebe benefícios é o de oficiais, o que justifica a afirmação do Maj. José Augusto.

Dentre esses benefícios, além dos salários dos docentes e alunos da CAMP-GO⁵⁰, há os benefícios da assistência médica⁵¹, hospitalar, odontológica, laboratorial, farmacêutica, transporte em ambulâncias, assistência funeral, ajuda de custo de óculos, aparelhos ortopédicos e auditivos, tanto para titulá-lo como para seus dependentes, e seguro para a família em caso de morte. São oferecidos pela Fundação Tiradentes (FT), entidade oficialmente instituída em 15 de julho de 2003, por iniciativa do então comandante geral da PMGO, coronel Marciano Basílio de Queiroz, do sub-comandante-geral da PMGO, coronel Edson Costa Araújo e do diretor de Assistência Social da PMGO, para aprimorar o serviço de Assistência Social da Corporação até então executado pelo Fundo de Assistência Social (FAS).

Retornando a discussão acerca das mudanças ocorridas na APM/GO (notadamente na Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais) após os governos militares e oriundos da influência social no que concerne ao processo ensino-aprendizagem, verificamos que essas transformações sempre giraram em torno do aluno. De acordo com o Cel. Leopoldo (2012, p.3), ex-comandante geral da PM: “As mudanças ocorridas nas propostas pedagógicas dessa instituição nos últimos trinta anos dizem respeito principalmente ao currículo escolar, às disciplinas e às avaliações”. Nesse sentido, outro entrevistado, o Cel. Adailton (2012, p.03) afirma que “essas mudanças ocorreram através de periódicas revisões curriculares, para atender às mudanças sociopolíticas do país”.

As mudanças às quais se refere o Cel. Adailton ocorreram paulatinamente a partir do declínio do regime militar, pois, à medida que esse se enfraquecia, as disciplinas consideradas militares cediam lugar a outras de cunho civil. Gradativamente as sucessivas revisões realizadas na Matriz Curricular extinguiram os vários ramos do “Direito”, disciplina preferida por muitos dos discentes do CFO

⁵⁰ Esses salários são atualmente de R\$ 32,00 (h/a) para professores com graduação, R\$ 38,00 (h/a) para professores com especialização, R\$ 44,00 (h/a) para professores com mestrado e R\$ 50,00 (h/a) para professores com doutorado. O salário do aluno/oficial é de R\$ 5.185,49 mensal.

⁵¹ O Hospital do Policial Militar (HPM) tem cerca de 20 especialidades médicas e sete serviços multiprofissionais, como psicologia, odontologia, farmácia, fonoaudiologia, dentre outros. A Unidade possui programas de saúde voltados para a promoção, manutenção e recuperação da saúde dos militares ativos, inativos, pensionistas e seus dependentes: Programa de Gestante e do Bebê - voltado para o acompanhamento das gestantes e parturientes; Programa de Assistência Especial à Saúde dos Militares Envolvidos com o Acidente Radioativo (Césio-137); Programa Educação em Saúde - destinado à socialização do conhecimento básico em saúde. (ARAÚJO, 2008, p. 82).

das décadas de 1980 e 1990, conforme relata o Cel. Adailton (2012, p.04): “as disciplinas que mais me agradavam eram as disciplinas da área de Direito, por dar o embasamento legal para o exercício da profissão”. Concordando com o Cel. Adailton, o Cel. Silveira (2012, p.04) confessa que preferia “Regulamentos e Legislação: Direitos Penal, Constitucional, Civil e Processos Penale Civil, além das atividades físicas, voltadas para a formação policial militar”.

Ainda comentando as mudanças nas propostas pedagógicas do CFO da APM/GO, o Cel.Silveira (2012, p.03) argumenta que: “Principalmente com a exigência do curso superior para o ingresso em qualquer área (nível hierárquico) da PM/GO, as propostas pedagógicas tiveram necessariamente que mudar e para melhor”. Complementando essa afirmativa, o Cel. Washington (2012, p.3) comandante de Ensino Policial da APM/GO, relata que “os cursos oferecidos pela PM/GO cumprem uma exigência de nível superior, quando do ingresso do discente”.

Percebe-se, através do depoimento do Cel. Silveira, que as disciplinas voltadas para o Direito e suas ramificações eram as preferidas por boa parte dos discentes por fornecerem o embasamento teórico para o exercício da atividade-fim da PM, principalmente no tocante à novidade dos conceitos legais, fundamentais para quem se preparava para atuar em nome da lei. A exposição de tais conceitos ocorria de forma teórica, em decorrência da metodologia de ensino e do regime político que prevalecia à época, como justifica o Cel. Machado (2012, p.4): “a sensível defasagem entre a nova prática de ensino e a das escolas paralelas nem era tão expressiva, pois a tutela do “regime” era comum a todas”.

De outro lado, opondo-se aos aspirantes que cursaram o CFO nas décadas de 1980 e 1990, os discentes do 3º ano de 2012 demonstram preferência pelas disciplinas práticas, em detrimento das teóricas. Essa predileção explica-se pelo fato de que os conceitos discutidos nas disciplinas voltadas para o Direito lhes são familiares por terem sido analisados no curso de Direito, requisito exigido para o ingresso no CFO da APM/GO, o que justifica a exclusão dessas disciplinas da Matriz curricular, para evitar a redundância de conteúdos e direcionamento de carga horária para disciplinas consideradas desnecessárias. Sobre essas mudanças, o Cel. Machado (2012, p.4) diz-se favorável e explicita que:

[...] a partir de 1980, as ciências concentradas na lapidação pedagógica de ensino começaram a angariar respeito, reconhecimento e simpatia, no âmbito da caserna, pelos bons resultados, evidentes na qualificação do homem para a atividade-fim. Literalmente, caíram por terra os temas ditatoriais “faça o que eu mando e não o que eu faço”, “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, dando lugar ao incontestável “quem ensina aprende, quem aprende ensina”. Assim a supremacia do conhecimento, gradativamente vai debelando personalismo e vaidades [...].

Em contrapartida, a preferência dos atuais aspirantes pelas disciplinas que priorizam a prática, notadamente do POP, faz-se em decorrência dos conhecimentos teóricos dos quais são supostamente detentores ao ingressarem no CFO e da necessidade de atender eficazmente a uma sociedade cada vez mais neoliberal e pragmática. Entretanto, para o professor Maj. José Augusto (2012, p.3): “o currículo adotado atualmente encontra-se muito distante do que deveria ser. Hoje se aplica muito o POP, com maior tempo e menos para as outras matérias importantes, tendo instrutores PMs que têm que exercer suas funções policiais com as de docentes”.

Cabe ressaltar que o professor Maj. José Augusto não é contra as disciplinas ministradas à luz do POP, mas à forma como ocorre a distribuição da carga horária para essas disciplinas propostas pelo currículo.

As mudanças no currículo propostas pela nova Matriz Curricular alcançaram também àqueles que, para a PM, são considerados as bases da corporação, a saber, a hierarquia e a disciplina. No caso da última, principalmente, algumas vezes ela “se materializa em um rigor mal direcionado” (2009, p.33), uma vez que é necessária em todos os segmentos, mas, no processo de formação da PM, ela deve ser revista para atender à finalidade do serviço e não ao ego de pessoas (ASPIRANTE-2, 2012, p.3). Entretanto, apesar das discrepâncias, 90%, ou seja, 07 (sete) dos aspirantes entrevistados referiram-se à hierarquia e à disciplina como importantes pilares da formação, que conseguem direcionar a instituição no cumprimento de diretrizes comuns. Nesse aspecto, as várias gerações de oficiais formados pelo CFO da APM/GO concordam entre si, o que fica evidente na fala do Cel. Machado (2012, p.05):

Visualizo como atributos essenciais à manutenção da harmonia, da coesão, da responsabilidade e do compromisso profissional dos grandes contingentes de integrantes da PM/GO. O instrumento de facilitação do equilíbrio da preservação da estrutura organizacional. Entendo que a incorporação desses princípios, como pilares da instituição funciona como arejamento ao intrincado e complexo papel desempenhado pela policial. Deletar a força desses princípios é o mesmo que confiscar a identidade da organização. Isso porque, para o profissional cômico de sua condição de agente da segurança pública ligado fielmente as suas atribuições, a disciplina e a hierarquia são virtudes lenitivas no cotidiano do seu trabalho [...].

No entanto, apesar da consciência que possui a respeito da importância da hierarquia e da disciplina, alguns oficiais, principalmente aqueles que vivenciaram seu período de maior rigidez, consideram-nas desvalorizadas pelos discentes e, indiretamente, pelo próprio currículo, conforme salientou o Cel. Silveira (2012, p.5) ao se referir ao atual currículo: “[...] no meu entendimento, como defensor inarredável da disciplina, noto um ‘afrouxamento’ da disciplina em nossa corporação”. Compactuando com essa mesma ideia, o professor Maj. Bastos (2012, p.03) lembra que:

Com a deterioração dos valores éticos, morais, familiares e cristãos, os jovens estão mais propensos a não aceitar regras sociais. Esses mesmos jovens são os que ingressam na corporação e se não houver hierarquia e disciplina, provavelmente o resultado ficaria muito prejudicado.

Dessa forma, percebe-se por parte do professor uma preocupação voltada para as transformações sofridas pelas famílias brasileiras e que acabam interferindo na capacidade dos jovens, inclusive dos futuros oficiais, para aceitarem a existência de uma hierarquia dentro da corporação. Essa preocupação também é percebida na fala do professor Maj. José Augusto (2012, p. 03):

Vejo que a PM/GO, como as demais instituições militares, pregam muito a ética, hierarquia e disciplina, princípios que há muito foram esquecidos por nossa sociedade, o que faz com que nos autodestruamos. [...] a hierarquia e a disciplina são tão importantes que, ao serem aplicadas em alunos dos colégios

militares da PM/GO, os destacam entre os melhores colégios do país.

Assim, ao se referir à hierarquia e à disciplina na PM, recorre-se ao imaginário presente no senso comum que apregoa a ideia da disciplina como esteio para garantir obediência cega, própria da era ditatorial, que alimentava o propósito de eliminar o inimigo como na guerra convencional e que se encontra desautorizada na corporação, devido às mudanças sociopolíticas que defendem os direitos humanos e a liberdade de expressão. A disciplina, como instrumento disponível a uma boa empresa na administração dos recursos humanos, jamais deixará de existir na PM/GO, embora seja um tanto mais rigorosa. Segundo o Maj. Sanches (2012, p.08), para a PM/GO:

A hierarquia nada mais é que a distribuição ordenada de responsabilidades, onde se define a graduação das diferentes categorias de profissionais de uma mesma instituição. A disciplina é uma qualidade necessária ao policial militar, a fim de torná-lo apto a seguir o conjunto de normas vinculadas ao exercício de sua profissão. Esta mesma disciplina deve acompanhar civis no exercício de suas profissões, por exemplo: o uso da EPIS quando da realização de atividades que exigem tais equipamentos, cumprir o horário estabelecido pela empresa e ainda realizar as tarefas que estão sob sua responsabilidade.

Dessa forma, percebe-se que a PM/GO procura transformar em folclore os excessos da autoridade hierárquica anteriormente praticados, atribuindo à caserna um ambiente que prioriza os direitos humanos. Esse respeito encontra-se presente inclusive ao se elaborar o currículo a ser desenvolvido pela APM/GO, que procura levar em consideração as sugestões das principais partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem: o docente e o discente. Sobre essa temática, o professor Ten.Cel.Viana (2012, p.5), ao se referir à relação do docente com o currículo, explicita que “a princípio é exigido pela instituição que esse profissional fique preso a este. No entanto, nota-se que aos poucos vai-se dando liberdade de atuação para o docente dentro de sua disciplina”. Confirma essa afirmação a manifestação da aspirante Thaise (2012, p.6): “os professores possuem autonomia, pois alguns inovam em sua forma de dar aula”.

O professor Cel. Washington (2012, p.5), militar exercendo a docência na Academia de Polícia Militar de Goiás há 22 anos, assim se manifestou, quando indagado acerca da influência da opinião do professor ao se reestruturar o currículo do CFO: “[...] De certa forma o professor influencia. Porém o comando de ensino dispõe de uma seção de pesquisa, onde as reestruturações dos currículos passam por estes estudos e pesquisas”.

O docente deve cumprir a apresentação do conteúdo que está previsto no plano da disciplina, porém pode o docente apresentar um novo conteúdo ou até mesmo uma nova metodologia de aplicação do mesmo, sendo que tais propostas devem ser analisadas e aprovadas pela Divisão de Ensino. Essa exigência de análise e aprovação se dá a fim de que a integridade do curso em relação aos seus objetivos seja respeitada, pois quando da elaboração de uma Matriz Curricular, bem como da composição de uma Malha Curricular, busca-se a composição dos conteúdos necessários para cumprir o papel definido à formação.

Dentro dessa óptica de respeito aos direitos humanos, percebe-se que o CFO da APM/GO é um curso democrático, com um currículo elaborado com a participação dos diversos segmentos da corporação e revisado anualmente, visando futuras adaptações às necessidades dos discentes, docentes e da sociedade à qual se propôs prestar serviços. Entretanto, até mesmo pela questão da organização administrativa que é peculiar às escolas militares, é estabelecido um cronograma de atividades a serem rigorosamente observadas e seguidas pelo corpo docente e discente.

As regras de conduta do currículo no CFO da APM/GO encontram-se descritas no Plano Geral de Ensino (PGE) que, segundo o comandante e docente do Ensino Policial da PM/GO, Cel. Washington (2012, p.03), “nordeste e orienta toda a formação do PM em Goiás. É ele [PGE] que disciplina o processo ensino-aprendizagem”. Sobre o mesmo assunto, o Cel. Adailton (2012, p.03) acrescenta: “ele constitui a diretriz para o trabalho dos docentes e desenvolvimento das ações pedagógicas”.

No entanto, apesar da sua enorme importância atribuída, 95% dos discentes entrevistados declararam não conhecer o respectivo Plano de Ensino. Essa falta de conhecimento do PGE contribui para que não compreendam alguns

aspectos da malha curricular do curso, como a necessidade de serem mantidas algumas disciplinas teóricas, cujos conhecimentos auxiliarão posteriormente no desenvolvimento da prática. Outro aspecto abordado pelo PGE é a necessidade de constante qualificação por parte do discente, inclusive após a formatura no CFO. A necessidade de aperfeiçoamento é defendida por Soares (2009, p.86) ao assegurar que:

[...] diferentemente de diversas outras carreiras, como as carreiras do ensino ou da saúde, por exemplo – no Brasil não existe curso de formação em segurança pública fora das próprias corporações de segurança. Desta forma, ao ingressar para as polícias, as guardas ou sistema penitenciário, os candidatos possuem apenas cursos gerais de formação (ensino fundamental ou ensino superior) e toda a formação específica em segurança será recebida ao início da carreira. Por isso, os cursos de formação e os treinamentos ao longo da carreira são decisivos para assegurar o desempenho dos profissionais.

Atualmente, as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino – NPCE e Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução – NPCI são os documentos que regem o ensino na PM/GO. Estas normas estabelecem os parâmetros para o planejamento e execução do Ensino e Instrução Profissional na Polícia Militar do Estado de Goiás, visando: o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Segurança Pública e pelo Comando Geral da PM/GO, a supervisão, coordenação, controle e fiscalização das atividades de ensino, relativos a curso e estágio subdivididos em: Formação, Aperfeiçoamento, Especialização, Atualização, Habilitação, Adaptação e Técnico ou Auxiliar, por intermédio do Comando de Ensino Policial Militar (CEPM). O fortalecimento e aprimoramento do processo ensino-aprendizagem dá-se através da compreensão da importância do processo político pedagógico para a corporação e da adequação do ensino policial – a Matriz Curricular Nacional - para as ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

O diálogo entre o que preconiza o NPCE – NPCI, a Matriz Curricular e os discentes entrevistados revelou uma preocupação no tocante à aquisição de futuros docentes para o CFO da APM/GO, uma vez que essa pesquisa revelou que 65% dos discentes entrevistados não têm a pretensão de torna-se docentes no futuro.

Alegaram alguns os mesmos problemas que constituem obstáculos para os docentes atuais: falta de tempo, de vocação, não veem como interessante e/ou têm dificuldades para conciliar a docência com outras funções que lhes são atribuídas. A realização dos cursos oferecidos pela SENASP e outros, por parte dos discentes, ocorre principalmente: porque servem para aumentara aprendizagem sobre o trabalho policial militar, porque cedem reconhecimento institucional, porque é uma exigência da profissão e não por ser requisito da Matriz Curricular para exercer a docência de determinadas disciplinas. A esse respeito, assim se manifestou o professor Maj. José Augusto (2012, p.03): “a participação nesses cursos é voluntária, mas, se não participar, não é promovido, ou seja, indiretamente a participação é obrigatória”.

As preocupações dos discentes quanto a conciliar funções militares com uma provável docência encontram-se atreladas à dificuldade que verificam para harmonizar trabalho e estudo sem prejuízo para algumas dessas atividades. Para a aspirante -1 (2012, p.07): “é uma rotina exaustiva e muitas vezes o estudo fica prejudicado”, enquanto o aspirante -6 (2012, p.07) “confessa sacrificar a vida pessoal e familiar”.

Os entrevistados demonstraram que não é fácil para o aspirante conciliar estudo e trabalho, havendo um excesso de atividades que repercutem negativamente no aprendizado. O cumprimento de uma jornada de trabalho estabelecida pela administração, que é realizada na forma de atividades complementares, contribui para que a aprendizagem seja prejudicada. Nesse sentido, declara o professor Maj. José Augusto (2012, p.05): “é prejudicial, mas no caso da PM/GO se faz necessário devido ao reduzido efetivo policial que hoje dispomos”. Contrário a essa ideia, o Cel. Machado (2012, p.09) assim se posiciona: “[...] envolver o aluno nas atividades operacionais de forma prematura, não tendo ainda o devido conhecimento do ofício, é temerário e contraproducente para o currículo, atropelando a aprendizagem”.

Justificando a necessidade de realização dessas tarefas, o Maj. Sanches (2012, p.12) argumenta que:

Acredito que as atividades práticas vinculadas ao estágio supervisionado, seja administrativo ou operacional, complementa a formação de uma profissional capaz de cumprir as missões inerentes às suas funções futuras. É importante

ressaltar que existe atualmente um rigoroso controle de horas trabalhadas seja pelo aluno como também para o profissional formado, que não pode exceder 42 horas semanais.

Entretanto, apesar de todas as dificuldades, os ex-discentes do CFO da APM/GO manifestaram orgulho de terem frequentado esse curso. Vários foram os depoimentos concernentes aos aspectos positivos desse estudo. Assim, o professor Maj. José Augusto (2012, p.05) lembrou como o CFO que cursou entre 1991 e 1993 atendeu às suas expectativas: [...] “o CFO me deu uma maior visão de mundo, me preparando para um melhor enfrentamento dos obstáculos a serem superados, que apareceram em minha vida”. A qualidade do curso oferecido pela APM/GO repercute na imagem que o discente e a sociedade têm dessa instituição, mediante os valores educacionais que procura desenvolver em seus alunos. Valores esses que, para o atual corregedor geral da PM/GO, Cel. Camargo (2012, p.03), “são os valores institucionais da vida militar, como o respeito, a hierarquia e disciplina, a honestidade, a honra e dever de servir a sociedade com o risco da própria vida”.

Por fim, foi abordado o momento de mudanças vivido pela APM/GO, com a vigência da lei 14.383, de 31/12/02, que provocou alterações na estrutura do Estado. Dentre elas, também o organograma da secretaria de segurança pública criou gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil, fundindo todo o sistema de ensino das forças que compõem a segurança pública em uma única estrutura, a superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública. Ao ser questionado a respeito das mudanças provocadas na Matriz Curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das gerências de ensino individuais, o Maj. Sanches (2012, p.12) esclarece que: “na verdade, as mudanças foram poucas, pois, na prática, houve apenas uma mudança de nomenclatura, a fim de atender às disposições administrativas do governo”. Observa-se que cada unidade de ensino mantém o seu processo de formação inerente às funções que são de sua competência. Na mesma direção aponta a declaração do Comandante de Ensino Policial da PM/GO, Cel. Washington (2012, p.06): “a principal mudança foi à exigência do bacharelado em Direito para o ingresso no CFO”.

Ao se analisar as posições dos entrevistados, percebeu-se que praticamente não houve mudanças profundas no ensino atual ministrado na APM/GO. O que ocorreu foi a adoção da Matriz Curricular do SENASP, destinada à formação de profissionais de segurança pública, elaborada levando em consideração o perfil profissiográfico da PM/GO em nível de oficial e praça, cujos princípios éticos e educacionais fundamentam a concepção de formação profissional do Chefe de Polícia Ostensiva adotada pela PM/GO. Assim, as alterações ocorridas foram naturais e previstas, uma vez que o processo de formação de um policial militar deve estar alinhado às demandas sociais existentes, independentemente da mudança de regime governamental. As alterações nos currículos devem ser constantes, uma vez que, apesar da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, o país passa por um processo de construção ininterrupto do estado democrático de Direito.

Ante o revelado nas entrevistas, deduz-se que, apesar das dificuldades enfrentadas, que também são comuns nas escolas civis, o ensino militar passa por um período de expectativas por parte dos discentes e docentes que veem na abertura proporcionada pela nova Matriz um currículo mais democrático, que possibilita formar um profissional capaz de colocar em prática aquilo que absorveu nos bancos escolares, a fim de criar uma maturidade profissional que validará seu curso.

Dessa forma, diante de todo o exposto e partidário de uma postura otimista, busca-se refletir sobre a importância da Academia da Polícia Militar de Goiás, imaginando que as mudanças no ensino, principalmente as curriculares, poderão tornar real o que sempre pareceu utopia – a capacidade de inovar sem perder a essência. Assim, “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança, todo mundo é composto de mudanças, tomando sempre novas qualidades.” (Camões)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enveredar pelo estudo do intrincado processo de formação do oficial de polícia militar, principalmente o de Goiânia, é predispor-se a enfrentar empecilhos de difícil superação. Inicialmente, as dificuldades apresentaram-se na certeza de que essa é uma área do conhecimento pouca explorada pela comunidade acadêmica civil. Essa certeza concretizou-se logo de início ao se perceber a carência de referenciais teóricos no tocante ao ato educativo da corporação militar. Entre tanto,

essa escassez de literatura que, em um primeiro momento, poderia funcionar como fator desmotivador da pesquisa, apresentou efeito contrário na medida em que impulsionou o desejo de buscar novos dados que pudessem, de alguma forma, contribuir para realização deste trabalho.

Cabe salientar que, no desenrolar da pesquisa, principalmente ao ser abordada a questão da substituição de disciplinas da Matriz curricular do CFO da APM/GO, percebe-se que a identidade de poder de polícia apresenta um caráter dúbio, que é determinado pelo regime político adotado pelo governo, caracterizando-se, em alguns momentos, como autoritário, em outros reconhecendo que se encontra submetido a limites legais, com exigências de conduta voltadas para princípios democráticos e humanísticos. Levando em consideração essa ambiguidade é que se procurou tecer as análises formuladas, numa tentativa de compreender o universo que permeia a instituição policial militar, sobretudo no que diz respeito às nuances que envolveram a formulação/reformulação das diretrizes do ensino policial na APM/GO, enfocando prioritariamente o período que se estende de 1970 a 2012, por se acreditar que essa retrospectiva histórica é fundamental para a formulação de conclusões calcadas na veracidade militar do Estado de Goiás, com suas diretrizes e diferenciações entre aspectos do passado e do presente na formação inicial e funções realizadas pela PM/GO.

Finalmente, o presente estudo faz uma análise da história da alternância de disciplinas na grade curricular do CFO e das metodologias de ensino adotadas pelos professores, cuja realidade é analisada pelos principais agentes envolvidos no processo ensino-aprendizagem da APM/GO, a saber: instrutor/ aluno.

É importante ressaltar que, apesar dos 30 anos em que o autor deste trabalho fez parte da instituição militar do Estado de Goiás, inclusive tendo atuado como docente em momentos distintos de sua trajetória, foram muitas as descobertas proporcionadas pela junção do conhecimento empírico proveniente do cotidiano com os elementos teóricos resultantes da pesquisa realizada.

Dentre as descobertas obtidas destacou-se a constatação de que a prática pedagógica da academia de Polícia Militar de Goiás, no tocante à formação de oficiais, tem demonstrado, nas últimas décadas, a preocupação de direcionar maior atenção para a metodologia de ensino adotada por seus docentes, passando

gradativamente de práticas características de escolas tradicionais, voltadas para o rigoroso controle comportamental, para uma teoria progressivista, que vá ao encontro ao interesse do novo perfil do discente que ingressa nessa instituição e da sociedade à qual se propõe a prestar serviços, o que era inadmissível até a década de 1980, onde tanto o discente como a sociedade é que deveriam se ajustar às normas dessa corporação, e não o contrário.

Na prática, ao se analisar as metodologias de ensino, percebe-se que, para os professores/instrutores formados na efervescência da teoria positivista no Brasil, predomina uma dificuldade de romper com os paradigmas típicos do tradicionalismo, que contribui para que essa mudança ocorra progressivamente, na medida em que esses agentes do processo educativo são paulatinamente substituídos por educadores oriundos de formação profissional mais recente, cuja didática adotada direciona-se para atender aos interesses de um país que passou por um processo de redemocratização.

É imprescindível salientar também que as mudanças ocorridas nas práticas pedagógicas dos docentes da APM/GO não podem ser entendidas de forma dissociada da Matriz Curricular que orienta o processo educacional oferecido pela instituição. Assim, ao serem realizadas substituições de algumas das disciplinas que compõem a referida matriz, enfatizando nesse contexto a troca de disciplinas militares, que foram preponderantes até a década de 1980, por disciplinas civis no final da década de 1990, houve, como consequência, a necessidade de adaptação tanto dos docentes como dos gestores da APM/GO às transformações sociais impostas pelo mundo contemporâneo.

Dessa forma, conforme mencionado anteriormente, o período de realização desta pesquisa serviu inclusive para se verificar que, paralelamente à substituição de práticas pedagógicas conservadoras por outras progressistas, foram extintas e/ou substituídas disciplinas consideradas essenciais durante os governos militares. Dentre as disciplinas abolidas destaca-se a voltada prática de intensos treinamentos militares preparatórios para defender o território nacional em caso de guerra. Essa prática tornou-se desnecessária após o fim da ameaça comunista e dos governos pós-militares.

Acredita-se que a JIM poderia ser redimensionada no sentido de fazer intenso uso dos exercícios militares por ela ministrados, visando aproveitá-los em situações do cotidiano ao lidar com a questão da violência já institucionalizada na sociedade brasileira. Esses treinamentos práticos contribuem no sentido de auxiliar o cadete a conscientizar-se dos riscos aos quais estará exposto no exercício de sua função.

Outra mudança que merece destaque é a substituição de disciplinas voltadas para o Direito e suas ramificações por outras que enfocam questões comportamentais, como Psicologia Social, que visa preparar o cadete para lidar com situações conflituosas do dia-a-dia. Essa mudança só foi possível devido à exigência do Curso de Direito para os candidatos ao Curso de Formação de Oficiais da APM/GO.

Mediante a pesquisa empírica também foi possível constatar a reivindicação por parte dos cadetes de disciplinas que priorizem a prática em detrimento da teoria, por considerarem que essas realmente cumprem a função de preparar o cadete para uma atuação mais aproximada da realidade no cumprimento de suas funções junto à sociedade. É o caso das disciplinas do POP que, além de preparar o discente para o policiamento ostensivo, ainda procura inculcar os valores éticos e sociais apregoados pela instituição.

Percebeu-se, através das entrevistas, que a rigidez existente durante os governos militares no tocante às disciplinas e as punições usadas para corrigir as insubordinações e/ou imperfeições cometidas pelos discentes, de acordo com oficiais que se encontravam na ativa naquele período, se justificavam exclusivamente no conturbado momento pelo qual passava o país. Entretanto para os atuais oficiais/cadetes essa forma de tratamento tornou-se dispensável devido às novas exigências da sociedade com relação ao profissional de segurança pública.

O relacionamento instrutor/discente e conseqüentemente o processo ensino-aprendizagem é dificultado quando essa relação ocorre alicerçada na imposição, no autoritarismo e não no respeito mútuo. Essa forma de relação conduz à formação de profissionais inflexíveis, inacessíveis, com forte tendência a reproduzir com o cidadão que cometeu qualquer infração condenável perante os

padrões sociais o mesmo ensinamento que recebeu na APM/GO, perpetuando assim a política da intolerância.

Nesse sentido, como consequência desse novo relacionamento que se delineia nas escolas militares, a exemplo do que já ocorre nas escolas civis construtivistas, ocorreu a mudança na prática da APM/GO e na docência, a partir de 1982, marcada pela incorporação ao currículo do reconhecimento das experiências pessoais trazidas pelos alunos para o meio acadêmico. Nas escolas tradicionais, esse conhecimento não era levado em consideração, o que dificultava a discussão de aspectos relevantes para a aprendizagem e a aproximação entre professor/aluno. Entretanto, os depoimentos dos atuais cadetes mostraram que uma parcela significativa dos docentes da APM/GO tem um olhar diversificado para a experiência cotidiana de seus educandos.

Vale ressaltar que as mudanças curriculares implantadas na APM/GO não significaram o rompimento dessa instituição com os valores e prática responsáveis pela formação de sua identidade, como disciplina hierárquica, organização, atendimento à legislação e cumprimento de ordens, o que permite afirmar que as teorias positivistas de Augusto Comte ainda influenciam a maneira como o currículo norteia as atividades educativas na APM/GO.

Torna-se urgente argumentar que esta pesquisa não intenciona tecer críticas às mudanças ocorridas na matriz curricular da CFO da APM/GO, pois acredita que foram essenciais para atender às necessidades tanto da sociedade como do profissional responsável pela segurança pública, do qual se exige um perfil profissiográfico diferente daquele exigido há quatro décadas. A proposta da pesquisa caminha no sentido de entender o contexto histórico em que essas mudanças ocorreram.

Tem-se consciência de que a mudança na matriz curricular por si só não é suficiente para provocar transformações imediatas, pois em uma instituição como a polícia militar, que faz parte de um organismo estatal, as decisões são tomadas de forma lenta e burocrática. No entanto, acredita-se que essa mudança configura um primeiro passo no sentido de propor uma transformação cultural na forma como o militar se autoanalisa e na forma como é visto pela sociedade, processo que é parcialmente desencadeado pela formação profissional que recebe e pelos valores

que assimila, que podem repercutir na forma como age em determinadas circunstâncias.

No caso específico do oficial formado no CFO da APM/GO, a proposta curricular é formar um profissional capaz de agir de forma humanitária, levando em consideração o fato de que não pode ficar excessivamente preso ao currículo formal, pois, conforme frisado, a aprendizagem não é estática, podendo resultar da análise de situações cotidianas que podem apresentar um caráter imprevisível.

Finalmente, deseja-se que este trabalho contribua no sentido de despertar a realização de novas pesquisas voltadas para a área educacional militar, uma vez que existe um vasto campo a ser explorado e divulgado nesse setor, contribuindo para a formação de profissionais aptos a agir de acordo com as habilidades exigidas para melhor atender ao público que lhe foi confiado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Crésio Pimenta; PAREDES, Jorge Antônio de Oliveira. **Integração das ações de polícia, em face da criação de complexos integrados da Secretaria de Segurança Pública de Goiás.** (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia: 2000.

ALVITO, Marcos e VELHO, Gilberto(org.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

APMGO - ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – DIVISÃO DE ENSINO. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PMGO, 1978.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PMGO, 1979.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PMGO, 1981.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PMGO, 1992.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PMGO, 1998.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PGO, 2001.

_____. **Plano Geral de Ensino**. Goiânia: PGO, 2003.

_____. **Plano anual de Ensino**. Goiânia: PMGO, 2003.

_____. **Norma de Planejamento e Conduta do Ensino**. Goiânia: PMGO, 2000/2001.

_____. **Norma de Planejamento e Conduta do Ensino**. Goiânia: PMGO, 2002/2003.

_____. **Currículos dos Cursos de Formação Policial Militar**. Goiânia: PGO, 2003.

ARAÚJO, Edson Costa. **Polícia Militar do Estado de Goiás: 150 anos**. CAMP-GO, Goiás, 2008.

ARENDT, Hannah. A dimensão política da História. In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A História na Política, a Política na História**. São Paulo: Alameda, 2006.

BALDINO, José Maria. **Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia** - da desordem aparente à ordem ocorrida na década de Goiânia. MEEB.Dissertação Mestrado. Mimeo.UFG/GO, 1991.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Tradução de Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Trad. Maria Manuel e Rui Grácio. Lisboa: Publicações Europa – América, S/D.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BRASIL. Decreto-Lei 88.777 de 30 de setembro de 1983. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Poder Executivo, 1983.

_____. **Constituição 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 2002.

_____. Decreto Lei 97.669 de 06 de Novembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Poder Executivo, 1983.

_____. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Poder Executivo, 1983.

_____. Decreto nº 99.669, de 06 de novembro de 1990. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: Poder Executivo, 1990.

_____. Decreto-lei nº 66.862, de 08 de julho de 1970. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília:Poder Executivo, 1970.

_____. Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília:Poder Executivo, 1969.

_____. Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução PM e CBM, de 12 de junho de 1987. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília:Poder Executivo, 1987.

_____.Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.**Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1997.

_____. Normas para Elaboração e Revisão de Currículos para PM e CBM, de 29 de julho de 1977.**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília:Poder Executivo, 1977.

_____.Portaria nº 073, de 10 de dezembro de 1987. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília:Poder Executivo, 1987.

BRITO, José Caetano de. **A evolução histórica da Polícia Militar de Goiás: uma proposta bibliográfica**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia: 1991.

_____. **A imagem da Polícia Militar de Goiás perante a sociedade: técnicas de atuação com a imprensa**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia: 1991.

BURITY, Joanildo (org.). **Cultura e identidade. Perspectivas interdisciplinares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Os professores enquanto sujeitos do conhecimento e os saberes da docência**. UFES Vitória: 2003. Impresso por meio eletrônicos.

CAMPOS, Alexandre Flecha. **Comentários técnicos e doutrinários: a qualificação do operador de segurança pública**. Goiânia, 2009.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. revista. Rio de Janeiro: Jorge Fahar, 2004.

CAVALCANTE, Carlos Bezerra. **Traços históricos de uma corporação**. Recife: VBF Gráfica e Editora, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, USP, 11,5,1991,p.173-191.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. São Paulo: Compacta, 1985.

COMTE, Auguste. **Os Pensadores**. Traduções de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

_____. **Opúsculos de filosofia social**. Tradução de Ivan Lins e João Francisco de Sousa. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Ed. da universidade de São Paulo, 1972.

CUNHA, Luiz A. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 2009.

_____. Políticas Públicas para o Ensino Superior no Brasil. In:FRANCO, Maria Laura e ZIBAS, Dagmar (Orgs.) **Final do Século. Desafios da Educação na América Latina**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **A Universidade Crítica. O Ensino Superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

DA MATTA, Roberto. PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. PINHEIRO, Paulo Sérgio. BENEVIDES, Maria Victória. **Violência Brasileira**. São Paulo: Brasiliense,1982.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica:memória, identidade e representação**.Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DILTHEY, William. **Introducción a las cienciasdelspiritu**. Trad. Eugenio Imaz. México: Fondo de cultura econômica, 1978.

DOURADO, Luiz F. A **Expansão do Ensino Superior. Expansão e Interiorização do Ensino Superior em Goiás nos anos 80**: a política de privatização do público. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado (mimeo).s/d.

FERNANDES, Heloisa. **Os Militares como Categoria Social**. São Paulo: Alfa – Omega, 1973.

FIORI, José Luis. **60 lições dos 90**. São Paulo: Editora Record, 2002.

FONSECA, Dirce Mendes. Processo Privatista no Contexto Sócio Político. In: **O Pensamento privatista em Educação**. Campinas, SP: Papyrus, 1992.

FORACCHI, M.; MARTINS, J de S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Arqueologia do saber**. 5 ed. Trad. Luís F. B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

_____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 24 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. Trad. Flávio P. Meurer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, José Wellington. **Estado Militar e Educação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOT. **Métodos de Pesquisa Científica**. Porto Alegre: Artmédica, 1995.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na vida Cotidiana**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Estigma: a identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar editores, 1975.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1972. (Coleção Debates de Psicologia, v. 91).

GOIÁS. Decreto nº 5.683, de 21 de novembro de 2002. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia, 2002.

_____. Decreto-lei nº 3.286, de 15 de junho de 1940. Correio Oficial, **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: 1940.

_____. Lei nº 13.456, de 16 de abril de 1999. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: 1999.

_____. Lei nº 13.550, de 12 de novembro de 1999. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: 1999.

_____. Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: 2002.

_____. Lei nº 14.383, de 31 de dezembro de 2002. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia: 2002.

_____. **Resolução Provincial de Goyaz nº 13, de 28 de julho de 1958**. Livro de Registros e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz. Goyaz: 1858.

GREENE, Jack R. **Administração do Trabalho Policial: Questões e análises**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

HABERMAS, Jurgen. **Conhecimento e interesse**. Trad. José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

JENKINS, Keith. **A História repensada**. São Paulo: Contexto, 2011.

KELLY, Albert Victor. **O Currículo: Teoria e Prática**. São Paulo: Harbra, 1981.

KULCSAR, Rosa. Estágio supervisionado como atividade integradora. In. FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). **Metodologia de pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

LABICA, Georges. **As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Jorge Fahar Editor, 1987.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3ª ed. Trad. Bernardo Leitão. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

LEINER, Piero de Camargo. **Meia – volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

LEMES, Jordão Batista de Freitas; RIBEIRO, Silvio Luiz. **Gestão de recursos humanos para a integração policial no Estado de Goiás**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia, 1991.

LEPETIT, Bernad. **Por uma nova história urbana**. Tradução Cely Arenna. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática** – São Paulo: Cortez – (Coleção Magistério. Série formação do professor), 1984.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1974.

LOVISOLO, Hugo. 1987. **A construção da modernidade: Romantismo e Iluminismo na educação popular**. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ. (Mimeo).

LUDWIG, Antônio Carlos. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUZ, Gil Mendes. **Planejamento e intervencionismo estatal em Goiás**. Goiânia: Editora da UCG, 2001.

MACHADO, José Nérís. **Unificação das polícias militares e civis: conjuntura, desmembramento, organização e articulação**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia, 1999.

MACHADO, Rubens de Oliveira. **Reflexões sobre o ensino policial militar**. (Monografia do Curso de Polícia do Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar de São Paulo) São Paulo, 1986.

MARTINS, Ailton Flausino. MALAQUIAS, Divino Aparecido. SANTOS, Valderir Pereira dos. **Diagnóstico do Problema de aprendizagem na APM/GO** (Monografia de conclusão do curso da APM/GO). Goiânia, 1997.

MARTINS, Carlos B. **O novo Ensino Superior no Brasil. Transformações e Perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, Ricardo de Fonseca; LIMA, Waldir Pereira. **Estudo comparado da formação básica do policial militar: deficiências e adequação para atuação no contexto social**. (Monografia do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia, 1997.

Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais. Goiânia, 2007.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO, Estado Maior do Exército. **Diretrizes Gerais para o Ensino e Instrução para as Polícias Militares e Corpos de bombeiros militares**. Brasília: 1985.

_____. **Normas para Elaboração e Revisão de Currículos para as Polícias Militares e Corpos de bombeiros militares**. Brasília: 1977.

_____. **Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de bombeiros militares**. Brasília: 1967.

NICOLA, Paul. **História e verdade**. Rio de Janeiro: 1968.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Constituinte, Forças Armadas e Autonomia Militar. In: **As Forças Armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo Editora: 1987.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PACHECO, José Augusto. **Currículo: Teoria e Práxis**. 3 ed. Porto: Porto Editora, 2001.

PASSOS, Geraldo Rocha de; SANTOS, GenessiCieldos. **A importância da integração das polícias civil e militar**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia, 2002.

PASSOS, Lindolpho Emiliano dos. **Goiás de ontem: memórias militares e políticas**. Goiânia: Camargo Editora, 1987.

POMER, León. **Sarmiento: Política**- São Paulo : Atica 1983.

QUADROS, Eduardo G. Quando Clio se apaixonou por Hermes: **Paul Ricoeur e as práticas historiográficas**.Vol. 1, num. 1, 2007.

REINER, Robert. **A Política**. Tradução deJacy Cárdia Ghirotti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, Uziel Nunes dos; PAZ, Marizeth de Fátima da. **Integração das polícias militar e civil de Goiás: possibilidades operacionais e viabilização**. (Monografia do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar de Goiás). Goiânia, 2002.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa – Tomo III**. Tradução Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus,1995.

SADER, Emir e Gentili, Pablo (Org..s). **Pós-neoliberalismo: as políticas locais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1995.

SANCHES,Clives Pereira. **Nova Matriz Curricular do Curso de Formação de Oficiais: uma adequação ao perfil profissiográfico do chefe da Polícia Ostensiva da PMGO** (Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública da APM/GO). Goiânia, 2008.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública**. Brasília, 2007.

SEVERIANO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SGUISSARDI, Valdemar e Silva Júnior, João dos Reis. Reforma do Estado e Reforma da Educação Superior no Brasil. In: **Avaliação Universitária em Questão**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SILVA, Agnaldo José da. **Praça Velho: um estudo sobre a socialização policial militar**. Goiânia: UFG, 2002.

SOARES. Luiz Eduardo, ROLIM Marcos; RAMOS Silva. **O que pensam os profissionais de segurança pública no Brasil**. Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

SOUZA, Cibele de; CARNEIRO, Maria Esperança F. **Retrospectiva histórica de Goiás**. Goiânia: Livraria Cultura Goiana, 1996.

SOUZA, Cibele de; SOUZA, Baltazar Donizete de. **O Ananguera – História da Polícia Militar de Goiás**. Órgão Informativo Técnico Científico da PMGO. Goiânia, nº 01, Ano I, Grafopel Gráfica e Editora LTDA, 1999.

SOUZA, Abelide. **O Ananguera: História da Polícia Militar de Goiás**. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. Goiânia, 1999.

SOUZA, Baltazar Donizete de. **A prática pedagógica da Polícia Militar de Goiás**. (Monografia do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior da Universidade Católica de Goiás). Goiânia, 1992.

_____. **Ensino Policial e Formação de Oficiais** (Monografia do Curso de Especialização em Metodologia do Ensino Superior da Universidade Católica de Goiás). Goiânia, 1992.

_____. Baltazar, Donizete de. O Ensino Policial e a Formação de Oficiais na Academia de Polícia do Estado de Goiás (Dissertação de mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC – GO), Goiânia, 2003.

SOUZA, Benedito Celso de. **A polícia militar na constituição**. São Paulo: Livraria Editora Universitária, 1986.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado- História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. **Descobrimo a Memória: Questões sobre as relações da História e da Recordação**. Trabalho para Conferência Brasileira de História Oral "História Oral e Ética" PUC/SP. Tradução de Simone Galdes. (Mimeo). Outubro de 1995.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre instituição militar e estado brasileiro**. São Paulo: Global, 1985.

VELLOSO, Jacques (Org.) e CUNHA, Luiz A. A Universidade Pública e política do MEC para o Ensino Superior. In: **Universidade Pública. Política, Desempenho, Perspectivas**. Campinas: 1991.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso** – ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio C. de Franco Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.

ANEXO I

ENTREVISTAS REALIZADAS

1. Ex-Comandante/Ex-Diretores da APM/GO

Coronel PM Leopoldo Silva Freire

Graduado em Direito e Administração de Empresas. Atualmente exerce a função de Assessor Parlamentar da Polícia Militar de Goiás, depois de ter exercido, entre vários cargos, o de Diretor de Ensino da PM, Comando de Policiamento Metropolitano e Comando Geral da PM.

Coronel PM Rubens de Oliveira Machado

Graduado em Segurança Pública, Direito e Letras. Especializado em Segurança Pública, Técnica de Ensino e Psicotécnico Militar. Atualmente encontra-se na reserva remunerada da Polícia Militar de Goiás, depois de ter exercido, entre vários cargos, o de Comandante da APM/GO, Diretor de Ensino Instrução e Pesquisa e Sub-Comandante Geral/Chefe do Estado Maior da PM/GO.

Coronel PM José Silveira Lima

Bacharel em Direito. Ex-Comandante da Academia de Polícia Militar. Atualmente encontra-se na reserva remunerada da Polícia Militar de Goiás, depois de ter exercido, entre vários cargos, o de Comandante do 7º Batalhão, Sub-Comandante do Batalhão de Trânsito, Sub-Comandante do Batalhão Rodoviário, Sub-Comandante do Policiamento da Capital (CPC), Sub-Comandante do Comando de Policiamento do Interior (CPI), Assistente Policial Militar da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Diretor Geral do Detran-GO. Deputado Estadual de Goiás.

2. Atuais Comandantes / Diretores da APM/GO.

Coronel PM Adailton Vieira de Lima

Graduado em Segurança Pública e Direito. Especializado em Segurança Pública e Técnicas de Ensino. Atualmente encontra-se na reserva remunerada da Polícia Militar de Goiás, depois de ter exercido, entre vários cargos, o de Chefe da Divisão de Ensino e Sub-Comandante da APM/GO, Diretor de Ensino, Instrução e Pesquisa da PM/GO.

Coronel PM Washington Lima Alves Cavalcante.

Graduado em Direito. Especialista em Gestão de Segurança Pública. Atualmente exerce a função de Comandante de Apoio Logístico (CAL) e professor da APM/GO, tendo exercido inclusive as funções de Comandante do 1º Batalhão Rodoviário, Comandante e Ensino da Polícia Militar e Chefe de Gabinete do Comando Geral.

Coronel PM Lorival Camargo

Graduado em Direito. Especialista em Direito Penal, Administrativo, Constitucional e Processo Penal. Atualmente é Comandante de Correições e Disciplina da PM/GO e professor da APM/GO.

Ten. Coronel PM Jesus Nunes Viana

Graduado em Segurança Pública e Direito. Especialização em Segurança Pública e Técnica de Ensino. Atualmente é Chefe de Gabinete do Comando Geral e professor da APM/GO.

Major PM Clives Pereira Sanches

Graduado em Segurança Pública e Direito. Especializado em Técnicas de Ensino e Transportes Urbanos. Atualmente é Chefe da Divisão do Ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e Professor da APM/GO. Exerceu também a função de Chefe da Seção de Ensino da APM/GO.

3. Instrutor/Docente

Coronel PM Washington Lima Alves Cavalcante.

Graduado em Direito. Especialista em Gestão de Segurança Pública. Atualmente exerce a função de Comandante de Apoio Logístico (CAL) e professor da APM/GO, tendo exercido inclusive as funções de Comandante do 1º Batalhão Rodoviário, Comandante e Ensino da Polícia Militar e Chefe de Gabinete do Comando Geral.

TEN. Coronel PM. Eriton Benevides Oliveira e Souza

Graduado em Direito. Atualmente é Chefe da Seção de Arquivos e Processos Administrativos da APM/GO, tendo exercido a chefia da 7ª Seção do Estado Maior da PM/GO, subcorregedor da PM/GO, subcomandante do 11º Batalhão da PM/GO, subcomandante do 3º Batalhão e subcomandante do 10º Batalhão.

Major PM José Augusto de Oliveira Lima

Graduado em Direito. Especialista em Direito Administrativo Constitucional. Atualmente é Chefe da Assessoria Militar do Ministério Público e professor da APM/GO, tendo exercido a função de Chefe do Serviço de Inteligência do 4º Batalhão, Comandante da 24ª Companhia de Anápolis-GO e Chefe dos transportes o gabinete militar da governadoria, Assessor jurídico na Diretoria de Pessoal e Analista Processual na Corregedoria da APM/GO.

Tenente PM Jair Lúcio Gomes.

CFO. Atualmente exerce a função de Chefe da 3ª Seção do Comando de Ensino da PM/GO e professor da APM/GO.

4. Aspirantes/Oficiais

Antônio Carlos Morais Júnior - CFO.

Jeordane Quintino Faria - CFO.

Thaise Francisca Nunes Gonçalves - CFO.

Marcelo do Carmo Silva - CFO.

Samuel Silva Rocha Negrão - CFO.

Gustavo Macedo Fregonezi - CFO.

ANEXO II

CARTA DE CESSÃO

Local:

Data:

Eu, _____
 portador (a) do R.G.nº _____ CPF: _____,

Declaro para os devidos fins que cedo os direitos autorais das minhas entrevistas gravadas e fotografias que contenham minhas imagens ao Sr. Elio Gomes Pereira, para serem usadas integralmente ou em partes, sem restrições de prazos ou citações, somente na sua Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da PUC-Goiás. Declaro também que o faço sem nenhuma espécie de retribuição financeira na produção e reprodução dos dados por mim concedidos à pesquisa, desde a presente data. As informações serão armazenadas durante o decorrer do mês de dezembro de 2012 a janeiro de 2013, na cidade de Goiânia-GO. Da mesma forma, autorizo a audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle legal e a guarda do material ao encargo do pesquisador Elio Gomes Pereira, RG n. 6344-PMGO, CPF 13031961153, que responderá por qualquer mau uso dos dados por mim cedidos. Caso haja publicação de seu trabalho, abdicó de meus direitos autorais legais e de meus descendentes e permito a produção e reprodução dos dados sem nenhuma retribuição financeira. Subscrevo a presente que terá minha firma reconhecida em cartório.

Goiânia-GO, _____ dia _____ de _____ de 2012.

Nome

RG: _____

CPF: _____

ANEXO III

1. Ex-Comandante/Ex-Diretores da APM/GO

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Chefe)

- 1- Nome do entrevistado: Leopoldo Silva Freire
- 2- Endereço atual: Rua C-75 Qd. 181 It 12 st Sudoeste
- 3- Ano de Nascimento: 1946
- 4- Lugar em que nasceu: Saúde – Bahia
- 5- Qual o nome dos seus pais: Apolintrio Silva/ Marieta Freire
- 6- Qual a profissão deles: falecidos
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 02 irmãos e 06 irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: 1964
 - b) Por qual motivo? Estudo e trabalho
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Muito boa

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: coronel
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntariamente
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 43 anos
- d) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Fui até Comandante Geral e me aposentei, hoje sou assessor
- e) Há quantos anos atua como docente? Atualmente não estou atuando mais
- f) Enquanto professor, quais as principais dificuldades que o senhor encontra para exercer suas funções?
Quando exercia era tempo

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é a sua formação acadêmica? Superior (administração e direito)

- b) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
Depende o curso
- c) Na sua opinião, a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar atende aos interesses destes ou ocorre uma certa frustração?
Atende
- d) Quando o senhor fez este curso? 1969 à 1971
- e) Fazendo um paralelo entre o período que o senhor fez este curso e o período atual, o que o senhor percebe que mudou? Houveram mudanças principalmente nas disciplinas militares.
- f) E o que permaneceu igual?
Caráter
- g) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
O conhecimento jurídico.
- h) Para o senhor, a hierarquia e a disciplina são elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás? Por quê?
Sim, porque são necessários em qualquer instituição e muito mais na policia militar que vai lidar com pessoas.
- i) De que forma o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?
Influencia visto que o programa visa atender as necessidades básicas que o policial militar tem que ter.
- j) Ao concluir este curso o profissional encontra-se totalmente apto para servir à sociedade?
Sim, porque recebeu todas as instruções básicas.
- k) Após a conclusão deste curso, a corporação continua oferecendo cursos de qualificação para os policiais e docentes?
Sim, os cursos dependem da política do comando de cada época e das necessidades que se apresentarem.
- l) A participação nestes cursos é obrigatória ou optativa?
Depende
- m) Que avaliação o senhor faz destes cursos de capacitação?
São necessários e bons

- n) Sua postura em sala de aula é, de alguma forma, influenciada por algum professor que você teve no CFO? Por quê?

Não

- o) O que você pensa da Academia de Polícia Militar de Goiás, do currículo adotado e do ensino nela ministrado?

Muito boa

- p) Quando o senhor fez a CFO, quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Direito constitucional

- q) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional que faziam parte do currículo das décadas de 1960 - 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

Elas se fizeram necessárias em razão do novo modelo democrático brasileiro

- r) A opinião do professor regente influencia de alguma forma na reestruturação do currículo do CFO?

É devidamente analisado pelo setor competente.

- s) Para o senhor, o que deve ser priorizado no currículo do CFO, a teoria ou a prática? Por quê?

A priorização depende da matéria e uma completa a outra

- t) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Atendeu pois me proporcionou a qualquer todos os postos na instituição

- u) Como o senhor vê a concentração e aprendizagem em sala de aula do aluno, tendo que o mesmo conciliar trabalho e estudo?

Hoje o objetivo é o estudo o trabalho somente quando em aulas praticas.

- v) Que autoanálise você faz de sua atuação em sala de aula?

- w) Traçando um paralelo entre o currículo adotado durante os governos militares e o atual, que aspectos positivos e negativos você identifica?

Cada época se faz necessário seguir determinadas normas

- x) Que teoria pedagógica você adota, uma mais tradicional ou mais progressista? Por quê?

Progressista pela necessidade de melhor comunicação

- y) Que visão você imagina que o discente tem da escola militar, de uma forma geral?

De ser muito rigorosa

- z) O currículo adotado permite a participação crítica do educando? E quando o senhor cursou o CFO?

Hoje permite antes não era permitido

- aa) Você tem liberdade para exercer o magistério em sala de aula ou é influenciado de alguma forma por seus superiores?

Hoje há liberdade de expressão

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Chefe)

- 1- Nome do entrevistado: Rubens de Oliveira Machado
- 2- Endereço atual: Rua Binonqd. 05 It. 24 Pq. Acalanto
- 3- Ano de Nascimento: 1946

- 4- Lugar em que nasceu: IPAMERI - GO
- 5- Qual o nome dos seus pais: João Machado Filho e Alice Barbosa de Oliveira Machado
- 6- Qual a profissão deles: Polícia Civil e Dona de Casa
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: Seis
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: 1961
 - b) Por qual motivo? Motivado pelas melhores possibilidades de progresso pessoal, num grande centro.
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
 - d) Ainda adolescente, e tendo alguns parentes servindo à Polícia Militar goiana, inclusive um tio com patente de oficial, a impressão inicial, naqueles idos, transitava por uma ideia apenas romântica, que reconhecia nos policiais uma casta de heróis.

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: Coronel da reserva,
- b) A escolha desta profissão foi de alguma forma influenciada? Por quê? Como a maioria dos voluntários, naquela época, ingressar na PM para mim foi uma alternativa de sobrevivência, instado por grandes dificuldades financeiras na família.
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente?
Atualmente estou na inatividade. - Exerci, no entanto na minha carreira, dentre outras, as funções de Comandante da Academia de Polícia Militar, Diretor de Ensino Instrução e Pesquisa (atual COMANDO DE ENSINO) e ao final, Sub Comandante Geral da PM.
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? Servi a corporação durante 31 (trinta e um) anos, dos quais pelo menos 05 (cinco) nas áreas de Ensino/Pesquisa.
- e) Há quantos anos atua como docente? Exerci a docência, na maioria das vezes, ao mesmo tempo que comandava algum outro setor. Ao todo uns 06 (seis) anos letivos.

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
- Cursos de Formação de Praças (soldados e sargentos) com duração aproximada de 36 (semanas) letivas.
 - Cursos de Formação de Oficiais 03 (três) anos. Hoje reduzido há dois anos pela exigência de Curso Superior para o ingresso.
 - Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais (atual CEGESP) e Sargentos (CAS), com duração de um semestre.
- b) Qual é o objetivo destes cursos?
- Preparar oficiais pra comando de tropa (contingente de policiais).
 - Preparar sargentos para auxiliares de comando de tropa.
 - Aperfeiçoar oficiais - CAPITÃES para condicioná-los a exercerem Comandos de Unidades PM e funções de Estado - Maior.
- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual(is) a(s) forma(s) de ingresso?
- A todo cidadão, dentro de uma faixa etária compatível com as atribuições e exigências dos postos e graduações, obedecendo os critérios constantes em edital.
 - No caso dos cursos de formação, ao ingresso na PM precedem uma prova vestibular de conhecimentos, de aptidão física e avaliação psicológica.
 - Para o curso de aperfeiçoamento o critério de acesso essencializa a antiguidade no almanaque correspondente.
 - No meu tempo, o Curso Superior de Polícia ainda não fazia parte do rol de cursos.
- d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição?
- Docentes em maioria eram do próprio Corpo de Oficiais, Aproveitavam-se os mais gabaritados em conhecimento e experiência profissional.
 - Havia e ainda há um bom número de professores civis participando do processo.

- O papel desse professor civil , mais do que o de coadjuvante, foi sempre fundamental na qualidade da formação.

e) E dos discentes?

Os alunos que frequentam os diversos cursos das escolas da PM (homens e mulheres) são egressos de Curso Superior, que evidenciem boas condições físicas e psicológicas.

f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?

Sim.

- Primeiro, porque o ensino na polícia militar vem, há muito, irmanando-se a realidade curricular universitária, concernente à área de ciências humanas, principalmente nos níveis de graduação e pós-graduação gerenciadas pela Academia de Polícia Militar.

- Segundo, em razão de o corpo docente da casa, contar hoje com oficiais graduados, pós-graduados nos mais diferentes cursos universitários.

Cabe acrescentar que presentemente, há muito equilíbrio na mesclagem desse corpo docente.

- Essa realidade favorece um intercâmbio de novidades nas praxes pedagógicas, predominantes no ensino superior, nos dias de hoje. ."

- Também porque, no âmbito da corporação, vencida a natural resistência a mudanças, aos avanços revelados na pedagogia e ciências afins, altamente prestimosas na preparação do profissional de segurança pública.

- Cabe lembrar ainda que os princípios comportamentalistas atualizados para garantir os rigores da disciplina em função do rigor da hierarquia, aos poucos fizeram mais lúcidos os condutores da preparação do policial militar.

Assim, foram sendo eliminados os anacronismos da ideia de "preparação para guerra convencional", incompatíveis com a missão da polícia " manter a ordem pública " cujo princípio base é o de conter os

refratários às convenções legais, em prol da segurança pública e não o de eliminar como um inimigo.

- g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?

É bem provável que a resposta deste item, careça de reparos em sua integridade: Há mais de quinze anos não acompanho de forma direta o cotidiano das novidades no ensino na PMGO. Por outro lado é inegável reconhecer na realidade do ensino, nesse lapso de tempo um verdadeiro "Eldorado" de métodos e técnicas humanizantes, aproveitadas em favor da efetivação de um perfil profissional, acima de tudo avalizado pelo cidadão de bem sequioso de ver resguardado de forma plena o seu direito de ir e vir.

É lamentável que todos esses avanços se mostrem ainda incipientes para a implantação de um tempo escoimado dos altos índices de violência e de crimes.

- Não é nada simples estabelecer um paralelo, destacando divisores tipo: Antes e Depois na forma sugerida. A partir de 1980 as ciências concentradas na lapidação pedagógica de ensino, começaram a angariar respeito, reconhecimento e simpatia, no âmbito da caserna, pelos bons resultados, evidentes na qualificação do homem para a atividade fim. Literalmente, caíram por terra os temas ditatoriais "faça o que eu mando e não o que eu faço ", "manda quem pode, obedece quem tem juízo", dando lugar ao incontestável "quem ensina aprende, quem aprende ensina".

Assim, a supremacia do conhecimento, gradativamente vai debelando personalismos e vaidades.

Em suma, a realidade de um ensino planejado, dentro de uma projeção plena de dinamismo, para uma execução programada só se revela consistente na década de oitenta e seguintes.

Até então, a palavra diretriz - Plano de Geral de Ensino Anual - IGPM(Inspetoria Geral das Policiais Militares) - fazia-se a unilateralidade do saber pedagógico, submetendo toda comunidade do Ensino PM.

Esse tutor IGPM terminava por desobrigar a administração escolar de seu papel de atualizar, corrigindo desvios e pesquisando novidades. Da mesma forma o docente tomava apenas conhecimento dos assuntos e desdobrava com plena autonomia. Embutido nesse desserviço ao ensino um indisfarçável intuito de garantir a "segurança nacional" livre de contaminações imaginárias. Esse marcar-passo retardou sobremaneira o enquadramento das escolas de polícia à novas concepções pedagógicas.

A sensível defasagem entre a nossa prática de ensino e a das escolas paralelas nem era tão expressiva, pois a tutela do "regime" era comum a todas.

A emancipação desejada começa acontecer na década de 80 (oitenta). Embora tibia a organização do ensino como sistema, começa a levar em conta os fatores: Input - processamento - aut input e o aproveitamento do feedback. Com isso inaugura-se um estágio onde se reconhecem os princípios da flexibilidade e do dinamismo do planejamento do ensino na PM.

- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

A década de 70 (setenta) representa, em minha opinião, um tempo de domínio da "mordaza" para as possibilidades do ensino como um todo na realidade do país.

O ideal de servir os cidadãos mesmo com o risco da própria vida; a abertura para os préstimos das ciências e o respeito ao planejamento; a concepção do conhecimento como instrumento eficaz na tomada de decisões; a disciplina resultante de um esforço mais consciente, facilitando a sobrevivência da autoridade hierárquica amenizada nos ranços do personalismo.

Esses são alguns valores acendrados nesse estágio, permeados de fundamentos éticos e princípios do decoro profissional.

- i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?

Visualizo como atributos essenciais à manutenção da harmonia, da coesão, da responsabilidade e do compromisso profissional dos grandes contingentes de integrantes da PMGO. O instrumento de facilitação do equilíbrio da preservação da estrutura organizacional.

Apenas para sublinhar entendo que a incorporação desses princípios, como pilares da instituição funciona como arejamento ao intrincado e complexo papel desempenhado pelo policial.

Deletar a força desses princípios é o mesmo que confiscar a identidade da organização. Isso porque, para o profissional cômico de sua condição de agente da segurança pública ligado fielmente as suas atribuições, a disciplina e a hierarquia são virtudes lenitivas no cotidiano do seu trabalho. O rigor vestibular valorizando o conhecimento tornou os quadros de pessoal bem mais qualificado e exigente, essa nova fase tem requerido um esforço especial das escolas pra manter e preservá-los em bom nível.

- j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

O planejamento de ensino, hoje desconectado do plano geral de ensino da IGPM, exerce visceral influência na capacitação do profissional PM. Hoje as escolas das corporações em cada estado da federação elaboram seus planos em consonância com o que há de melhor nas técnicas de administração de ensino no BRASIL e no mundo.

Sobre a tutela das emanações do "regime" era apenas um comando para permanecer no mesmo lugar.

- k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

Entre a década de 80 (oitenta) e 90 (noventa) integrando a comunicação de ensino, testemunhei e participei da criação do curso de técnica de ensino; iniciativa por bastante exitosa, repetida anualmente ainda hoje.

No esforço de aprimorar a qualificação do homem para a operacionalidade, a PMGO tem promovido cursos de especialização, reciclagem e atualização.

l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

Os objetivos já estão alinhados na letra anterior.

São oferecidos cursos em nível de pós-graduação e mestrado que atualizam e aprimoram a capacitação dos oficiais da polícia goiana e de todas as similares no BRASIL. Há uma espécie de intercâmbio com outras corporações em busca da ilustração dos seus quadros de oficiais.

m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

Na segunda metade da década de 60 (sessenta), integrei como aluno a primeira turma de oficiais formada em Goiás.

Esse curso se valeu de uma estrutura pedagógica um tanto provincial.

Contou com professores, até bons, mas atuando em tempo de autoafirmação; e instrutores (oficiais) ainda com muito pouca experiência docente.

Além dessa precariedade, desenvolve-se em instalações aproveitadas do antigo primeiro batalhão (BA), que passava a abrigar o departamento de instrução (DI), que por sua vez sedia suas dependências para a BA.

Situação prevalecente até os dias de hoje.

É certo que quartéis tiveram suas instalações ampliadas e ajustadas a condições mínimas de funcionamento durante esse tempo.

A improvisação está claro, faz-se o carro chefe dos primeiros anos de efetividade do curso de formação de oficiais. Realizado entre 1966-1968, desenvolveu-se sob signo da precariedade. Havia um quase nada de recursos e técnicas pedagógicas disponíveis. O corpo docente ministrava e os alunos tentavam driblar o risco de insucesso apelando para a memorização. Os professores da casa eram em maioria oficiais então formados em minas e outros estados.

Eram na verdade um espécie de alunos mais antigos, (devido a pouca vivência com o ofício de polícia) repassando conhecimento. Mesmo assim alguns desses oficiais eram excelentes no mister de ensinar.

Aditar informações as já declaradas, seria apenas validar a história isto porque na realidade paralela, convivia-se com os mesmo senões.

n) Qual (is) disciplina mais lhe agradava? Por quê?

As disciplinas da área do direito (penal, civil, administrativo, etc.) pela novidade dos conceitos legais; principalmente para quem se preparava para atuar em nome de lei.

As de natureza policial militar por infundir no instrumento uma sensação de força física e psicológica diante das adversidades. Enfim todas as disciplinas.

- o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

De alguma forma já comentada, a diferença flagrante está no caráter eminentemente doutrinário que exalta dogmas, superado hoje pela consolidação do planejamento e seus salutares princípios.

- p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

Entendo que tais disciplinas (guerra revolucionária e outras) eram alienantes, porque tinham por escopo fomentar os programas da ditadura.

Que tiveram seu apocalipse na transição para a democracia;

Não há muito que se falar em disciplina substitutas. Houve sim, uma abolição dos conteúdos agora desprovidos de finalidade.

- q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

Ao longo do ano letivo, concluída a ministração de uma determinada disciplina, a área técnica avalia com o concurso do professor a propriedade do conteúdo dos assuntos antes os objetivos esperados, e termina com a aprovação do currículo ou se promovem correções e/ou mudanças.

A reestruturação de todo currículo numa versão anual, passa obrigatoriamente pelo acompanhamento de sua aplicação na própria escola e se completa na aprovação da diretoria de ensino e pesquisa (hoje COMANDO DE ENSINO).

Qualquer mudança divergente desta forma descrita não deve fugir muito desse parâmetro.

- r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia?

A autonomia existe dentro da ideia de uma aplicação do currículo e a necessidade de ajustamentos revelada no correr do ano letivo visando a alcançar um planejamento mais próximo do ideal.

A escola de hoje não admite e nem conseguiria subsistir algemando a ação do professor.

- s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

A ideia da disciplina como esteio para garantir obediência cega, própria da era ditatorial que alimentava o propósito de eliminar o inimigo como na guerra convencional, está seguramente desautorizada na corporação.

A disciplina como instrumento disponível a uma boa empresa na administração dos recursos humanos, jamais deixará de existir na PMGO mesmo que um tanto mais rigorosa.

Hoje com as garantias do pleno direito de defesa, os excessos da autoridade hierárquica já se tornaram folclore. A realidade da caserna hoje, vive um clima de muito respeito aos direitos humanos.

Portanto, a não ser com o desiderato anteriormente comentado à disciplina não se confere nenhum designo privilegiado na grade curricular.

- t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

Considerando o empirismo predominante na escola do meu tempo é correto afirmar que a teoria sobrepuja. Mesmo porque o ensino, então, se restringia a livros, palavras e exaltação de modelos. Na escola atual há um equilíbrio.

- u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Não muito. O ambiente de ensino no entanto, conseguiu municiar o nosso preparo para a realidade profissional.

- v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

Envolver o aluno nas atividades operacionais de forma prematura não tendo ainda o devido conhecimento do ofício é temerário e contra produtor para o currículo, atropelando a aprendizagem.

- w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

Essa realidade envolvendo a preparação profissional das três corporações excede ao meu tempo como gestor de ensino por isso tenho por prejudicada a resposta.

- x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

Certamente cria uma espécie de unidade na ação desses segmentos visando uma maior eficácia nas atividades de segurança pública.

Como valor inestimável emerge o fato de o ideal de servir ao cidadão na condição vigilantes paz e ordem social.

- y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

Angariaram maior credibilidade para a academia no tocante ao seu trabalho, por exigir o envolvimento de especialista em segurança pública disponíveis. Essa nova realidade se bem aproveitados os seu

préstimos seguramente aprimorara a estrutura da segurança pública no seu fim precípua.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Chefe)

- 1- Nome do entrevistado: José Silveira Lima
- 2- Endereço atual: R.D.R Sebastião F. curado,Qd. 23 It 10 C. Leste Goiânia
- 3- Ano de Nascimento: 13 de outubro de 1939
- 4- Lugar em que nasceu: são Francisco Maranhão – MA

- 5- Qual o nome dos seus pais: Manoel Lima de Menezes e Alice Rodrigues S. Lima
- 6- Qual a profissão deles: autônomo/dona do lar
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 2 irmãos 6 irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? apenas um irmão
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
- a) Quando veio para esta cidade: 14 de março de 1966
 - b) Por qual motivo? Em busca de dias melhores
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Muito boa impressão

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: policial militar/CEL P.R/R
- b) A escolha desta profissão foi de alguma forma influenciada? Por quê?
Servir ao exercito, gostei de ser militar e por isso ingressei na PM goiana
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Nenhuma pois estou na reserva remunerada há 18 anos
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? Neste mês dezembro -2012, 46 anos.
- e) Há quantos anos atua como docente? Quando na ativa por vários anos

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
Quando comanda a APM: formação-soldado, cabo e sargento – 8 meses.
Oficiais – 3anos aperfeiçoamento – 08 meses hoje só há cursos de formação para oficiais e soldados
- b) Qual é o objetivo destes cursos?
Formar e aperfeiçoar os policiais militares
- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual (is) a(s) forma(s) de ingresso?
Oferecidos a todos dentro da hierarquia, mediante vestibular interno
- d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição? São militares e civis competentes e devidamente preparados para a missão.

e) E dos discentes?

Hoje portadores de cursos superiores entre outras exigências atinentes a profissão.

f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?

Acredito que sim, porque somada a experiência, a vivência do dia-a-dia mais a preparação intelectual e profissional dos responsáveis pela proposta.

g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?

Sim, principalmente com a exigência do curso superior para o ingresso em qualquer área (novel hierárquico) da PMGO, as propostas pedagógicas tiveram necessariamente mundial e para melhor todas.

h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

Aqueles que aproximam e relacionam vez mais o policial militar da sociedade.

i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?

Como sendo os principais elementos prova disso estão os colégios militares em destaque na educação no Brasil.

j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influência na formação dos policiais desta instituição?

No sentido de melhorar a formação, acredito eu

k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

Sim, dependendo do curso.

l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

Aos interessados em crescer dentro da corporação, objetivando também aumentar e atualizar conhecimentos profissionais.

m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

No período de 1968 a 1970 focadas na disciplina, hierarquia e numa verdadeira formação policial militar e jurídica.

n) Qual (is) disciplina mais lhe agradava? Por quê?

Regulamentos e legislação: direito penal processo penal, constitucional, civil e processo civil. E atividade física, voltadas para a formação policial militar.

o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

Naquela época o currículo visava mais a formação militar (segurança nacional) hoje a formação policial militar.

p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição? Acho positivo, inclusive, quando comandava a academia da PM na década de oitenta, mandei substituir 90% das jornadas militares na zona rural por operações policiais militares urbanas

q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

Prejudicada, estou afastando (na reserva renumerada há 18 anos)

r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia? Prejudicada, estou afastado há 18 anos.

s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

Não, no meu entendimento como defensor inarredável da disciplina, noto um afrouxamento da disciplina e nossa corporação.

t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

Embora afastado da escola militar há anos, entendo que hoje tem-se a impressão que a pratica é prioridade em razão da falta de efetivo e o aumento da missão da PM quanto ao antigo dentro do programado.

u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Sim, sendo que aprendizado que tive no CFO e demais cursos que fiz (todos exigidos na PM) foi o suficiente para aprestar o serviço que prestei ao estado e a sociedade, quando na ativa.

- v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

Não, desde que a conciliação seja na dose correta, pois fora das academias militares muitos estudam e trabalham.

- w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

Prejudicada estou afastado há 18 anos.

- x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

Imagino que busque a melhor formação do PM goiano.

- y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

Prejudicada estou há 18 anos afastado.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Chefe)

- 1- Nome do entrevistado: Adailton Vieira de Lima
- 2- Endereço atual: Av. Americano do Brasil, 100 - St. Marista - Goiânia - GO
- 3- Ano de Nascimento: 1952
- 4- Lugar em que nasceu: Santa Vitória - MG
- 5- Qual o nome dos seus pais: João Vieira do Carmo e Augusta Lima
- 6- Qual a profissão deles: Falecidos
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: Um irmão

- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
- a) Quando veio para esta cidade: 1970
 - b) Por qual motivo? Estudar, concluir o 2º grau
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
A impressão comum aos estudantes da época, da força de repressão.

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: CEL PMGO DA RESERVA
- b) A escolha desta profissão foi de alguma forma influenciada? Por quê?
Não. Foi por oportunidade.
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Reserva remunerada
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 11 anos
- e) Há quantos anos atua como docente? Atuei por 25 anos até 1998.

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição? 3 anos
- b) Qual é o objetivo destes cursos?
Formação, especialização e aperfeiçoamento de oficiais da Polícia Militar
- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual(is) a(s) forma(s) de ingresso?
CFO: Portadores do 2º grau - ingresso por concurso
CAO: Oficiais intermediários - ingresso por antiguidade
CSP: Of. superiores - ingresso por antiguidade
- d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição? Portadores de formação superior. Alguns com especialização, aperfeiçoamento e até mestrado. Professores (civis) e Instrutores (Policiais Militares)
- e) E dos discentes?
Possuidores de 2º grau para o CFO, selecionados através de concurso.
- f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?

Sim. Possui um currículo voltado para as necessidades do serviço e treinamento durante a formação.

- g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?

Através de periódicas revisões curriculares, para atender as mudanças sócio-políticas do país.

- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

Honra; dedicação à instituição e a sociedade; profissionalismo, disciplina e respeito a hierarquia e autoridades constituídas.

- i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?

Uma organização policial militar, por constituir-se numa força que porta armas e trabalha em grupos, necessita de hierarquia e disciplina, à partir da formação

- j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

Ele constitui a diretriz para o trabalho dos docentes e desenvolvimento das ações pedagógicas.

- k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

CFO - 3 anos

CAO - 6 meses

CSP - 6 meses

Cursos de Especializações - 6 meses

- l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

CFO - Candidatos selecionados por concurso - Objetivo: Formar Comandantes e Chefes para a Corporação.

CAO e CSP - Of. intermediários e superiores - Objetivo: Aperfeiçoar oficiais para cargos de nível intermediário e superior.

- m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

Aulas teóricas e práticas. Participação em policiamentos e palestras.

n) Qual(is) disciplinas mais lhe agradava? Por quê?

Disciplinas da áreas de Direito, por dar o embasamento legal para o exercício da profissão.

o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

Durante os governos militares haviam disciplinas voltadas para o combate e uso do terreno (ODIT) e para a formação cívica, que foram abolidas do currículo atualmente.

p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

Essas disciplinas tinham seu valor à época, mas com as mudanças sócio-políticas elas teriam que acompanhar as mudanças ou mesmo serem substituídas por outras que atendessem a nova ordem.

q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

Pela Diretoria de Ensino, através de proposta dos docentes, supervisionada pela Divisão de Ensino da Academia de Polícia Militar.

r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia?

O docente deve seguir o currículo, tendo autonomia somente quanto aos métodos de ensino utilizados para as aulas.

s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

A disciplina foi flexibilizada ao longo dos anos pós governos militares.

t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

Tanto no atual quanto no antigo currículo, a teoria e a prática seguiram juntas, de forma equilibrada.

u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Não há curso completo que englobe todas as situações necessárias ao longo do exercício profissional, mas devido o curso ser teórico e prático, atendeu minhas expectativas.

- v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

O trabalho bem dosado e com cunho de formação prática é benéfico à aprendizagem. Já o emprego excessivo de alunos para compensar a falta de efetivo, pode prejudicar a formação.

- w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

Não acompanhei essas mudanças.

- x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

Prejudicado.

- y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

Prejudicado.

2. Atuais Comandantes / Diretores da APM/GO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Chefe)

- 1- Nome do entrevistado: Washington Luiz Alves Cavalcante

- 2- Endereço atual: Av. D esq 4 Rua Rui Brasil Cavalcante Nº 2 / Setor Oeste - Goiânia - GO.
- 3- Ano de Nascimento: 30/08/1960
- 4- Lugar em que nasceu: Pium - TO
- 5- Qual o nome dos seus pais: Eurico Mendes Cavalcante e Candida Alves Cavalcante
- 6- Qual a profissão deles: Agricultores
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 07 irmãos e 02 irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: Paraíso do Tocantins - TO
 - b) Por qual motivo? Em busca de qualificação profissional
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Muito Boa

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: Coronel PM
- b) A escolha desta profissão foi de alguma forma influenciada? Por quê? Não foi de livre escolha
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Comandante de Ensino Policial da PMGO.
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? Há 27 anos
- e) Há quantos anos atua como docente? 22 anos

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
De 01 a 02 anos
- b) Qual é o objetivo destes cursos?
Formação, aperfeiçoamento, gestão e pós-graduação em segurança pública
- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual(is) a(s) forma(s) de ingresso?
A comunidade civil policiais militares e bombeiros, integrantes das forças armadas e guardas municipais
- d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição? Especialistas, Pós-Graduado, Mestres e Doutorados

e) E dos discentes?

Graduandos, Graduados e Especialistas

f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?

Consegue, porque temos parcerias com a UFG, PUC e UEG, onde os professores oriundos dessas instituições são todos especialistas, mestres e doutores.

g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?

Sim, os cursos oferecidos na PMGO, uma exigência de nível superior, quando do ingresso do discente.

h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

Primeiros da Hierarquia e disciplina, focados nos valores morais e éticos e culto aos símbolos nacionais.

i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?

A hierarquia a disciplina formam a espinha dorsal da corporação.

j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

O PGE, norteia e orienta toda a formação da PM em Goiás, é ele que disciplina o processo ensino-aprendizagem.

k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

Sim de 01 a 02 anos de duração

l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

Por oficiais e praças e aos integrantes da Magistratura e MP, ampliar o conhecimento técnico profissional, na área da Segurança Pública.

m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

Cursei do ano de 1985 a 1988 as aulas eram direcionadas para a defesa interna e externa do estado brasileiro.

n) Qual(is) disciplinas mais lhe agradava? Por quê?

Disciplina Jurídicas e Técnica Policial Militar - Jurídica por se tratar do exercício legal da profissão e técnica policial militar por se tratar da rotina da PM.

o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

A diferença é de foco, no período do regime militar ao voltada para o combate a guerra e guerrilhas, hoje é voltado pra a preservação da garantia e direitos do indivíduo.

p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

Houve uma remodelagem no ensino militar, visando atender a constituição de 1988, porém a sua essência foi preservada.

q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

Pelo comando de ensino policial militar, as mudanças podem ocorrer anualmente, dependendo da necessidade.

r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia?

O docente pode e é livre para inovar com novos conhecimentos, sem contudo sair do principal objetivo traçado no PGG.

s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

Sim, porque a organização militar depende da disciplina para existir.

t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

No atual currículo é a prática pois os formandos já são possuidores do curso de Direito, no passado se focava mais na teoria pois era na sua essência no curso de formação.

u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Sim, pois durante os três anos trabalhou-se muito com a parte de formação principalmente na área de Direito e Técnica Policial Militar, requisitos necessários à profissão.

- v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

Há PUGO isso não ocorre mais, pois as atividades são desmembradas, parte teórica de prática.

- w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

A principal mudança foi a exigência do bacharelado em Direito.

- x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

O Oficial mais preparado para lidar com as demandas sociais, cada vez mais eficientes.

- y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

Com a quebra de paradigmas, movimento com a valorização dos Direitos individuais dos futuros oficiais.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Chefe)

- 1- Nome do entrevistado: Clives Pereira Sanches

- 2- Endereço atual: Rua 09, nº 145, aptº 02, Edifício Ana Tereza, Setor Oeste, CEP: 74.110-100 Goiânia, GO - Brasil
- 3- Ano de Nascimento: 1973
- 4- Lugar em que nasceu: Goiânia
- 5- Qual o nome dos seus pais: Paulo Afonso Sanches e Margarida Maria Pereira da Silva
- 6- Qual a profissão deles: policial militar da reserva e comerciante
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: duas irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: _____
 - b) Por qual motivo? _____
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: Major QOPM
- b) A escolha desta profissão foi de alguma forma influenciada? Por quê? O fato de meu pai ser um policial militar e visualizar na carreira um ideal compatível com as minhas aspirações pessoais.
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Chefe da Divisão de Ensino da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e Professor
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 22 anos
- e) Há quantos anos atua como docente? 14 anos

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição? Meu curso de formação de oficiais a duração de 3 anos.
- b) Qual é o objetivo destes cursos? Formar o futuro oficial da PMGO para o exercício de suas funções.
- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual(is) a(s) forma(s) de ingresso? Seleção, a época (1991), em nível de 2º grau.
A partir de 2004:
LEI Nº 14.851, DE 22 DE JULHO DE 2004.

Altera a Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 8.033, de 02 de dezembro de 1975, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 Para ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar - QOPM do Estado de Goiás exigir-se-á que o candidato:

I - tenha sido previamente aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, ao qual somente poderão inscrever-se bacharéis em Direito, conforme dispuser o edital;

II - seja considerado habilitado em exames de capacidade física e de avaliação psicológica, ambos de caráter eliminatório;

III - tenha comportamento irrepreensível e conduta ilibada, comprovados através de investigação social, conforme definido no edital do concurso;

IV - goze de saúde física e mental, comprovada por Junta Médica Oficial;

V - tenha idade não superior a 32 (trinta e dois) anos, na data da posse;

VI - logre aprovação e classificação em curso de formação de oficiais, a ser ministrado pela Superintendência da Academia Estadual de Segurança Pública, da Secretaria da Segurança Pública e Justiça ou por órgão ou entidade pública conveniada ou contratada, com duração mínima de 2 (dois) anos;

VII - não tenha exercido atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

§ 1º O candidato realizará o curso de formação a que se refere o inciso VI na condição de Cadete.

§ 2º O ingresso no Quadro de Oficiais da Polícia Militar - QOPM far-se-á no Posto de 2º (segundo) Tenente." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição?

Atualmente:

Oficiais da ativa PM e BM

Peritos Criminais

5 possuidores de cursos em nível de bacharelado ou licenciatura

85 possuidores de especializações lato sensu

10 mestres

e) E dos discentes?

Atualmente? bacharéis em direito, sendo 60% possuidores de especializações lato sensu.

f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?

De acordo com pesquisa realizada em 2008, no CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA relativa à monografia: NOVA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS: uma adequação ao perfil profissiográfico do Chefe de Polícia Ostensiva da PMGO, destinada a conclusão do CEGESP foram obtidos os seguintes resultados:

**APÊNDICE D - RELATÓRIO SOBRE O QUESTIONÁRIO VOLTADO
PARA OS COMANDANTES DOS COMPONENTES DA TURMA DE
ASPIRANTES/2007**

Total de questionários aplicados: 28

1. O (s) formando (s) do Curso de Formação de Oficiais, turma Aspirante/2007, possuem as capacidades necessárias para o desempenho de suas atividades profissionais?

Quesitos	%
Totalmente	69
Em parte	31
Muito pouco	-

4. Atualmente qual a avaliação final que o senhor (a) faz do formando da Turma Aspirante/2007 como um todo.

Quesitos	%
Muito Bom	59
Bom	36

Regular	-
Deficiente	5
Péssimo	-

Discentes:

Clives Pereira Sanches - CAP PMGO

Emerson do Nascimento Sousa - CAP PMSE

APÊNDICE C - RELATÓRIO SOBRE O QUESTIONÁRIO VOLTADO PARA A TURMA DE ASPIRANTES/2007

Total de questionários aplicados: 62

1. Os assuntos tratados durante o Curso de Formação de Oficiais o prepararam para o desempenho de suas atividades profissionais?

Quesitos	%
Totalmente	-
Em parte	96
Muito pouco	4

4. As atividades desenvolvidas (estágios, jornadas, instruções de campo, serviços administrativos e operacionais) o prepararam para o desempenho de suas atividades profissionais?

Quesitos	%
Totalmente	4
Em parte	88
Muito pouco	8

7. A metodologia de ensino adotada pela Academia de Polícia Militar favoreceu sua preparação para o desempenho de suas atividades profissionais?

Quesitos	%
Totalmente	15
Em parte	85
Muito pouco	-

9. Atualmente qual a avaliação final que você faz do Curso de Formação de Oficiais como um todo.

Quesitos	%
Muito Bom	12
Bom	61
Regular	19
Deficiente	8
Péssimo	-

Discentes:

Clives Pereira Sanches - CAP PMGO

Emerson do Nascimento Sousa - CAP PMSE

- g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?

A alteração na forma de ingresso do Cadete exigiu que o CFO fosse reestruturado a fim de se adequar a exigência do bacharelado em Direito. Neste mesmo ano foi instituído na PMGO o Procedimento Operacional Padrão - POP, que legitimou uma doutrina operacional para a corporação. Esta doutrina alterou a forma de conduzir as atividades acadêmicas desenvolvidas nos cursos realizados na APM, atualmente os cursos de formação possuem um percentual próximo a 50 de aulas práticas que visam consolidar os ensinamentos necessários para formação do profissional.

A partir de 2008:

Foi elaborado o perfil profissiográfico da PMGO, em nível de oficial e praça, e se efetivou a adoção plena da Matriz Curricular da SENASP destinada à formação de profissionais de segurança pública.

- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

Valores dos Policiais Militares

- I - O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever Policial Militar e pelo integral devotamento à manutenção da ordem pública, mesmo com o risco da própria vida;
- II - O civismo e o culto das tradições históricas;
- III - A fé na elevada missão da Polícia Militar;
- IV - O espírito de corpo, orgulho do Policial Militar pela organização onde serve;
- V – O amor à profissão Policial Militar e o entusiasmo com que é exercido;
- VI - O aprimoramento técnico-profissional.

Deveres dos Policiais Militares

- I - A dedicação integral ao serviço Policial Militar e a fidelidade à instituição a que pertence, mesmo com o sacrifício da própria vida;
- II - O culto aos símbolos nacionais;
- III - A probidade e a lealdade em todas as circunstâncias;
- IV - A disciplina e o respeito à hierarquia;
- V - O rigoroso cumprimento das obrigações e ordens;
- VI - A obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

Princípios da Matriz Curricular do CFO

Os princípios que fundamentam a concepção de formação profissional do Chefe de Polícia Ostensiva adotados pela PMGO e que pautam a construção da Matriz Curricular do CFO, são:

- a) **compreensão e valorização das diferenças** - princípio de caráter ético, normativo-legal e prático que trata dos Direitos Humanos e a Cidadania, privilegiando o respeito à pessoa e a justiça social nas diversas ações educativas, envolvendo conteúdos teóricos, técnicos e práticos destinados à capacitação dos Chefes de Polícia comprometidos com uma identidade e uma imagem profissional compatíveis com as Estratégias Institucionais de Segurança Pública;
- b) **formação e qualificação profissional continuada** - princípio de caráter educacional e de constante envolvimento com estudos vinculados a questões reais e

práticas e que incentiva a atenção aos demais segmentos do sistema penal da esfera pública e da sociedade civil;

c) **flexibilidade, diversificação e transformação** - princípio que abrange a Educação em Segurança Pública entendida como um processo aberto, complexo e diversificado que reflete, desafia e provoca transformações na concepção e implementação das Políticas Públicas de Segurança, contribuindo para a construção de novos paradigmas culturais e estruturais;

d) **interdisciplinaridade, transversalidade e reconstrução democrática de saberes** - princípio que apoia processos educativos que ultrapassam a abordagem pedagógica tradicional de mera transmissão de conhecimentos, em que processos de interação tornam-se espaços de encontro, de busca de motivações, discussão de saberes, de escuta de contribuições diferenciadas, sustentados pela ética da tolerância e da argumentação, estimulando a capacidade reflexiva, a autonomia, o enfrentamento de novos desafios e a construção democrática de saberes renovados, atendendo à extrema relevância do desenvolvimento da capacidade de lidar com questões complexas, mobilizando conhecimentos oriundos de disciplinas e saberes distintos, da literatura científica, da prática profissional, da vivência pessoal;

e) **valorização do conhecimento anterior** - princípio educacional que trata da reflexão crítica sobre as questões que emergem ou que resultam do conhecimento jurídico, das práticas dos indivíduos, das Instituições e do corpo social, levando em consideração os conceitos, as representações, as vivências próprias do saber policial, para o saber prévio dos atores concretamente envolvidos na experiência social e profissional, eliminando a visão de que "somente os especialistas são detentores do saber";

f) **valorização do conhecimento da realidade** - princípio que fundamenta as políticas pedagógicas a partir do diagnóstico geral e circunstanciado da situação das políticas e ações de Educação em Segurança Pública aplicadas no Estado, oferecendo uma imagem clara das realizações, carências, necessidades e demandas;

g) **universalidade** - princípio em que a universalidade se refere aos diversos conteúdos e áreas de conhecimento que envolve o desempenho das atividades fins do Chefe de Polícia Ostensiva, além dos métodos e referências veiculados de maneira padronizada no conjunto das ações (a noção de cidadania ou técnicas policiais, por exemplo), levando-se em conta a diversidade do Estado;

h) **articulação, continuidade e regularidade** - princípio que visa dar consistência e coerência aos processos, através da implementação da formação dos formadores e da constituição de uma rede de informações e inter-relações que possibilitará disseminar os paradigmas de políticas democráticas de Segurança Pública e alimentar o diálogo enriquecedor entre as diversas experiências;

i) **qualidade e atualização permanente** - princípio que trata da garantia e do reconhecimento da excelência das ações formativas submetidas a processos de avaliação e monitoramento sistemático realizados segundo modalidades diferentes e o compromisso com a sociedade. Associa-se a estes princípios o entendimento de formação como um processo de aquisição e de reconstrução de saberes necessários à intervenção social. Como oportunidade para repensar o próprio posicionamento ético e político e de analisar e aprimorar a prática, constituindo espaço para partilha e debate de abordagens diferentes, e ocasião privilegiada para gerar discussão sobre questões complexas das situações enfrentadas no trabalho.

Paralelo a estes valores acima descritos os cursos de formação da PMGO possuem como pilares para estruturação de sua malha curricular os seguintes temas:

Procedimento Operacional Padrão - POP;

Policiamento Comunitário; e

Direitos Humanos

- i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?

Toda instituição, seja ela civil ou militar, deve se pautar por estes dois elementos básicos, pois vivemos em um Estado Democrático de Direito regido por normas escritas que determinam os direitos e deveres de cada cidadão.

A hierarquia nada mais é que a distribuição ordenada de responsabilidades, onde se define a graduação das diferentes categorias de profissionais de uma mesma instituição.

A disciplina é uma qualidade necessária ao policial militar, a fim de torná-lo apto a seguir o conjunto de normas vinculadas ao exercício de sua profissão. Esta mesma disciplina deve acompanhar civis no exercício de suas profissões, por exemplo: o uso de EPIs quando da realizações de atividades que exigem tais equipamentos, cumprir o horário estabelecido pela empresa e ainda realizar as tarefas que estão sob sua responsabilidade.

- j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

Atualmente as Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino - NPCE e Normas para o Planejamento e Conduta da Instrução - NPCI são os documentos que regem o ensino na PMGO.

Estas normas estabelecem os parâmetros para o planejamento e execução do Ensino e instrução Profissional na Polícia Militar do Estado de Goiás, visando: o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Secretaria da Segurança Pública e pelo Comando Geral da PMGO; A supervisão, coordenação, controle e fiscalização das atividades de ensino, relativos a curso e estágio subdivididos em: Formação, Aperfeiçoamento, Especialização, Atualização, Habilitação, Adaptação e Técnico ou Auxiliar, por intermédio do Comando de Ensino Policial Militar (CEPM); O fortalecimento e aprimoramento do processo Ensino-Aprendizagem, através da compreensão da importância do processo político pedagógico para a Corporação; e a adequação do Ensino Policial Militar à Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

- k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

- Curso Superior de Polícia - CSP: destinado a Tenentes coronéis que irão se habilitar para a promoção a Coronel - duração: aproximadamente quatro meses;
- Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública - CEGESP: destinado a capitães que irá se habilitar para a promoção a major - duração: aproximadamente quatro meses;
- Curso de Habilitação de Oficiais Auxiliares - CHOA destinado alo Sargentos e Subtenentes que iram se habilitar para a promoção a 2° Tenente - duração: aproximadamente seis meses;
- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos - CAS destinado a 2° Sargentos que irão se habilitar para a promoção alo Sargento - duração: aproximadamente três meses;
- Estágio de Adaptação de Sargentos - EAS destinado a 3° sargentos, recém promovidos, a fim de prepará-los para o exercício das funções destinadas a nova graduação;

l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

Resposta da questão anterior.

m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

Em 1991 a 1994

As aulas eram ministradas, em sua grande maioria, em sala de aula por professores altamente capacitados.

n) Qual(is) disciplinas mais lhe agradava? Por quê?

Estatística: por afinidade pessoal com números

As disciplinas de tratavam de policiamento, por apresentarem uma grande quantidade de casos concretos e formas de resolução de problemas.

o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

O meu período de formação estava fora dos governos militares.

- p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

Apesar de desconhecer o conteúdo destas disciplinas, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980, acredito que estas alterações foram naturais, pois o processo de formação de um policial militar deve estar alinhado às demandas sociais existentes.

É importante ressaltar que independentemente de existir uma mudança de um regime, as alterações nos currículos são constantes, pois apesar da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, o nosso país passa por um processo de construção interrompido do Estado Democrático de Direito. Exemplo prático: há alguns anos não se admitia falar sobre o direito dos homossexuais.

- q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

O comando da Academia de Polícia Militar mantém uma constante supervisão no currículo dos cursos que ministra, através dos Inquéritos pedagógicos e demais diretrizes que norteiam o sistema de ensino policial militar, assim podemos que concluir que o currículo do CFO e estruturado através do:

Perfil Profissiográfico da PMGO;

Monografias existentes no CAPM, relativas ao tema;

Matriz Curricular Nacional para Formação em Segurança Pública da SENASP;

Inquéritos pedagógicos;

Questionários destinados aos comandantes das diversas unidades operacionais e aos formandos, após um ano de efetivo serviço; e

Matrizes Curriculares adotadas em algumas coirmãs.

- r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia?

O docente deve cumprir a apresentação do conteúdo que esta" previsto no plano da disciplina, porém pode o docente, apresentar um novo conteúdo ou até mesmo uma nova metodologia de aplicação do mesmo, sendo que tais propostas devem ser

analisadas e aprovadas pela Divisão de Ensino. Essa exigência de análise e aprovação se dá a fim de que a integralidade do curso em relação aos seus objetivos seja respeitada, pois quando da elaboração de uma matriz curricular, bem como da composição de uma malha curricular, busca-se a composição dos conteúdos necessários para cumprir o papel definido a formação.

- s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

Podemos observar que atualmente a disciplina é tratada de forma transversalizada, perpassando por ações pedagógicas previstas em várias disciplinas e atividades acadêmicas.

- t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

Acreditamos que no antigo currículo (1991 a 1994) se priorizava a teoria. Atualmente existe um equilíbrio entre a teoria e a prática.

- u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Para aquela época sim, pois após a minha formatura consegui cumprir as missões destinadas a meu posto com base nos ensinamentos transmitidos no CFO.

- v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

Acredito que as atividades práticas vinculadas ao estágio supervisionado, seja administrativo ou operacional, complementa a formação teórico prática, contribuindo de forma plena na formação de um profissional capaz de cumprir as missões inerentes as suas funções futuras.

É importante ressaltar que existe atualmente um rigoroso controle de horas trabalhadas seja pelo aluno como também para o profissional formado, que não pode exceder a 42 horas semanais.

- w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

Na verdade poucas, pois na prática houve apenas uma mudança de nomenclatura, a fim de atender a disposições administrativas de governo. Observa-se que cada unidade de ensino mantém o seu processo de formação inerente às funções que são de sua competência.

- x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

Resposta letra Q

- y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

Resposta letra Q

(Docente)

- 1- Nome do entrevistado: Lorival Camargo
- 2- Endereço atual: Av. T-3 nº 1011, APTº 1503 Ed. San Bernand. ST.bueno
- 3- Ano de Nascimento: 1961
- 4- Lugar em que nasceu: Itapaci – GO
- 5- Qual o nome dos seus pais: Idalécio Camargo e Eneracia M. do Prado
- 6- Qual a profissão deles: lavrador e doméstica (do lar)
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 5 irmãos e 3 irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? 1
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: com 7 anos de idade
 - b) Por qual motivo? Para estudar
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Sempre positiva em face de meu irmão já ser militar

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: coronel PM
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Decisão voluntaria
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 29 anos
- d) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Corregedor da PM-GO (geral)
- e) Há quantos anos atua como docente? Mais de 25 anos
- f) Enquanto professor, quais as principais dificuldades que o senhor encontra para exercer suas funções?
Dificuldades de compatibilizar as atribuições cotidianas com uma dedicação exclusiva para a atividade de ensino.

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é a sua formação acadêmica? Bacharel em direito pós graduado em direito penal administrativo, constitucional e proc. penal
- b) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
Curso de 1 mês a 2 anos depende do curso

- c) Na sua opinião, a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar atende aos interesses destes ou ocorre uma certa frustração?
Os currículos e propostas pedagógicas são vulneráveis com o tempo vez que hoje o curso de soldado tem como requisito um curso superior e o de oficial bacharel em direito.
- d) Quando o senhor fez este curso? 1983-85
- e) Fazendo um paralelo entre o período que o senhor fez este curso e o período atual, o que o senhor percebe que mudou? Toda a estrutura uma vez que o curso que eu fiz praticamente trazia uma carga jurídica próxima há um curso de direito, hoje dispensável.
- f) E o que permaneceu igual?
A estrutura militar e pertinente às atividades profissionais especificam da função militar e policial.
- g) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Os valores institucionais da vida militar com o respeito a hierarquia é disciplina, a honestidade, a honra e dever de servir a sociedade com risco da própria vida.
- h) Para o senhor, a hierarquia e a disciplina são elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás? Por quê?
Todas as organizações não vivem sem essa estrutura, porém entendemos especialmente as pessoas que utilizam armas como instrumento de trabalho se não houver uma estrutura forte de controle o risco do abuso da autoridade será maior.
- i) De que forma o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?
Uma das bases deste plano é a instrução continuada e a casa ascensão se faz necessários cursos para se adequadamente se qualificar para as novas funções.
- j) Ao concluir este curso o profissional encontra-se totalmente apto para servir à sociedade?
Nunca pode se falar que estar totalmente apto, porém em boas condições de atuar na sua área de atribuição dão a necessidade de reciclagem continua mesmo para quem esta na atividade fim da instituição.

- k) Após a conclusão deste curso, a corporação continua oferecendo cursos de qualificação para os policiais e docentes?
Para praças estágio para sargento e para oficiais cursos de aperfeiçoamento de oficiais e cursos superior de policial.
- l) A participação nestes cursos é obrigatória ou optativa?
Obrigatório ao contrario não há exceção.
- m) Que avaliação o senhor faz destes cursos de capacitação?
Com a melhoria do nível cultural dos seus integrantes deve haver uma reformulação continua para adequar as novas realidade
- n) Sua postura em sala de aula é, de alguma forma, influenciada por algum professor que você teve no CFO? Por quê?
Já passamos básicos escolares dentro e fora da instituição tudo influencia somos sempre a aprendizes.
- o) O que você pensa da Academia de Polícia Militar de Goiás, do currículo adotado e do ensino nela ministrado?
Atualmente não tenho muita convivência com as recentes mudanças porém as pessoas que ali estão são extremamente qualificadas confiamos nelas.
- p) Quando o senhor fez a CFO, quais as disciplinas que mais lhe agradam?
Por quê?
Sempre gostei da área do Direito, dai nossa escolha de busca sempre nessa área.
- q) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional que faziam parte do currículo das décadas de 1960 - 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?
Somos alvos do período de transição a nossa época ainda acompanhamos seus últimos resquícios hoje praticamente inexistem.
- r) A opinião do professor regente influencia de alguma forma na reestruturação do currículo do CFO?
Fundamentalmente em casa área o especialista deve sempre ser ouvido.
- s) Para o senhor, o que deve ser priorizado no currículo do CFO, a teoria ou a prática? Por quê?

Deve se priorizar as duas, não se pode desprezar a teoria não deve ter um campo aberto para a pratica vez que é melhor errar com o aluno do que como profissional.

- t) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?
Acredito que sim porem nunca deixei de buscar conhecimento fora da instituição o que tem muito me ajudado na profissão.
- u) Como o senhor vê a concentração e aprendizagem em sala de aula do aluno, tendo que o mesmo conciliar trabalho e estudo?
O melhor é que no período do estudo haja dedicação exclusiva para este tudo a tem tempo.
- v) Que autoanálise você faz de sua atuação em sala de aula?
Acredito que tenho contribuído para a melhoria da instituição me sinto capacitado para isto.
- w) Traçando um paralelo entre o currículo adotado durante os governos militares e o atual, que aspectos positivos e negativos você identifica?
Não convive com a parte mais contundente de governo militares, possui, entendo que a abertura para a comunidade/sociedade de participar mais da vida da corporação sem receio de expor suas ideias.
- x) Que teoria pedagógica você adota, uma mais tradicional ou mais progressista? Por quê?
Acredito seja mais progressista acredito que podem se sempre mudar para melhor e a busca deve ser constante.
- y) Que visão você imagina que o discente tem da escola militar, de uma forma geral?
A instituição militar é uma vida fechada com muitas regras próprias aos poucos se adapta essas ou busca outros ares, porém hoje há mais espaço para criticas.
- z) O currículo adotado permite a participação crítica do educando? E quando o senhor cursou o CFO?
Sim como citei no item anterior.
- aa) Você tem liberdade para exercer o magistério em sala de aula ou é influenciado de alguma forma por seus superiores?
Embora hoje cheguei ao topo da carreira, sempre aturei o bastante liberdade nas salas de aula.

3. Instrutor / Docente

ROTEIRO DE ENTREVISTA

(Docente)

- 1- Nome do entrevistado: Washington Luiz Alves Cavalcante
- 2- Endereço atual: Av. D rua rui Brasil Cavalcante nº 21 sudoeste Goiânia-GO
- 3- Ano de Nascimento: 30/08/1960
- 4- Lugar em que nasceu: Pium – TO
- 5- Qual o nome dos seus pais: Eurico Mendes Cavalcante/ Candida Alves Cavalcante
- 6- Qual a profissão deles: agricultores
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 07 irmãos e 02 irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: paraíso do Tocantins
 - b) Por qual motivo? Em busca de qualificação profissional
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Muito boa
- 10-TRABALHO
 - a) Qual é a sua profissão/patente: coronel PM
 - b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Não, foi de livre escolha.
 - c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? Há 27 anos
 - d) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Comandante de ensino policial militar.
 - e) Há quantos anos atua como docente? 27 anos
 - f) Enquanto professor, quais as principais dificuldades que o senhor encontra para exercer suas funções?
Falta de estrutura física adequada aos discentes.

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é a sua formação acadêmica? 3º grau bacharelem Direito, pós graduação, especialista em segurança pública.
- b) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
01 a 02 anos
- c) Na sua opinião, a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar atende aos interesses destes ou ocorre uma certa frustração?
Atende plenamente
- d) Quando o senhor fez este curso? 1993 a graduação e pós em 1998 e 2007
- e) Fazendo um paralelo entre o período que o senhor fez este curso e o período atual, o que o senhor percebe que mudou? O ordenamento jurídico do Brasil passou por várias mudanças entre elas a nacional do código penal e processo penal brasileiro, bem como o código civil e processo civil, dentre outros.
- f) E o que permaneceu igual?
As clausulas dente as da constituição federal.
- g) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Princípios da hierarquia a disciplina.
- h) Para o senhor, a hierarquia e a disciplina são elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás? Por quê?
Porque são a espinha global da instituição.
- i) De que forma o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?
O PGE norteia e orienta toda a formação da PM em Goiás de disciplina o processo ensina aprendizagem.
- j) Ao concluir este curso o profissional encontra-se totalmente apto para servir à sociedade?
Sim porque a teoria e a pratica são executada dentro do estagio supervisionando de forma a mensurar o nosso ensino-aprendizagem.
- k) Após a conclusão deste curso, a corporação continua oferecendo cursos de qualificação para os policiais e docentes?

Sim, estágios para cabo e soldados e curso de aperfeiçoamento de sargento, CAO PM e capitães e CSP para te cel, além dos diversos cursos técnicos.

l) A participação nestes cursos é obrigatória ou optativa?

Não é obrigatória mais são requisitos para a progressão na carreira.

m) Que avaliação o senhor faz destes cursos de capacitação?

São cursos que se encontram em excelente nível, pois são acompanhados por instituições de ensino superior.

n) Sua postura em sala de aula é, de alguma forma, influenciada por algum professor que você teve no CFO? Por quê?

Não a minha postura é baseada na didática e nos princípios que neguem a docência.

o) O que você pensa da Academia de Polícia Militar de Goiás, do currículo adotado e do ensino nela ministrado?

A academia é uma célula crise multiplicadora de ideia e se torna imprescindível a formação da PM. O seu ensino de ministrado e de um nível excelente.

p) Quando o senhor fez a CFO, quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Técnica policial militar e as jurídicas, porque são necessária ao exercício da profissão.

q) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional que faziam parte do currículo das décadas de 1960 - 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

A evolução da sociedade exige mudanças e a PM tem que acompanhar essas evoluções, portanto, vejo como positivas as substituições.

r) A opinião do professor regente influencia de alguma forma na reestruturação do currículo do CFO?

De certa forma, porem o comando de ensino dispõe de uma cessão de pesquisa onde a instituições dos currículos passam por estes estudos e pesquisas.

s) Para o senhor, o que deve ser priorizado no currículo do CFO, a teoria ou a prática? Por quê?

Atualmente a pratica, pois o aluno do CFO já é bacharel em Direito.

- t) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Sim, para a época de foi satisfatória.

- u) Como o senhor vê a concentração e aprendizagem em sala de aula do aluno, tendo que o mesmo conciliar trabalho e estudo?

Vejo de forma insatisfatória pois uma coisa não conflito com o outro estudo o estudo e trabalho é trabalho são reparados.

- v) Que autoanálise você faz de sua atuação em sala de aula?

Procuro cumprir o desiderato de ensinar e passar o exemplo positivo daquilo que aprendi ao longo carreira militar.

- w) Traçando um paralelo entre o currículo adotado durante os governos militares e o atual, que aspectos positivos e negativos você identifica?

Aspectos positivos foco na valorização o respeito a pessoas respeitos negativos liberalidade exagerada aos a liberdade detrimento a responsabilidade.

- x) Que teoria pedagógica você adota, uma mais tradicional ou mais progressista? Por quê?

Mais progressista, uma vez que a vida é distancia e carece de uma velocidade de crescimento muito ágil do profissional de segurança pública.

- y) Que visão você imagina que o discente tem da escola militar, de uma forma geral?

Uma missão bem conservador, porém muito comprometida com a responsabilidade.

- z) O currículo adotado permite a participação crítica do educando? E quando o senhor cursou o CFO?

O currículo atual é democrático, ao passado era autoritário.

- aa) Você tem liberdade para exercer o magistério em sala de aula ou é influenciado de alguma forma por seus superiores?

Tenho liberdade, pois já detenho último posto da corporação.

ROTEIRO DE ENTREVISTA **(Docente)**

- 1- Nome do entrevistado: Jesus Nunes Viana
- 2- Endereço atual: Av. Anhanguera 7164
- 3- Ano de Nascimento: 1964
- 4- Lugar em que nasceu: Goiás - GO
- 5- Qual o nome dos seus pais: Cassimiro N. Viana
- 6- Qual a profissão deles: falecidos
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 08
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: 1978
 - b) Por qual motivo? Para estudar e busca de oportunidades
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Ainda era uma criança, não me lembro de se tive qualquer impressão.

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: tenente coronel
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Sim, tive na adolescência uma pessoa que era militar.
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Chefe de Gabinete do comando geral.
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 25 anos
- e) Há quantos anos atua como docente? 18 anos

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
São variados, com próximo de dois anos.
- b) Qual é o objetivo destes cursos?
Formação, adaptação, habilitação.
- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual(is) a(s) forma(s) de ingresso?
Curso de Formação para Civis de acordo com o respectivo edital e o ingresso é através de concurso.

d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição?

São professores civis com especialização ou mestrado e instrutores militares.

e) E dos discentes?

Nos cursos de formação, eram na sociedade civis e cursos já do efetivo da corporação.

f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?

Estamos trabalhando com geração y e a polícia militar ainda não adaptou a essa sociedade civil em um contexto geral tem sido atendido.

g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?

Sim, já aconteceram embaraços nas matrizes curriculares do CFO, CFSD e também dos estágios de cabos e sargentos, principalmente para acompanhar diretrizes da SENASP.

h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

O ensino militar é diferenciado, é tradicional segue o princípio da hierarquia e disciplina, onde o aluno acaba não sendo o principal e sim o professor.

i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?

Acaba colocando o professor ou instrutor no centro de um pedestal, no entanto não vejo de forma negativa.

j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

Todos os cursos da academia são vinculados pelo PGE, portanto é o elemento norteador.

k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

Sim, são de período variado.

- l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

Os objetivos já estão alinhados na letra anterior.

São oferecidos a praças e oficiais.

- m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

Terminei em 1990, as aulas não eram diferentes de hoje.

- n) Qual(is) disciplinas mais lhe agradava? Por quê?

Disciplinas militares como por exemplo ordem unida pelo fato de achar naquele momento ser a disciplina que estava mais ligado ao “militar”.

- o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

Prejudicado

- p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

As polícias militares tem construído cada vez mais o papel da polícia militar e deixado cada vez mais o lado militar.

- q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

Atualmente a APM faz um “Feedback” do currículo e se for o caso terá as medidas.

- r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia?

A princípio é exigido sim, no entanto nota-se que aos pouco vai se dando liberdade de atuação para o docente dentro de sua disciplina.

- s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

Ainda somos uma instituição militar e hierarquizada e a disciplina seria no ambiente pedagógico.

- t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

Hoje diria que a teoria está mais presente e com preocupações para a prática, que vem através dos estágios no antigo seria a teoria.

- u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Em parte, exatamente pela falta de ativar a teoria a prática antes de se tornar um “profissional”.

- v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

Sim, em parte, no entanto o trabalho é direcionado para estágio, que é a parte prática do aprendizado.

- w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

Era verdade confessa.

- x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

Entendo que seria uma nova roupagem dos cursos, se fosse colocada em prática.

- y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

A princípio somente a parte de legislação, pois acabou com a APM, não na prática continuaram como antes.

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Docente)

- 1- Nome do entrevistado: Eriton Benevides Oliveira de Souza
- 2- Endereço atual: Prala Dr. Pedro L. Teixeira, 440 Apto 301, St. Central, Goiânia – GO
- 3- Ano de Nascimento: 25 de janeiro 1967
- 4- Lugar em que nasceu: Goiânia
- 5- Qual o nome dos seus pais: Aylton Benevides Souza e Adelia de Oliveira e Souza
- 6- Qual a profissão deles: ele militar reformado e ela do lar.
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 03 (três)
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Todos são militares
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: prejudicado
 - b) Por qual motivo? Prejudicado
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Prejudicado

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: polícia militar/tenente coronel
- b) A escolha desta profissão foi de alguma forma influenciada? Por quê?
Somente me espelhei na profissão do meu pai
- c) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Sou subchefe do centro tecnológico da polícia militar do estado do Goiás
- d) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 28 (vinte e oito) anos
- e) Há quantos anos atua como docente? 02 (dois) anos

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
De 06 meses a 3 (três) anos
- b) Qual é o objetivo destes cursos?
Formação e aperfeiçoamento de policiais militares

- c) A quem são oferecidos estes cursos e qual(is) a(s) forma(s) de ingresso?
Políciais em início de carreira e militares graduados e aperfeiçoamento, e pós graduação de oficiais.
- d) Qual o perfil dos docentes que ministram aulas nos cursos desta instituição? Oficiais com formação acadêmica e civis com pós-graduação e doutorado.
- e) E dos discentes?
Formação superior
- f) A proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar consegue preparar os discentes para atender às necessidades do mundo atual? Por quê?
Sim. Porque ela atende as necessidades da corporação, preparando o militar para sua jornada de trabalho, buscando aprimorar o conhecimento técnico.
- g) O senhor verifica a ocorrência de mudanças nas propostas pedagógicas desta instituição nos últimos 40 anos? Quais?
Sim. Prejudicado.
- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás desde a década de 1970 até a atualidade?

- i) Até que ponto o senhor visualiza a hierarquia e a disciplina como elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás?
A hierarquia dentro de uma instituição de ensino.
- j) Em que sentido o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

- k) Existem cursos de qualificação na Polícia Militar de Goiás? Qual o período de duração?

Sim, curso de gestão e de aperfeiçoamento.

- l) Em caso positivo, a quem são oferecidos e quais os seus objetivos?

Praças e oficiais

- m) Quando o senhor cursou o CFO e como eram as aulas neste período?

A maioria das matérias estavam relacionadas a atividade militar.

- n) Qual(is) disciplinas mais lhe agradava? Por quê?

No campo do direito.

- o) Que diferenças o senhor aponta entre o currículo que vigorava durante os governos militares e o atual currículo?

- p) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional, que faziam parte do currículo das décadas de 1960, - e 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

- q) Quando, como e por quem é reestruturado atualmente o currículo do CFO?

- r) Como é a relação do Docente com o currículo? É exigido pela Instituição que esse profissional fique preso a este ou existe autonomia?

- s) Pode se afirmar que no atual currículo, a exemplo do que vigorava durante os governos militares prioriza a disciplina? Por quê?

t) No atual currículo do CFO, quem é priorizado, a teoria ou a prática? E no antigo currículo?

u) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

v) O senhor acha que o discente tem sua aprendizagem e, conseqüente o currículo prejudicados devido à necessidade de se conciliar trabalho e estudo? Por quê?

w) Que mudanças foram provocadas na matriz curricular e na formação dos oficiais ou cadetes após a criação das Gerências de ensino individuais para a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e Polícia Civil?

x) Quais os objetivos e os valores que a nova estrutura de ensino pretende alcançar por intermédio desse processo de mudanças?

y) Como essas mudanças atingiram a Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Docente)

- 1- Nome do entrevistado: José Augusto de Oliveira Lima
- 2- Endereço atual: Rua DR. Sebastião Fleury Curado Qd. 23 Lt. 10 setor Criméia leste
- 3- Ano de Nascimento: 01/11/1971
- 4- Lugar em que nasceu: Rio Verde – GO
- 5- Qual o nome dos seus pais: José Silveira Lima, Luzia Viana de O. Lima
- 6- Qual a profissão deles: Oficial da reserva da PM-GO/do lar
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: uma irmã
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: _____
 - b) Por qual motivo? _____
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: major PM, exercendo atualmente a chefia da assessoria militar no ministério público.
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntariamente, por me espelhar em meu pai.
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 21 anos
- d) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Sou chefe da assessoria militar no ministério estadual, ou seja, trata-se de uma unidade PM junto aos promotores de justiça.
- e) Há quantos anos atua como docente? 07 anos
- f) Enquanto professor, quais as principais dificuldades que o senhor encontra para exercer suas funções?
Na verdade, são inúmeras, mas destaco a falta de estrutura básica de meios para proporcionar uma didática maior e bem melhor.

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é a sua formação acadêmica? CFO pela academia de polícia militar de Goiás, direito pela faculdade de direito de Anápolis e pós em direito ADM/constitucional.
- b) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição?
Direito - 3 anos
- c) Na sua opinião, a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar atende aos interesses destes ou ocorre uma certa frustração?
Falta em minha opinião, uma maior distribuição e melhor redirecionamento de disciplinas que tenham um melhor valor e respostas aos anseios da PM-GO e por consequência a própria sociedade, deixando os novos PM's vocacionados pela profissão.
- d) Quando o senhor fez este curso?em 1991 foi o inicio
- e) Fazendo um paralelo entre o período que o senhor fez este curso e o período atual, o que o senhor percebe que mudou? Hoje notamos a falta de compromisso com o ofício escolhido, na sua grande maioria, tanto oficiais como as praças que estão ingressando na PM-GO, veem a corporação apenas como um trampolim, ou seja, como um bico.
- f) E o que permaneceu igual?
A falta de apoio em todos os sentidos por parte do governo estadual.
- g) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Vejo que a PM-GO como as demais instituições militares pregam muito a ética, hierarquia e disciplina, princípios que de há muito foram esquecidos por nossa sociedade, o que faz com que nos autodestruirmos.
- h) Para o senhor, a hierarquia e a disciplina são elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás? Por quê?
Porque criam regras e estabelecem limites de atuação de cada policial militar a hierarquia e disciplina são tão importantes que ao serem aplicados em alunos dos colégios militares da PM-GO os destacam entre os melhores colégios do país.
- i) De que forma o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?

Como haviam respondido anteriormente, algumas matérias deveriam ser introduzidos no currículo e processo de formação dos policiais militares, tanto oficiais quanto das praças PM.

- j) Ao concluir este curso o profissional encontra-se totalmente apto para servir à sociedade?

Não porque falta colocar em pratica aquilo que por ele foi absorvido nos bancos escolares, a fim de criar assim uma maturidade profissional, o que validara seu curso.

- k) Após a conclusão deste curso, a corporação continua oferecendo cursos de qualificação para os policiais e docentes?

Poucos, basicamente especializações que são requisitos para ascensão na carreira, tais como: CEGSP, CSP, EAS.

CEGESP – Curso de especialização em segurança pública

CSP – Curso Superior de policial e EAS – Estagio de adaptação de sargentos.

- l) A participação nestes cursos é obrigatória ou optativa?

É voluntaria, mas se não participar não é promovido, ou seja, indiretamente a participação é obrigatória.

- m) Que avaliação o senhor faz destes cursos de capacitação?

São razoáveis, pois a grandes maiorias dos docentes são da PM-GO, que apesar do esforço não se atualizam nas matérias que se propõem a ministrar.

- n) Sua postura em sala de aula é, de alguma forma, influenciada por algum professor que você teve no CFO? Por quê?

Não porque procuro ministrar aulas mais soltas, sem a rigidez militar, sem, contudo perder a autoridade de professor na sala de aula.

- o) O que você pensa da Academia de Polícia Militar de Goiás, do currículo adotado e do ensino nela ministrado?

Muito distante do que deveria ser hoje se aplica muito o pop (procedimento operacional padrão) com maior tempo e menos para outras matérias importantes, tendo instrutores PM's que têm que exercer suas funções policiais com as docentes.

- p) Quando o senhor fez a CFO, quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Direito porque dispunham de praticidade e de docentes mais preparados.

- q) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional que faziam parte do currículo das décadas de 1960 - 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?

Foram necessárias as mudanças, pois algumas já aviam se perdido no tempo e não mais alcançavam os seus respectivas objetivos didáticos e práticos.

- r) A opinião do professor regente influencia de alguma forma na reestruturação do currículo do CFO?

Influencia sobremaneira

- s) Para o senhor, o que deve ser priorizado no currículo do CFO, a teoria ou a prática? Por quê?

Os dois de forma equilibrada, pois as ações policiais militares exigem uma adequação da teoria e pratica como forma de prestação de serviços a sociedade de maior qualidade.

- t) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?

Sim, pois me deus uma maior visão de mundo, me preparando para um melhor enfrentamento dos obstáculos a serem superados em que apareceram em minha vida.

- u) Como o senhor vê a concentração e aprendizagem em sala de aula do aluno, tendo que o mesmo conciliar trabalho e estudo?

É prejudicial, mais no caso da PM-GO se faz necessário devido ao reduzido efetivo policial que hoje dispomos.

- v) Que autoanálise você faz de sua atuação em sala de aula?

Dentro do que busco a aprender e do material e estrutura encontrada, diria que é razoável.

- w) Traçando um paralelo entre o currículo adotado durante os governos militares e o atual, que aspectos positivos e negativos você identifica?

Militares – positivos: disciplinas de religião, moral, civismo; - negativos: retenção de opiniões.

Atual – positivos: liberdade de expressão.

Negativo: falta de disciplinas.

De ética, religião, moral e civismo.

x) Que teoria pedagógica você adota, uma mais tradicional ou mais progressista? Por quê?

Progressiva, a fim de possibilitar ao discente uma oportunidade de pensar e expressar, tornando a aula mais interessante e rica.

y) Que visão você imagina que o discente tem da escola militar, de uma forma geral?

Nos dias atuais, uma visão boa, principalmente diante dos resultados obtidos pelos colégios militares.

z) O currículo adotado permite a participação crítica do educando? E quando o senhor cursou o CFO?

Não permitiu quando formei e tampouco nos dias atuais

aa) Você tem liberdade para exercer o magistério em sala de aula ou é influenciado de alguma forma por seus superiores?

Tenho total liberdade para exercer o magistério.

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Docente)

- 1- Nome do entrevistado: Jair Lucio Gomes
- 2- Endereço atual: _____
- 3- Ano de Nascimento: 1978
- 4- Lugar em que nasceu: _____
- 5- Qual o nome dos seus pais: _____
- 6- Qual a profissão deles: _____
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 3
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: 1997
 - b) Por qual motivo? Estudar
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Não fazia juízo da PM

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: 1º tenente da PM
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntariamente
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 12
- d) Quais as funções que o senhor realiza atualmente? Chefe da CEP/3
- e) Há quantos anos atua como docente? 8 anos
- f) Enquanto professor, quais as principais dificuldades que o senhor encontra para exercer suas funções?
Falta de recursos didáticos e pouco tempo destinado para o aprendizado do aluno.

11-EDUCAÇÃO

- a) Qual é a sua formação acadêmica? CFO, e engenharia civil (incompleto)

- b) Qual é o período de duração dos cursos oferecidos por esta instituição? 3 anos
- c) Na sua opinião, a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar atende aos interesses destes ou ocorre uma certa frustração?
Não estudo e é tratante.
- d) Quando o senhor fez este curso? 2000 a 2002
- e) Fazendo um paralelo entre o período que o senhor fez este curso e o período atual, o que o senhor percebe que mudou? Pouca evolução, mas investe-se muito tempo em sala e pouco tempo na prática, melhorar o relacionamento com o cidadão.
- f) E o que permaneceu igual?
Muita teoria e pouca prática
- g) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
A hierarquia e a disciplina
- h) Para o senhor, a hierarquia e a disciplina são elementos básicos no processo formativo do policial militar do Estado de Goiás? Por quê?
Sim, pois mantém um padrão mínimo de coesão.
- i) De que forma o Plano Geral de Ensino influencia na formação dos policiais desta instituição?
Muito se relacionando de como o aluno chega, mas pouco se comparada como deveria ser a formação.
- j) Ao concluir este curso o profissional encontra-se totalmente apto para servir à sociedade?
Não, pois o curso não prepara por completo, deve o PM após formar, fazer cursos a grande é pobre.
- k) Após a conclusão deste curso, a corporação continua oferecendo cursos de qualificação para os policiais e docentes?
Sim, instrutor de tiro, multiplicador do POP, entre outros
- l) A participação nestes cursos é obrigatória ou optativa?
Optativa
- m) Que avaliação o senhor faz destes cursos de capacitação?
Necessários

- n) Sua postura em sala de aula é, de alguma forma, influenciada por algum professor que você teve no CFO? Por quê?
Sim, pois o aluno sempre é influenciado por algum instrutor
- o) O que você pensa da Academia de Polícia Militar de Goiás, do currículo adotado e do ensino nela ministrado?
Carece de melhorias e modernização
- p) Quando o senhor fez a CFO, quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?
Tiro e defesa pessoal
- q) Algumas disciplinas voltadas para a segurança nacional que faziam parte do currículo das décadas de 1960 - 1980 foram abolidas e/ou substituídas a partir de 1982, por outras de cunho civil. Qual a sua opinião a respeito dessa substituição?
Necessária pois a missão constitucional da PM difere muito da F.A.B
- r) A opinião do professor regente influencia de alguma forma na reestruturação do currículo do CFO?
Muito pouco, pois é um sistema engessado
- s) Para o senhor, o que deve ser priorizado no currículo do CFO, a teoria ou a prática? Por quê?
Deve ser equilibrado, mas devendo dar ênfase a pratica
- t) O CFO que o senhor cursou atendeu às suas expectativas? Por quê?
Não pois quando da trabalho na rua não me sentia pronto
- u) Como o senhor vê a concentração e aprendizagem em sala de aula do aluno, tendo que o mesmo conciliar trabalho e estudo?
É importante, mas não deve ser confundido com trabalhos de faxina (limpeza) mais sim pequeno estágios operacionais
- v) Que autoanálise você faz de sua atuação em sala de aula?
Instrutor mediano acima
- w) Traçando um paralelo entre o currículo adotado durante os governos militares e o atual, que aspectos positivos e negativos você identifica?
Positivo- saímos do militarismo extremado e nos aproxima da sociedade
Negativo – pouco tempo destinados a instruções importantes ao enfrentamento do crime

x) Que teoria pedagógica você adota, uma mais tradicional ou mais progressista? Por quê?

Progressista pois deixar o aluno mais a vontade de esclarecer duvidas

y) Que visão você imagina que o discente tem da escola militar, de uma forma geral?

Como detentor de conhecimento e não facilitados

z) O currículo adotado permite a participação crítica do educando? E quando o senhor cursou o CFO?

Ao final do curso é feita uma enquete pedagógica, mas nada muda

aa) Você tem liberdade para exercer o magistério em sala de aula ou é influenciado de alguma forma por seus superiores?

Liberdade parcial, pois tenho que cumprir em cronograma.

4. Aspirantes/Oficiais

ROTEIRO DE ENTREVISTA (Discente)

- 1- Nome do entrevistado: Antonio Carlos Morais Junior
- 2- Endereço atual: Rua 278 Qd. 12 Lt. 17 Setor Coimbra
- 3- Ano de Nascimento: 1983
- 4- Lugar em que nasceu: Goiânia
- 5- Qual o nome dos seus pais: Antonio Carlos Morais, Gisel Mesquita Morais
- 6- Qual a profissão deles: aposentado, Professora
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 2 irmãs
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: _____
 - b) Por qual motivo? _____
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: aspirante a oficial
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? voluntario
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 02 anos
- d) Por que optou por ingressar neste curso?
Estabilidade financeira
- e) Em que sentido este curso poderá auxiliá-lo? Formação, capacitação profissional
- f) Você tem patente? _____

11-EDUCAÇÃO

- a) Em que período do curso de formação da Polícia Militar você se encontra?
Apirantado.
- b) Quantos períodos do curso você deverá frequentar?

- c) O senhor conhece a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar? Ela atende interesses do educando ou ocorre uma certa frustração?
Sim, em algumas matérias existe frustração por não existir conexão com a realidade policial
- d) Se o senhor conhece esta proposta, você acha que a mesma atende aos interesses dos discentes?na maioria das matérias a proposta atende
- e) Quando o senhor ingressou neste curso? 2010
- f) Qual foi a forma de ingresso?
Concurso público
- g) A proposta curricular e pedagógica e pedagógica tem sido atendida as suas expectativas? Por quê?

- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos duas atuais?
Hierarquia e disciplina
- i) O que o senhor acha da hierarquia e da disciplina presente no processo de formação do policial militar do Estado de Goiás.
Importante dentro do respeito entre as pessoas
- j) O senhor conhece o Plano Geral de Ensino? Em caso positivo, como tomou conhecimento e o que sabe sobre o mesmo?
Não
- k) De que forma o senhor passou a ter conhecimento do mesmo:

- l) Ao término do curso, o senhor pretende continuar fazendo cursos de qualificação profissional? Por quê?

Sim, para qualificação e atualização

- m) Em que sentido a participação neste curso pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade?

O curso mostra a importância de ter a sociedade como parceira da PM

- n) Que teoria pedagógica é adotada por seus professores, uma mais tradicional ou progressivista?

Tradicional

- o) Você tem a pretensão de tornar-se docente? Por quê?

Não

- p) Como são as aulas no CFO?

Algumas são bem produtivas outras não dão aproveitamento prático, assim devem ser revistas.

- q) Você já presenciou algum professor ou superior comentando a respeito de como era o CFO que eles frequentaram? Em caso positivo, como as descreviam?

Sim, de positivo, só uma maior disciplina

- r) Quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Pronta reação, prática pop: prática

- s) Até 1982, quando ocorreu uma reestruturação no currículo do CFO, algumas disciplinas eram voltadas exclusivamente para a segurança nacional. Atualmente existem disciplinas que apresentem esse caráter ou são todas de cunho civil? Qual a sua opinião sobre essa reestruturação?

Com o passar dos anos as matérias do CFO devem se adequar a nossa realidade

- t) Para você, o que deve ser priorizado no currículo do CFO? A disciplina, a hierarquia ou outros elementos?

Disciplina hierarquia devem ser coadjuvantes em uma boa formação

- u) Para você, as disciplinas abordadas no currículo do CFO devem visar a teoria ou a prática?

O bom estudo da teoria e que faz a prática ser entendida.

- v) Em sala de aula, o professor possui total autonomia para ministrar suas aulas ou percebe-se vestígios de restrições impostas por seus superiores?

Por quê?

Não, alguns ficam com um pouco de receio

- w) Em que sentido a disciplina exigida dos alunos durante o período de CFO irá influenciar em sua atuação futura?

A disciplina não pode ser perdida assim desse ser exigida para melhor controle futuro

- x) Como você consegue conciliar estudo e trabalho, visto que algumas atividades são complementares do currículo?

- y) Você acha que os conteúdos abordados no CFO são compatíveis com o policial que se pretende formar? Por quê?

Sim, as matérias contribuem para o crescimento profissional da pessoa o que desse ser utilizado no sei dia – dia

- z) Como o professor é visto pelos alunos? Como facilitador da aprendizagem ou como detentor de todo o conhecimento?

O professor é visto como parceiro da aprendizagem

- aa) De uma forma geral, o que você pensa da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e do ensino nela ministrado?

A academia tem papel fundamental, porem precisa evoluir muito

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Discente)

- 1- Nome do entrevistado: Jeordane Quintino Faria
- 2- Endereço atual: Rua 3-D Qd. 127 It. 15 garavelo Ap. GYN
- 3- Ano de Nascimento: 1980
- 4- Lugar em que nasceu: Goiânia
- 5- Qual o nome dos seus pais: Sebastião Q. faria/ Geralda Rosa Faria
- 6- Qual a profissão deles: comerciante/ dona do lar
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 1 irmã
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: _____
 - b) Por qual motivo? _____
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: Asp OF PM
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntariamente
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 12 anos
- d) Por que optou por ingressar neste curso?
Garantias oferecidas
- e) Em que sentido este curso poderá auxiliá-lo? Garantias, estabilidade, conhecimento.
- f) Você tem patente? ASP.OF.PM (praça especial)

11-EDUCAÇÃO

- a) Em que período do curso de formação da Polícia Militar você se encontra?
Curso concluído

- b) Quantos períodos do curso você deverá frequentar?
-
- c) O senhor conhece a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar? Ela atende interesses do educando ou ocorre uma certa frustração?
Atende
- d) Se o senhor conhece esta proposta, você acha que a mesma atende aos interesses dos discentes? sim
- e) Quando o senhor ingressou neste curso? 2010
- f) Qual foi a forma de ingresso?
Concurso público
- g) A proposta curricular e pedagógica tem sido atendida as suas expectativas? Por quê?
Sim, em todo o cotidiano policial
- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Organização, desempenho, dentre outros
- i) O que o senhor acha da hierarquia e da disciplina presente no processo de formação do policial militar do Estado de Goiás.
Essencial
- j) O senhor conhece o Plano Geral de Ensino? Em caso positivo, como tomou conhecimento e o que sabe sobre o mesmo?
Sim, na academia durante o curso
- k) De que forma o senhor passou a ter conhecimento do mesmo:
Durante o curso
- l) Ao término do curso, o senhor pretende continuar fazendo cursos de qualificação profissional? Por quê?
Sim, na profissão é ligada ao direito e necessidades da sociedade, por isso e dinâmica.
- m) Em que sentido a participação neste curso pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade?
Qualificação profissional, aprendizado constante
- n) Que teoria pedagógica é adotada por seus professores, uma mais tradicional ou progressivista?

Tradicional e as vezes progressivista.

- o) Você tem a pretensão de tornar-se docente? Por quê?

Sim, o conhecimento é algo a ser repassado

- p) Como são as aulas no CFO?

Dinâmicas

- q) Você já presenciou algum professor ou superior comentando a respeito de como era o CFO que eles frequentaram? Em caso positivo, como as descreviam?

Sim, com grandes diferenças de atividades

- r) Quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

POP, gerenciamento crises, EFM, uso seletivo da força

- s) Até 1982, quando ocorreu uma reestruturação no currículo do CFO, algumas disciplinas eram voltadas exclusivamente para a segurança nacional. Atualmente existem disciplinas que apresentem esse caráter ou são todas de cunho civil? Qual a sua opinião sobre essa reestruturação?

Ainda existem tais disciplina, a estruturação é sempre importante

- t) Para você, o que deve ser priorizado no currículo do CFO? A disciplina, a hierarquia ou outros elementos?

Elementos vinculados a sg. Política.

- u) Para você, as disciplinas abordadas no currículo do CFO devem visar a teoria ou a prática?

Ambas

- v) Em sala de aula, o professor possui total autonomia para ministrar suas aulas ou percebe-se vestígios de restrições imposta por seus superiores?

Por quê?

Percebe-se tais vestígios ainda

- w) Em que sentido a disciplina exigida dos alunos durante o período de CFO irá influenciar em sua atuação futura?

Nossa instituição é portada pela hierarquia e disciplina, como forma de organizações.

- x) Como você consegue conciliar estudo e trabalho, visto que algumas atividades são complementares do currículo?

Conciliar sempre é preciso, tudo que é visto algum dia poderá ser aplicado.

y) Você acha que os conteúdos abordados no CFO são compatíveis com o policial que se pretende formar? Por quê?

Sim, os conteúdos são bem amplos

z) Como o professor é visto pelos alunos? Como facilitador da aprendizagem ou como detentor de todo o conhecimento?

São as duas visões.

aa) De uma forma geral, o que você pensa da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e do ensino nela ministrado?

Qualidade e excelência

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Discente)

- 1- Nome do entrevistado: Thaise Francisca Nunes Gonçalves
- 2- Endereço atual: Rua serra do caiapó Qd. 12 Lt. 16 Sonho Verde
- 3- Ano de Nascimento: 1983
- 4- Lugar em que nasceu: Goiânia
- 5- Qual o nome dos seus pais: Elson Gonçalves Arena, Maria Madalena Nunes Arena
- 6- Qual a profissão deles: autônomo, funcionaria pública
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 01
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: _____
 - b) Por qual motivo? _____
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: aspirante à oficial
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntariamente
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 02
- d) Por que optou por ingressar neste curso?
Devido a estabilidade da carreira e questão financeira
- e) Em que sentido este curso poderá auxiliá-lo? nas técnicas policiais e relacionamento interpessoal
- f) Você tem patente? Sim

11-EDUCAÇÃO

- a) Em que período do curso de formação da Polícia Militar você se encontra?
Estágio
- b) Quantos períodos do curso você deverá frequentar? Apenas a condição do estágio
- c) O senhor conhece a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar? Ela atende interesses do educando ou ocorre uma certa frustração?
Conheço o currículo e em partes ocorre uma frustração devido ao excessivo número de matérias e pouca profundidade em disciplinas importantes.
- d) Se o senhor conhece esta proposta, você acha que a mesma atende aos interesses dos discentes? Em parte
- e) Quando o senhor ingressou neste curso? 2010
- f) Qual foi a forma de ingresso? Concurso público
- g) A proposta curricular e pedagógica e pedagógica tem sido atendida as suas expectativas? Por quê?
Em partes, pois devido ao grande número de matérias, disciplinas importantes são vistas superficialmente. Outro ponto é a falta de material didático e prático como munição, armamento.
- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Disciplina, hierarquia, honra e lealdade.
- i) O que o senhor acha da hierarquia e da disciplina presente no processo de formação do policial militar do Estado de Goiás?
Importantes pilares da formação, que conseguem direcionar a instituição no cumprimento de diretrizes comuns.
- j) O senhor conhece o Plano Geral de Ensino? Em caso positivo, como tomou conhecimento e o que sabe sobre o mesmo?
Não tenho conhecimento
- k) De que forma o senhor passou a ter conhecimento do mesmo:

- l) Ao término do curso, o senhor pretende continuar fazendo cursos de qualificação profissional? Por quê?

Sim, para cada dia aprender mais sobre o trabalho policial militar e fazer constantes reciclagens.

- m) Em que sentido a participação neste curso pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade?

Em vários sentidos, inclusive na aproximação da sociedade com o PM.

- n) Que teoria pedagógica é adotada por seus professores, uma mais tradicional ou progressivista?

Tradicional

- o) Você tem a pretensão de tornar-se docente? Por quê?

Não, falta de tempo e vocação

- p) Como são as aulas no CFO?

Alguns professores são dedicados e suas aulas são excelentes, mas grande parte não prepara suas aulas, improvisa em sala e foge muito do tema da disciplina.

- q) Você já presenciou algum professor ou superior comentando a respeito de como era o CFO que eles frequentaram? Em caso positivo, como as descreviam?

Várias professoras comentaram sobre o assunto, descrevendo seus cursos como um (treinamento) treinamento desfocado do serviço policial.

- r) Quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Uso seletivo da força, policiamento ostensivo geral, policiamento montado, pronta reação todas por passarem maior ligação com o serviço fim da PM.

- s) Até 1982, quando ocorreu uma reestruturação no currículo do CFO, algumas disciplinas eram voltadas exclusivamente para a segurança nacional. Atualmente existem disciplinas que apresentem esse caráter ou são todas de cunho civil? Qual a sua opinião sobre essa reestruturação?

Não existem matérias voltadas para segurança nacional. E entendo essa reestruturação como de extrema importância, pois o serviço policial se distancia desses assuntos.

- t) Para você, o que deve ser priorizado no currículo do CFO? A disciplina, a hierarquia ou outros elementos?

Entendo que as matérias da atividade fim da PM, juntamente com a hierarquia e disciplina.

- u) Para você, as disciplinas abordadas no currículo do CFO devem visar a teoria ou a prática?

A prática policial é extremamente importante

- v) Em sala de aula, o professor possui total autonomia para ministrar suas aulas ou percebe-se vestígios de restrições impostas por seus superiores? Por quê?

Possuem autonomia, porque alguns inovam em sua forma de dar aula

- w) Em que sentido a disciplina exigida dos alunos durante o período de CFO irá influenciar em sua atuação futura?

Influenciam na atuação junto aos superiores e subordinados

- x) Como você consegue conciliar estudo e trabalho, visto que algumas atividades são complementares do currículo?

É uma rotina cansativa e muitas vezes o estudo fica prejudicado

- y) Você acha que os conteúdos abordados no CFO são compatíveis com o policial que se pretende formar? Por quê?

Entendo que a formação está no caminho certo, mas ainda tem muito o que evoluir.

- z) Como o professor é visto pelos alunos? Como facilitador da aprendizagem ou como detentor de todo o conhecimento?

Como facilitar da aprendizagem

- aa) De uma forma geral, o que você pensa da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e do ensino nela ministrado?

Vejo a APM como o início de uma aprendizagem, mas que muitas vezes esquece do serviço policial e se prende excessivamente ao serviço militar.

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Discente)

- 1- Nome do entrevistado: Marcelo do Carmo Silva
- 2- Endereço atual: _____
- 3- Ano de Nascimento: 1979
- 4- Lugar em que nasceu: Jataí – GO
- 5- Qual o nome dos seus pais: Agostinho Apolinario e Marli Maria
- 6- Qual a profissão deles: Policial Milita e Costureira
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 1 irmão e 1 irmã
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? sim, meu irmão
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: em maio de 1984
 - b) Por qual motivo? Moradia etc.
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Muito novo para avaliar.

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: policial milita ASP oficial
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntario
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 14 anos e 05 meses
- d) Por que optou por ingressar neste curso?
Ascensão profissional.
- e) Em que sentido este curso poderá auxiliá-lo? A ter experiência no gerenciamento de pessoas
- f) Você tem patente? sim

11-EDUCAÇÃO

- a) Em que período do curso de formação da Polícia Militar você se encontra?
Aspirantado/Estágio.

- b) Quantos períodos do curso você deverá frequentar? O curso de formação de 02 anos é aspirantado de 06 meses
- c) O senhor conhece a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar? Ela atende interesses do educando ou ocorre uma certa frustração?
Certamente ocorre uma frustração. O que é interessante é que houve falar de uma proposta pedagógica, que porém no curso fica pouco definida.
- d) Se o senhor conhece esta proposta, você acha que a mesma atende aos interesses dos discentes? Não atende a um nível da maioria
- e) Quando o senhor ingressou neste curso? 17 de dezembro de 2010
- f) Qual foi a forma de ingresso?
Concurso público
- g) A proposta curricular e pedagógica tem sido atendida as suas expectativas? Por quê?
Não, muitos temas e tratamento que poderiam ser dispensadas pois não vivemos em período de exceção.
- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Hierarquia e disciplina que por vezes se exige que sejam cegas
- i) O que o senhor acha da hierarquia e da disciplina presente no processo de formação do policial militar do Estado de Goiás.
A hierarquia e disciplina são necessárias em todos os seguimentos mais no processo de formação do PM ela deve ser revista para atender a penalidade do serviço e não o ego de pessoas.
- j) O senhor conhece o Plano Geral de Ensino? Em caso positivo, como tomou conhecimento e o que sabe sobre o mesmo?
Já ouvir falar, não conheço.
- k) De que forma o senhor passou a ter conhecimento do mesmo:
Não conheço
- l) Ao término do curso, o senhor pretende continuar fazendo cursos de qualificação profissional? Por quê?
Sim, a profissão exige essa qualificação.
- m) Em que sentido a participação neste curso pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade?

No que diz respeito à legalidade porém a legalidade estritas nos moldes de hoje prejudica a sociedade.

- n) Que teoria pedagógica é adotada por seus professores, uma mais tradicional ou progressivista?

Em sua maioria tradicional

- o) Você tem a pretensão de tornar-se docente? Por quê?

Não, não acredito ser interessante.

- p) Como são as aulas no CFO?

Cansativas, maçantes em sua maioria, não são preparadas antecipadamente.

- q) Você já presenciou algum professor ou superior comentando a respeito de como era o CFO que eles frequentaram? Em caso positivo, como as descreviam?

Sim. No momento da aula, tocava-se a sirene, corria para o pátio e rastejo no 1º processo é que as aulas também eram cansativas por ser integral

- r) Quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Policiamento montado, POC, pronta reação dentro ou trás, pois tinham conhecimento e planejamentos de aulas.

- s) Até 1982, quando ocorreu uma reestruturação no currículo do CFO, algumas disciplinas eram voltadas exclusivamente para a segurança nacional. Atualmente existem disciplinas que apresentem esse caráter ou são todas de cunho civil? Qual a sua opinião sobre essa reestruturação?

Não existem disciplinas assim, a estruturação é importante vez que a segurança nacional cabe ao E.B

- t) Para você, o que deve ser priorizado no currículo do CFO? A disciplina, a hierarquia ou outros elementos?

É um conjunto de fatores, todas tem sua parcela de importâncias

- u) Para você, as disciplinas abordadas no currículo do CFO devem visar a teoria ou a prática?

A teoria e a pratica são intrínsecas não podendo caminhar em apartado.

- v) Em sala de aula, o professor possui total autonomia para ministrar suas aulas ou percebe-se vestígios de restrições imposta por seus superiores?

Por quê?

Há restrições. Não tenho condições de expor o por que, vez que não tenho o conhecimento dos bastidores do ensino acadêmico

- w) Em que sentido a disciplina exigida dos alunos durante o período de CFO irá influenciar em sua atuação futura?

Pontualidade, fiscalização e responsabilidade perante a tropa.

- x) Como você consegue conciliar estudo e trabalho, visto que algumas atividades são complementares do currículo?

As vezes fico prejudicado um ou outro já que ou se estuda ou trabalha, dividindo por vezes as atenções

- y) Você acha que os conteúdos abordados no CFO são compatíveis com o policial que se pretende formar? Por quê?

Em partes. Muitos tratamentos e materiais são dispensáveis, pois não tem aplicabilidade prática, devido a nossa função constitucional

- z) Como o professor é visto pelos alunos? Como facilitador da aprendizagem ou como detentor de todo o conhecimento?

Detentor do conhecimento

- aa) De uma forma geral, o que você pensa da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e do ensino nela ministrado?

É importante para a instrução policial militar

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Discente)

- 1- Nome do entrevistado: Samuel Silva Rocha Negrão
- 2- Endereço atual: rua governador negrão de lima, Qd. 38 cond. Portal das dunas edifício Icarai.
- 3- Ano de Nascimento: 1983
- 4- Lugar em que nasceu: Minaw – GO
- 5- Qual o nome dos seus pais: Isaias da Silva Negrão/ Elizabete Silva Rocha Negrão
- 6- Qual a profissão deles: pastor
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: uma irmão e uma irmã
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: em 2000
 - b) Por qual motivo? Acompanhando os pais
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Boa

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: aspirante
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Influenciado
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? Dois anos
- d) Por que optou por ingressar neste curso?
Por influencia e atratividade.
- e) Em que sentido este curso poderá auxiliá-lo? CFO me auxiliou em vários sentidos.
- f) Você tem patente? Não

11-EDUCAÇÃO

- a) Em que período do curso de formação da Polícia Militar você se encontra?
Já conclui o curso.
- b) Quantos períodos do curso você deverá frequentar? Frequentei 3 períodos (1º 2º e 3º anos letivos)
- c) O senhor conhece a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar? Ela atende interesses do educando ou ocorre uma certa frustração?
Sim conheço, entende.
- d) Se o senhor conhece esta proposta, você acha que a mesma atende aos interesses dos discentes? Sim
- e) Quando o senhor ingressou neste curso? 12 de julho de 2010
- f) Qual foi a forma de ingresso?
Concurso público.
- g) A proposta curricular e pedagógica tem sido atendida as suas expectativas? Por quê?
Sim, porque se trata de um conteúdo extremamente importante para atividade pública.
- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos dias atuais?
Hierarquia e disciplina
- i) O que o senhor acha da hierarquia e da disciplina presente no processo de formação do policial militar do Estado de Goiás.
É a base, o arcabouço que sustenta o corpo militar
- j) O senhor conhece o Plano Geral de Ensino? Em caso positivo, como tomou conhecimento e o que sabe sobre o mesmo?
Não
- k) De que forma o senhor passou a ter conhecimento do mesmo:
Não tive
- l) Ao término do curso, o senhor pretende continuar fazendo cursos de qualificação profissional? Por quê?
Sim, porque é importante e salutar tanto para corporação quanto para o profissional que qualifica e se forma mais capaz de assumir qualquer função a missão que lhe é atribuída.

- m) Em que sentido a participação neste curso pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade?

No tratamento com a sociedade voltada para uma policia comunitária preocupada não só com a contenção do crime mais principalmente com a prevenção que é o papel precípua da policia militar

- n) Que teoria pedagógica é adotada por seus professores, uma mais tradicional ou progressivista?

A tradicional, com exceção de alguns professores que utilizam os métodos progressivista.

- o) Você tem a pretensão de tornar-se docente? Por quê?

A principio não porque quero me preparar mais com curso e outras pós-graduação.

- p) Como são as aulas no CFO?

Regulares

- q) Você já presenciou algum professor ou superior comentando a respeito de como era o CFO que eles frequentaram? Em caso positivo, como as descreviam?

Não

- r) Quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?

Policiamento os ensino geral (POP), porque é aplicável.

- s) Até 1982, quando ocorreu uma reestruturação no currículo do CFO, algumas disciplinas eram voltadas exclusivamente para a segurança nacional. Atualmente existem disciplinas que apresentem esse caráter ou são todas de cunho civil? Qual a sua opinião sobre essa reestruturação?

Não há disciplina de cunho qual é a apresentação foi promissora.

- t) Para você, o que deve ser priorizado no currículo do CFO? A disciplina, a hierarquia ou outros elementos?

A disciplina e a hierarquia e matérias praticas voltadas para a atividade fim.

- u) Para você, as disciplinas abordadas no currículo do CFO devem visar a teoria ou a prática?

Ambas, porém, priorizar a pratica.

- v) Em sala de aula, o professor possui total autonomia para ministrar suas aulas ou percebe-se vestígios de restrições imposta por seus superiores?
Por quê?
Bom total autonomia.
- w) Em que sentido a disciplina exigida dos alunos durante o período de CFO irá influenciar em sua atuação futura?
Em vários sentidos principalmente o lideracional e de comandamento atributos exigidos de autêntico oficial.
- x) Como você consegue conciliar estudo e trabalho, visto que algumas atividades são complementares do currículo?
Sacrificando a vida pessoal e familiar.
- y) Você acha que os conteúdos abordados no CFO são compatíveis com o policial que se pretende formar? Por quê?
Em grande parte sim.
- z) Como o professor é visto pelos alunos? Como facilitador da aprendizagem ou como detentor de todo o conhecimento?
Como instrutor do conhecimento (a maioria)
- aa) De uma forma geral, o que você pensa da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e do ensino nela ministrado?
Penso que deve-se reformar o método de ensino priorizando o profissionalismo ao militarismo, ou seja (não que as matérias estritamente militares de todo dispensáveis – que na maioria é voltado as forças armadas) dar maior atenção ao lado policial a atividade policial.

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Discente)

- 1- Nome do entrevistado: Gustavo Macedo Fregonezi
- 2- Endereço atual: 11-A avenida Goiânia – GO
- 3- Ano de Nascimento: 1984
- 4- Lugar em que nasceu: Jauru – MT
- 5- Qual o nome dos seus pais: Mauricio e Eliane
- 6- Qual a profissão deles: representante comercial
- 7- Quantos irmãos e irmãs têm: 02
- 8- Seus irmãos ou irmãs também são militares? Não
- 9- Se era de outra cidade (que não Goiânia):
 - a) Quando veio para esta cidade: 12/07/2010
 - b) Por qual motivo? Voluntariamente.
 - c) Qual a impressão que teve da polícia goiana quando chegou aqui?
Boa, respeitada.

10-TRABALHO

- a) Qual é a sua profissão/patente: milita / operante a oficial.
- b) Você escolheu esta profissão voluntariamente ou foi influenciado por alguém? Voluntariamente.
- c) Há quantos anos o senhor encontra-se nesta instituição? 02 e 06 meses.
- d) Por que optou por ingressar neste curso?
Pelo salário.
- e) Em que sentido este curso poderá auxiliá-lo? Em conferir meus limites.
- f) Você tem patente? Não.

11-EDUCAÇÃO

- a) Em que período do curso de formação da Polícia Militar você se encontra?
Aspirantado.
- b) Quantos períodos do curso você deverá frequentar? Frequentamos 4.
Esse é o ultimo.

- c) O senhor conhece a proposta curricular e pedagógica da formação do policial militar? Ela atende interesses do educando ou ocorre uma certa frustração?

Sim, ocorre frustração. Não há necessidade de um curso de formação de oficiais de 02 anos sendo que os cadetes são bacharéis em direito além disso, 06 meses de aspirantado e exagerado.

- d) Se o senhor conhece esta proposta, você acha que a mesma atende aos interesses dos discentes? Não, pois há muitas matérias desnecessárias.

- e) Quando o senhor ingressou neste curso? Junho 2010.

- f) Qual foi a forma de ingresso?

Concurso.

- g) A proposta curricular e pedagógica e pedagógica tem sido atendida as suas expectativas? Por quê?

Não, pois o serviço final ira pouco os ensinios da academia.

- h) Quais os princípios e valores educacionais que se sobressaem na formação da Polícia Militar do Estado de Goiás nos duas atuais?

Principio: eficiência, valores educacionais, disciplina.

- i) O que o senhor acha da hierarquia e da disciplina presente no processo de formação do policial militar do Estado de Goiás.

Não PM-GO muito unguido.

- j) O senhor conhece o Plano Geral de Ensino? Em caso positivo, como tomou conhecimento e o que sabe sobre o mesmo?

Não.

- k) De que forma o senhor passou a ter conhecimento do mesmo:

- l) Ao término do curso, o senhor pretende continuar fazendo cursos de qualificação profissional? Por quê?

Sim, por conhecimento institucional.

- m) Em que sentido a participação neste curso pode contribuir para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade?

Técnica.

- n) Que teoria pedagógica é adotada por seus professores, uma mais tradicional ou progressivista?
Tradicional.
- o) Você tem a pretensão de tornar-se docente? Por quê?
Sim, reconhecimento institucional.
- p) Como são as aulas no CFO?
Longas.
- q) Você já presenciou algum professor ou superior comentando a respeito de como era o CFO que eles frequentaram? Em caso positivo, como as descreviam?
Sim, muito mais unguído.
- r) Quais as disciplinas que mais lhe agradam? Por quê?
Gerenciamento de crise, uso coletivo da força e patrulhamento tático.
- s) Até 1982, quando ocorreu uma reestruturação no currículo do CFO, algumas disciplinas eram voltadas exclusivamente para a segurança nacional. Atualmente existem disciplinas que apresentem esse caráter ou são todas de cunho civil? Qual a sua opinião sobre essa reestruturação?
Muitas disciplinas hoje não necessitam ser ministradas
- t) Para você, o que deve ser priorizado no currículo do CFO? A disciplina, a hierarquia ou outros elementos?
A hierarquia e a disciplina, toda via sem exageros. A irresponsabilidade hierarquia péssima para o militarismo, pois para a falsa missão de que essa forma de administrar é ruim.
- u) Para você, as disciplinas abordadas no currículo do CFO devem visar a teoria ou a prática?
Ambos, porem com ênfase na prática.
- v) Em sala de aula, o professor possui total autonomia para ministrar suas aulas ou percebe-se vestígios de restrições imposta por seus superiores?
Por quê?
Muitas instruções não se sabem.
- w) Em que sentido a disciplina exigida dos alunos durante o período de CFO irá influenciar em sua atuação futura?
Não sei.

x) Como você consegue conciliar estudo e trabalho, visto que algumas atividades são complementares do currículo?

Disciplina.

y) Você acha que os conteúdos abordados no CFO são compatíveis com o policial que se pretende formar? Por quê?

Há um exagero de disciplina, mas são compatíveis na prática de rua, usa-se pouca técnica.

z) Como o professor é visto pelos alunos? Como facilitador da aprendizagem ou como detentor de todo o conhecimento?

Eles acham que são atentos de todos os conhecimentos, essa metodologia pedagógica não é eficiente no CFO.

aa) De uma forma geral, o que você pensa da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás e do ensino nela ministrado?

Pode melhorar muito, pois descrevemos tudo para suas sabendo como nos postar todas as ocorrências, mais isso não é o que acontece.